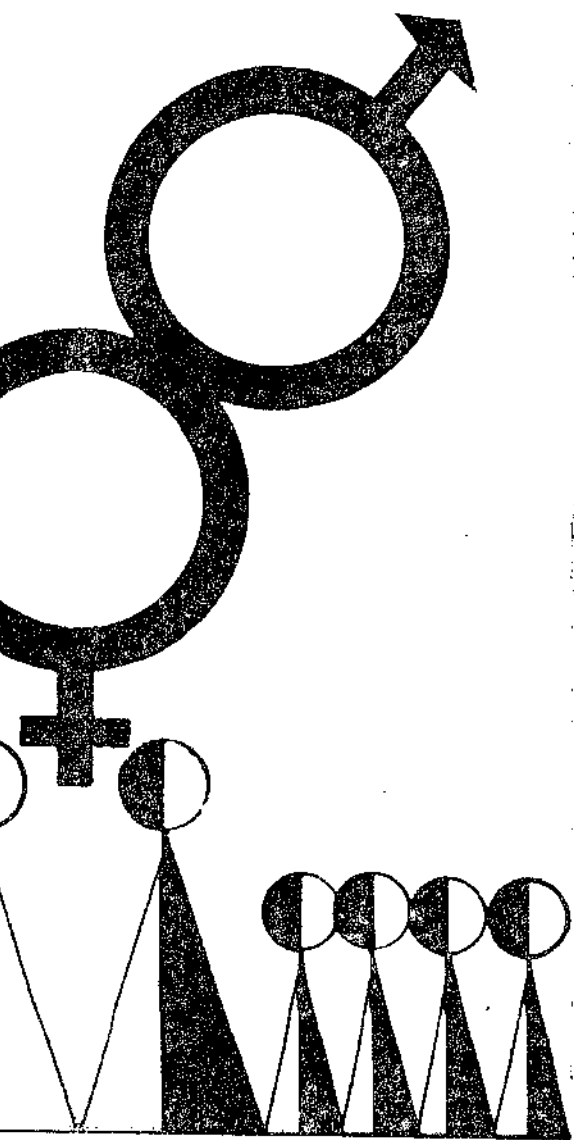


REGINALDO ZACCARA DE CAMPOS

FATÔRES SOCIAIS E VARIACÔES NA FECUNDIDADE E NO TAMANHO DA FAMÍLIA



TESE DE DOUTORAMENTO APRESENTADA A
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL
DISCIPLINA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À MEDICINA

**FATORES SOCIAIS E VARIAÇÕES NA FECUNDIDADE E NO
TAMANHO DA FAMÍLIA**

Tese de Doutorado

Heginaldo Zaccaro de Campos

A Maria José e Luis Fernando

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Biblioteca Central

PREFÁCIO

O presente trabalho, parte de um estudo mais amplo sobre as motivações, atitudes e comportamento frente à fecundidade e ao tamanho da família da população residente no Bairro Jardim dos Oliveiras, localizado na periferia da área urbana de Campinas, inclui-se no programa da Milbank Faculty Fellowship concedida pela Milbank Memorial Fund à Universidade Estadual de Campinas, em nome do autor.

A execução dos trabalhos de campo, foi realizada com recursos financeiros do "Projeto Jardim dos Oliveiras". Nessa ocasião, também se procedeu ao levantamento das histórias das gestações de todas as mulheres com idade entre 15 e 49 anos, residentes no Bairro.

O autor deseja expressar seus agradecimentos a todas as pessoas que de alguma forma participaram da elaboração deste trabalho, particularmente às sras. Maria José de Melo Campos e Lília T. M. Ribeiro de Lima pelo trabalho cuidadoso de apuração dos dados e elaboração das tabelas; à sra. Ruth Lavras Biajoti que pacientemente fez a revisão dos manuscritos; e ao sr. Alcides Gomes Martins que se responsabilizou pelo trabalho de datilografia.

Ao Prof. Dr. Rubens Murillo Marques que desempenhou as funções de orientador deste trabalho, a gratidão do autor.

ÍNDICE

Prefácio 111

Índice de Tabelas v

Introdução 1

CAPÍTULO I

Os Modelos Teóricos para o Estudo da Fecundidade Humana 6

a. o modelo institucional 10

b. o modelo interacional 23

c. o modelo normativo 27

CAPÍTULO II

A Natureza do Estudo: Objetivos e Procedimentos de Pesquisa 34

a. introdução 34

b. objetivos 40

c. área de estudo 41

CAPÍTULO III

As Principais Características da Amostra 50

CAPÍTULO IV

As Relações entre Algumas Variáveis Sociais e a Fecundidade 69

CAPÍTULO V

As Variáveis Intermediárias e a Fecundidade 126

CAPÍTULO VI

O Comportamento Reprodutivo e os Fatores Sociais 167

Conclusões 183

Referências Bibliográficas 187

ANEXO I - Roteiro para Entrevista com o Marido 191

ANEXO II - Roteiro para Entrevista com a Esposa 202

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
1 - Município de Campinas, distribuição dos indivíduos segundo o local de nascimento.	44
2 - Município de Campinas, distribuição dos indivíduos que não nasceram em Campinas segundo o ano de mudança para o Município.	45
3 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, segundo a origem urbana ou rural.	51
4 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, segundo o local de nascimento e a origem do casal.	52
5 - Idade média por ocasião da entrevista, em anos completos, dos homens e das mulheres, segundo a origem do casal.	54
6 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por grupos de idade por ocasião da entrevista e segundo a origem do casal.	54
7 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por religião e segundo a origem do casal.	56
8 - Distribuição percentual dos casais por tipo de união e origem.	58
9 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, segundo a cor e a origem do casal.	59
10 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por alfabetização, segundo a origem do casal.	61
11 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por grau de escolaridade, segundo a origem do casal.	62
12 - Distribuição dos homens, segundo a ocupação por ocasião da entrevista e a origem do casal.	64
13 - Distribuição percentual dos casais, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal.	66
14 - Distribuição percentual dos casais por algumas características seleccionadas, segundo a origem do casal e os grupos de idade das mulheres por ocasião da entrevista.	67
15 - Distribuição das mulheres, segundo o número de gestações por ocasião da entrevista.	70
16 - Distribuição das mulheres, segundo o número de nascidos vivos por ocasião da entrevista.	71

- 17 - Número médio de acontecimentos por, segundo a idade das mulheres por ocasião da entrevista e o tipo de acontecimento. 73
- 18 - Distribuição percentual das mulheres, segundo os grupos de idade por ocasião da entrevista e algumas características sociais seleccionadas. 75
- 19 - Número médio de gestações por mulher, segundo os grupos de idade na ocasião da entrevista e segundo os grupos de idade das mulheres quando da ocorrência do acontecimento. 76
- 20 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo os grupos de idade por ocasião da entrevista e segundo os grupos de idade das mulheres quando da ocorrência do acontecimento. 77
- 21 - Número médio cumulativo de gestações por mulher, segundo os grupos de idade por ocasião da entrevista e segundo os grupos de idade das mulheres quando da ocorrência do acontecimento. 78
- 22 - Número médio cumulativo de nascidos vivos por mulher, segundo os grupos de idade por ocasião da entrevista e segundo os grupos de idade das mulheres quando da ocorrência do acontecimento. 79
- 23 - Número médio de gestações por mulher, segundo a origem dos cônjuges. 83
- 24 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casal, do número de gestações, segundo a origem do casal. 82
- 25 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de gestações, quanto à origem dos cônjuges, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 84
- 26 - Número médio de nascidos vivos, por mulher, segundo a origem dos cônjuges. 85
- 27 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casal, do número de nascidos vivos, segundo a origem do casal. 86
- 28 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem dos cônjuges, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 87
- 29 - Número médio de gestações por mulher, de acordo com a idade das mulheres por ocasião da entrevista e idade quando da ocorrência dos acontecimentos, segundo a origem do casal. 88

30 - Número médio de nascidos vivos por mulher, de acordo com a idade das mulheres por ocasião da entrevista e idade quando da ocorrência dos acontecimentos, segundo a origem do casal.	90
31 - Número médio cumulativo de gestações por mulher, de acordo com a idade das mulheres por ocasião da entrevista e idade quando da ocorrência dos acontecimentos, segundo a origem do casal.	91
32 - Análise de variância a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações das mulheres de 20 a 44 anos de idade por ocasião da entrevista, segundo a origem do casal.	92
33 - Número médio cumulativo de nascidos vivos por mulher, de acordo com a idade das mulheres por ocasião da entrevista e idade quando da ocorrência dos acontecimentos, segundo a origem do casal.	93
34 - Análise de variância a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos das mulheres de 20 a 44 anos de idade por ocasião da entrevista, segundo a origem do casal.	94
35 - Comparações estatísticas dos casais com as mulheres em diferentes grupos etários, segundo o número médio de gestações, quanto à origem do casal, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. . . .	96
36 - Comparações estatísticas dos casais com as mulheres em diferentes grupos etários, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem do casal, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. . . .	96
37 - Número médio de gestações por mulher, segundo a alfabetização e a origem do casal.	98
38A- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do grupo A, segundo a alfabetização do casal.	100
38B- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do grupo B, segundo a alfabetização do casal.	100
38C- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do total da amostra, segundo a alfabetização do casal.	100

39 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "rural-rural" e do total da amostra, segundo o número de gestações, quanto à alfabetização, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.	101
40 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a alfabetização e a origem do casal.	103
41A- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casais, do número de nascidos vivos, do grupo A, segundo a alfabetização do casal.	104
41B- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casais, do número de nascidos vivos, do grupo B, segundo a alfabetização do casal.	104
41C- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casais, do número de nascidos vivos do total da amostra, segundo a alfabetização do casal.	104
42 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "rural-rural" e do total da amostra, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à alfabetização, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.	105
43 - Número médio de gestações por mulher, segundo o grau de escolaridade e a origem do casal.	106
44A- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casais, do número de gestações do grupo A, segundo o grau de escolaridade do casal.	108
44B- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casais, do número de gestações do grupo B, segundo o grau de escolaridade do casal.	108
44C- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casais, do número de gestações do total da amostra, segundo o grau de escolaridade do casal.	108
45 - Comparações dos casais do grupo "não-rural-rural", "rural-rural" e do total da amostra, segundo o número médio de gestações, quanto ao grau de escolaridade, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.	109
46 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo o grau de escolaridade e origem do casal.	111

- 47A- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casala, do número de nascidos vivos do grupo A, segundo o grau de escolaridade do casal. 112
- 47B- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casala, do número de nascidos vivos do grupo B, segundo o grau de escolaridade do casal. 112
- 47C- Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casala, do número de nascidos vivos do total da amostra, segundo o grau de escolaridade do casal. 112
- 48 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural", "rural-rural" e do total da amostra, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto ao grau de escolaridade, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 114
- 49 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de gestações por mulher, quanto à origem e o grau de escolaridade do casal, pelo método do teste da hipótese que as médias de duas distribuições normais são iguais quando ambos os desvios padrão são desconhecidos e não são supostos iguais. 115
- 50 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem e o grau de escolaridade do casal, pelo método do teste da hipótese que as médias de duas distribuições normais são iguais quando ambos os desvios padrão são desconhecidos e não são supostos iguais. 115
- 51 - Número médio de gestações por mulher, segundo a ocupação do marido por ocasião da entrevista e a origem do casal. 116
- 52 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casala, do número de gestações, segundo a ocupação atual do marido e a origem do casal. 116
- 53 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", segundo o número médio de gestações, quanto à ocupação do marido por ocasião da entrevista, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 118
- 54 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de gestações, quanto à origem e ocupação do marido por ocasião da entrevista, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 118

- 55 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a ocupação do marido por ocasião da entrevista e a origem do casal. 119
- 56 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos, segundo a ocupação do marido por ocasião da entrevista e a origem do casal. 119
- 57 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à ocupação do marido por ocasião da entrevista, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 120
- 58 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem e ocupação do marido por ocasião da entrevista, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. . . . 120
- 59 - Número médio de gestações por mulher, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal. 121
- 60 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal. . . 121
- 61 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", segundo o número médio de gestações, quanto à renda "per capita" mensal da família, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 122
- 62 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de gestações, quanto à origem e renda "per capita" mensal da família, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 122
- 63 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal. 124
- 64 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal. 124
- 65 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à renda "per capita" mensal da família, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé. 125

66 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem e renda "per capita" mensal da família, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.	125
67 - Idade média das mulheres por ocasião do casamento, segundo a idade das mesmas por ocasião da entrevista e a origem do casal.	127
68 - Número médio de gestações por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião do casamento, e idade por ocasião da entrevista e a origem do casal.	129
69 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião do casamento, e idade por ocasião da entrevista e a origem do casal.	130
70 - Número médio cumulativo de gestações por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião do casamento, o período de tempo decorrido após o casamento e a origem do casal.	133
71 - Número médio cumulativo de nascidos vivos por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião do casamento, o período de tempo decorrido após o casamento e a origem do casal.	134
72 - Distribuição percentual das mulheres, segundo a fertilidade, a idade por ocasião da entrevista e a origem do casal.	137
73 - Número médio de gestações por mulher, segundo a fertilidade, a idade por ocasião da entrevista e a origem do casal.	139
74 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a fertilidade e a idade da mulher por ocasião da entrevista e a origem do casal.	140
75 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por resposta a pergunta: "O senhor (a senhora) sabe que a mulher tem dias nos quais, mesmo mantendo relações sexuais, ela não fica grávida?", segundo a origem do casal.	142
76 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por conhecimento efetivo dos períodos fértil e não-fértil do ciclo menstrual, segundo a origem do casal.	144
77 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por respostas às perguntas sobre o uso de métodos anticoncepcionais, segundo a origem do casal.	146

- 78 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, por métodos anticoncepcionais mencionados como conhecidos e usados alguma vez, segundo a origem do casal. 149
- 79 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, por métodos anticoncepcionais mencionados como tendo sido usados alguma vez, segundo a origem do casal e a idade das mulheres por ocasião da entrevista. 151
- 80 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, por respostas à pergunta: "Que coisa (método) o senhor (a senhora) e sua esposa (seu marido) usam atualmente para evitar filhos?", para o total de casal. 153
- 81 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, por respostas à pergunta: "Que coisa (método) o senhor (a senhora) e sua esposa (seu marido) usam atualmente para evitar filhos?", segundo a origem do casal. 155
- 82 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres pelo número de métodos anticoncepcionais mencionados como usados alguma vez, segundo a origem do casal. 157
- 83 - Distribuição percentual cumulativa dos casais por ocasião em que usaram pela primeira vez um anticoncepcional, segundo a idade das mulheres à época da entrevista e a origem do casal. 159
- 84 - Número médio de gestações por mulher, segundo a ocasião em que um método anticoncepcional foi utilizado pela primeira vez e a origem do casal. . . . 161
- 85 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a ocasião em que um método anticoncepcional foi utilizado pela primeira vez e a origem do casal. . . 162
- 86 - Número médio de acontecimentos por mulher, segundo a origem do casal e o tipo de acontecimento. . . . 164
- 87 - Distribuição percentual do produto das gestações terminadas por ocasião da entrevista, segundo a origem do casal. 164

INTRODUÇÃO

A temática referente ao crescimento populacional nos países subdesenvolvidos vem sendo objeto central de considerações nos últimos tempos, principalmente no que se refere à América Latina, cuja taxa média anual de crescimento, da ordem de 3 por cento, a caracteriza como a área mundial que mais rapidamente cresce na atualidade.

De acordo com dados fornecidos pelas Nações Unidas (Miró, 1966:28-29), a população mundial estimada para o ano de 1920 era de 1.862.000.000, dos quais 1.256.000.000 referiam-se às regiões consideradas subdesenvolvidas. Entre essas regiões encontrava-se a América Latina, com 87.000.000 de habitantes, uma das menores populações das áreas subdesenvolvidas. Em 1960, conforme dados da mesma fonte, a população mundial passou a 2.990.000.000, com as regiões desenvolvidas apresentando crescimento populacional de 40% e as subdesenvolvidas de 70%. No mesmo período, entretanto, o crescimento verificado para a América Latina foi de 138%, praticamente duas vezes o das demais áreas subdesenvolvidas e mais de três vezes o das áreas desenvolvidas. Isto significa, desde que esse mesmo ritmo de crescimento seja mantido, uma população, em números absolutos, de 740.400.000 no ano 2000, ou, se a taxa atual de aproximadamente 3.0% for gradualmente reduzida a 2.5% na última década deste século, 624.000.000 habitantes (Horwitz e Burke, 1966:147).

Dentre os países sul-americanos, o Brasil, conjuntamente com a Colômbia e o Equador, apresentou no período de 1960-65 uma taxa anual de crescimento populacional em torno de 2.9%, bem superior à apresentada pela Argentina e Uruguai, de 1.7%, mas inferior à de 3.4% registrada para a Venezuela. Assim, a população brasileira estimada para 1970 em aproximadamente 94.000.000 habitantes* deverá estar em 1980 ao redor de 124.000.000 (Miró, 1966:2).

* Os resultados preliminares do Censo Demográfico acusaram um total de 92.237.570 habitantes (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral: 1970).

Para que o fenômeno do crescimento populacional possa ser compreendido, devemos levar em conta os três fatores que o influenciam; a mortalidade, a fecundidade e a migração. A consideração desses três componentes do crescimento populacional é importante porque determinam não só a velocidade do crescimento, mas a própria estrutura etária da população, o que tem profundas implicações econômicas e sociais.

De acordo com Freedman (1965:36), "as taxas de crescimento na maioria dos países são pouco afetadas pela migração internacional; elas dependem principalmente dos níveis de mortalidade e fecundidade. Nas áreas subdesenvolvidas a mortalidade ou já decaiu a níveis baixos, ou pode ser previsto que, em breve, isso ocorrerá com a provável aplicação do conhecimento existente". No que se refere à América Latina, conforme esclarece Lynn Smith (1965:145), "é evidente que durante séculos tanto as taxas de mortalidade como as de natalidade devem ter sido muito altas em todos os 20 países, com as últimas alcançando uma média de 40 e 50 e as primeiras uma média de 30 ou 40 por mil habitantes. Salvo em relação à Argentina e ao Brasil e, para um breve período seguindo-se ao término da II Guerra Mundial, à Venezuela, a imigração transoceânica foi tão tênue que pode ser negligenciada na contagem do crescimento da população". Mesmo no caso do Brasil, onde a imigração negra teve papel importante no passado e a imigração caucasiana até aproximadamente 1930, os resultados numéricos da imigração internacional, por razões econômicas e de política migratória restritiva, representaram pouco no crescimento populacional nas quatro últimas décadas. Por sua vez, em decorrência de medidas postas em prática por organizações internacionais e governos locais, através do controle de moléstias transmissíveis, tais como a malária e a varíola, e de medidas de saneamento, as taxas de mortalidade, aproximadamente a partir do final da segunda década deste século, passaram a cair rápida e substancialmente. No caso brasileiro, somente entre os períodos de 1945-50 a 1955-60, houve uma redução da ordem de 33% na taxa de mortalidade (Miró, 1966:8).

O terceiro componente do crescimento populacional, a fecundidade, é o mais problemático e, potencialmente,

o mais dinâmico na atualidade. Isto porque se a mortalidade baixou, ou vem baixando, a níveis cada vez menores, os níveis de fecundidade nas áreas subdesenvolvidas vêm se mantendo praticamente os mesmos, acarretando, assim, uma elevação do saldo de nascimentos sobre mortes. Assim, essas nações enfrentam, como as nações mais desenvolvidas enfrentaram anteriormente, um período de transição demográfica. A diferença reside, entretanto, no fato de que o processo ocorre na atualidade a uma velocidade muito mais rápida do que ocorreu anteriormente. Conforme esclarece Freedman (1965:2), "um estudo das Nações Unidas demonstra que a fecundidade divide os países em desenvolvimento dos países mais desenvolvidos de forma mais consistente e mais completa do que qualquer outro indicador".

Os países subdesenvolvidos, em decorrência da rapidez com que as mudanças demográficas vêm ocorrendo, passaram a ser o novo foco de estudo da fecundidade humana, já que os estudos que se desenvolviam no Ocidente concentravam-se nos fenômenos da continuada baixa nos níveis de fecundidade, ocorrida principalmente entre 1915 e 1933; nas diferenças de fecundidade entre as diversas classes sociais; e, posteriormente, no "baby boom" verificado após a II Guerra Mundial. Conforme bem situa Davis (1965:320), na atualidade "O problema é o reverse do que foi na década de 30. Então, inúmeros países industriais, temerosos de uma eventual perda de população, estavam buscando ou considerando políticas destinadas a elevar o nível de fecundidade, e a pesquisa social sobre reprodução estava dirigida para esse fim"; a questão agora, "é onde e como um declínio nas taxas de nascimentos será iniciado ou induzido".

Esse novo enfoque no estudo da fecundidade humana emergiu principalmente das preocupações de especialistas em desenvolvimento sobre as possíveis ameaças que o elevado crescimento populacional possa representar aos programas de desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos.

A América Latina, todavia, caracteriza-se pelo fato de que a fecundidade vem sendo muito pouco estudada. Como

responsáveis por essa ausência de estudos demográficos, Styces (1966:241) aponta os seguintes fatores: o que denomina de "tradicional indiferença dos intelectuais da América Latina por questões de população"; a escassez de demógrafos; e a inexistência ou falta de fidedignidade dos dados existentes. Quanto ao último, convém frisar que a ausência de estatísticas válidas em que se possa confiar deve-se principalmente à omissão de registros, ou ao registro tardio de eventos, o que, logicamente, influencia a cobertura e utilidade dos dados*. Os dados censitários, por outro lado, apresentam-se falhos pela ausência de informações sobre importantes variáveis que permitam a compreensão do comportamento reprodutivo da população latino-americana.

No caso do Brasil, particularmente, a ausência de estudos sobre fecundidade é completa. Como exceções à regra geral, devem ser citados os trabalhos realizados por Mortara, bem como o de Saunders, (1958), valendo-se de dados censitários; o estudo comparativo promovido pelo Centro Latino-Americano de Demografia - CELADE; e o que o Centro de Estudos de Dinâmica Populacional - CEDIP, da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo vem desenvolvendo presentemente, os dois últimos a partir da coleta de dados primários.

Outro ponto a destacar é o total desinteresse dos sociólogos brasileiros pelo tema. A explicação para esse fato é dada por Davis (1965:309), logo no início da introdução de seu trabalho intitulado "A Sociologia do Comportamento Demográfico". "Considerado como uma divisão da sociologia", escreve ele, "o estudo da população é peculiar. Não emergiu, da mesma forma que o estudo da estratificação ou da educação, como uma especialidade dentro do campo maior da sociologia, à medida em que este campo progredia. Ao contrário, sendo mais antigo que a sociologia, enquanto disciplina formal, desenvolveu-se a partir de suas diversas origens em economia, estatística, medicina e biologia, e apenas gradualmente tornou-se mais intimamente identificado com a sociologia. Em alguns paí

* Para maiores considerações sobre o assunto consultar o trabalho de CAMISA (1968:17-37).

ses, como o Japão ou o Brasil, essa identificação ainda não ocorreu. Mesmo onde a afiliação com a sociologia é mais próxima, como nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, o estudo da população permanece como uma das mais independentes divisões sociológicas".

Assim sendo, o tema da fecundidade da mulher brasileira, altamente polêmico por suas implicações práticas, permanece como área inexplorada de estudo. O presente trabalho é uma pequena contribuição nesse sentido.

CAPÍTULO I

OS MODELOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA FECUNDIDADE HUMANA

O problema inicial para os que ingressam no estudo da fecundidade humana é a falta de precisão na utilização dos termos básicos, fecundidade e fertilidade, nos trabalhos publicados em língua portuguesa. Tendo em vista que a grande maioria desses trabalhos foi originariamente publicada em inglês, tradutores menos avisados simplesmente consideraram a palavra fertility como sendo fertilidade e, conseqüentemente, fecundity como sendo fecundidade. Na verdade, o que ocorre é o desconhecimento, no ato da tradução, de que essas palavras, apesar de homólogas em inglês e português, bem como em francês e espanhol, têm sentido ou significado diferente. Assim sendo, a tradução correta de fertility, para o português, é fecundidade, como é fécondité em francês e fecundidad em espanhol. Da mesma forma, fecundity é fertilidade em nossa língua, fertilité e fertilidad na francesa e espanhola, respectivamente. A necessidade de que essas palavras sejam utilizadas corretamente é de que designam fenômenos diferentes, mas passíveis de serem confundidos. Dessa forma, as palavras fecundidade e infecundidade são usadas para indicar, respectivamente, uma procriação efetiva ou falta de procriação, enquanto que fertilidade e infertilidade, ou esterilidade, são usadas para designar a capacidade ou a incapacidade física de procriação*.

"A noção fundamental de fecundidade", segundo Barclay (1966:167), "é a de um nível efetivo de realização ** em uma população, baseado nos números de nascidos vivos que ocorrem". Freedman (1962:43), por sua vez, considera que "pode ser definida simplesmente como o número de nascimentos ocorrendo em uma unidade determinada de população, num determinado período de tempo".

* Veja-se a esse respeito a nota de rodapé do tradutor do trabalho editado por Kiser (1967:25).

** No original "performance".

Seu que se pretenda entrar em considerações mais aprofundadas sobre as formas de mensuração da fecundidade, bem como de suas peculiaridades, torna-se necessário especificar a natureza da unidade de população, o período de tempo e o tipo de evento considerados nos procedimentos de quantificação do fenômeno, por envolverem "importantes questões sociológicas substantivas, quer explícita ou implicitamente" (Freedman 1962:43).

A unidade de população, segundo Freedman, (1962: 43) "pode ser um homem ou uma mulher, o casal, um estrato social, ou um grupo, ou uma categoria de indivíduos ou de casais em uma sociedade". No entanto, a prática usual é a de considerar somente as mulheres "expostas ao risco de concepção", isto é, aquelas que se encontram no período fértil da vida, convencionalmente estabelecido como o que vai de 15 a 49 anos de idade, já que virtualmente todos os nascimentos ocorrem quando as mães se encontram nessa faixa etária. Convém destacar que apesar de ser usual a prática de relacionar a mensuração da frequência de nascimentos em uma população somente às mulheres, não é levado em conta "o fato simples, mas importante, de que a unidade reprodutora é biológica e sociologicamente bi-sexual" (Freedman, 1962:45). Em consequência desse fato, o desenvolvimento de medidas que permitem que o casal seja considerado como unidade de mensuração representa um dos maiores avanços na quantificação da fecundidade no período de após-guerra, ainda que isso represente problemas técnicos ou de custo, quer na coleta, quer na tabulação conjunta dos dados de ambos os cônjuges.

Até recentemente, o período de tempo tomado como base para a mensuração da fecundidade era um período anual determinado, expresso por um índice de realização nesse intervalo de tempo. Esse primeiro método caracteriza-se, então, por medir a fecundidade através de um índice vital, baseado nos nascimentos e dados de população para um determinado período anual. O segundo método baseia-se na contagem dos nascimentos ocorridos em um grupo determinado de mulheres, isto é, no levantamento das histórias reprodutivas efetivas desse grupo de mulheres. A diferença básica entre esses dois tipos de orien-

tação é de grande importância, já que conduzem a diferentes tipos de conclusões. Dessa forma, a segunda "representa a realização reprodutiva completa de um grupo de mulheres, o que pode durar aproximadamente 35 anos", enquanto que a primeira "inclui parte da realização de muitos grupos diferentes (grupos etários) de mulheres, durando apenas um ano" (Barclay, 1966:168). O número final que se obtém pela utilização do segundo método é o número médio de nascidos vivos tidos por um grupo de mulheres, do início ao fim do período fértil, o que também é chamado de "tamanho da família completada" ou "tamanho médio da família".

Para concluir as considerações sobre os elementos envolvidos na quantificação da fecundidade, faltaria apenas levar em conta o evento que é mensurado. De acordo com Freedman (1962:46), "teoricamente nos estudos de fecundidade, o evento básico deveria ser antes as concepções do que os nascimentos, a serem contadas a partir de uma subdivisão adicional em mortes fetais e em nascidos vivos. Até agora, como isso somente é possível a partir de estudos exploratórios por amostragem e estudos clínicos", o evento básico convencionalizado é o nascido vivo que, de acordo com a definição das Nações Unidas (1953:6), "é a expulsão ou extração completa do corpo da mãe, independentemente do tempo de gestação, de um produto de concepção que, após essa separação, respira ou manifesta qualquer outro sinal de vida, tal como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos músculos de contração voluntária, tenha ou não sido cortado o cordão umbilical, e esteja ou não desprendida a placenta; todo produto de tal nascimento é considerado como um nascido vivo".

Pela complexidade da definição em aprêço, é razoável supor a ocorrência de possíveis falhas na interpretação do resultado de uma concepção, caracterizando-o como um natimorto, quando tendo em vista os elementos de tal definição devesse ser considerado como um nascido vivo. Além disso, deve-se levar em conta, principalmente nos países subdesenvolvidos, outros fatores que influenciam na caracterização do evento, tais como as condições sob as quais o parto é conduzido, que poderiam reduzir a percepção dos elementos classifica

dores, e os tipos de profissionais que o realizam, com diferentes níveis de habilidades e conhecimentos.

Finalmente, convém destacar que a escolha de medidas estatísticas dos níveis de fecundidade é grandemente influenciada pelos tipos de estatísticas demográficas disponíveis para as diferentes sociedades. Esse fato é de grande importância se considerarmos que os estudos de fecundidade envolvem a análise comparativa de uma mesma sociedade em momentos distintos, ou de diferentes sociedades em um mesmo momento, ou historicamente. Em função disso, as Nações Unidas vêm desenvolvendo esforços para a padronização de definições e de procedimentos, principalmente no período de após-guerra, quando inúmeros países passaram a realizar seus censos de população e a desenvolver sistemas de registro estatístico (Freedman, 1962:36).

Se do ponto de vista da demografia formal praticamente inexistem dificuldades na definição da fecundidade e na caracterização dos elementos incluídos na mesma, ainda que o rigor da mensuração de seus níveis esteja na dependência da possibilidade de utilização de medidas estatísticas mais refinadas, a identificação e a categorização dos determinantes desses níveis de fecundidade podem ser realizadas de mais de uma forma. Recorde-se, como o faz Yaukey (1969:100), que a "fecundidade em si não é comportamento social, mas antes a resultante desse comportamento". Assim, as variáveis que afetam a fecundidade são numerosas e bastante complexas em suas interrelações e, como esclarece Freedman (1962:46), "qualquer explanação completa envolverá estudos bastante complexos, incluindo muitos aspectos da sociologia e das disciplinas afins".

Como consequência da complexidade do problema, a pesquisa em fecundidade caracteriza-se "mais pelo uso sistemático de dados fidedignos em relação a um pequeno número de variáveis, do que por esforços em colocar os muitos e excelentes achados específicos de pesquisa, em um contexto social mais amplo" (Freedman, 1962:38). Como salienta Davis (1959:313), é difícil evitar a conclusão de que os maiores avanços na ciência da população resultaram de desenvolvimentos nas fon-

tes de informação e nas técnicas de análise, ao invés de interpretações amplas". Ressalte-se, também, que uma grande parte dos estudos empíricos está voltada simplesmente para a mensuração do fenômeno, sem tentar relacioná-lo a outras variáveis, não estando, assim, orientada para conceitos e problemas sociológicos.

Dessa forma, conforme conclui Freedman (1962: 38), "provavelmente é muito cedo para uma útil "teoria geral" da fecundidade humana, mas já existem evidências de abordagens mais gerais, que podem ser um prenúncio de tentativas para integrar em esquemas mais amplos os inúmeros esforços de pesquisa em progresso".

Tien (1968:138), por sua vez, destaca a existência de três modelos para a análise comparativa do comportamento humano em relação à fecundidade: o institucional, de Davis e Blake; o interacional, de Hill, Stycos e Back; e o normativo, de Freedman. O primeiro deles focaliza os mecanismos institucionais e as chamadas "variáveis intermediárias" que vinculam esses mecanismos com a fecundidade; o segundo, toma a família nuclear, como a unidade social de planejamento e de tomada de decisões, como ponto de referência de interação no estudo do planejamento familiar; o terceiro, que toma elementos dos dois primeiros, desenvolve uma classificação das variáveis independentes que influenciam as "variáveis intermediárias" e, conseqüentemente, a fecundidade.

De forma sumária, as características fundamentais desses modelos são apresentadas a seguir, principalmente através de citações extraídas dos trabalhos originais, com propósitos meramente expositivos.

a. O Modelo Institucional

O trabalho de Davis e Blake tem importância destacada no estudo da fecundidade; em primeiro lugar, porque a relação das variáveis intermediárias que apresentam vem sendo utilizada, nos últimos catorze anos, como um inventário dos determinantes imediatos da fecundidade (Yaukey, 1968:100); e, em segundo, por constituir uma tentativa de elaborar uma perspectiva conceitual de larga aplicabilidade, em mais de um ti-

po de situação contrastante (Tien, 1968:140), cujos elementos básicos são: (a) uma caracterização aparentemente empírica de níveis diferenciais (baixo ou alto) e (b) uma classificação dicotômica de sociedades ("áreas subdesenvolvidas" e "sociedades urbano-industriais").

Esclarecendo que o trabalho representa uma tentativa de elaborar e utilizar um esquema analítico para a sociologia comparativa da fecundidade, Davis e Blake propuseram-se a realizar duas tarefas específicas, porém relacionadas: (a) "apresentar a classificação das variáveis intermediárias através das quais devem operar quaisquer fatores sociais que influenciam o nível de fecundidade", e (b) "mostrar, em amplo esboço, como alguns tipos e elementos da organização social, agindo através dessas variáveis, parecerem aumentar ou diminuir a fecundidade" (Tien, 1968:138).

Considerando que "o processo de reprodução envolve três passos necessários suficientemente óbvios para serem geralmente reconhecidos na cultura humana: 1) intercuro, 2) concepção, e 3) gestação e parto", as autoras enfatizam que "analisando as influências culturais na fecundidade, devemos iniciar com os fatores diretamente relacionados a esses três passos. Tais fatores seriam aqueles através dos quais, e somente através dos quais, as condições culturais podem afetar a fecundidade". Por essa razão, essas variáveis, em número de onze, são denominadas intermediárias (Davis e Blake, 1956:356).

A importância dessas variáveis é destacada pelos autores ao enunciarem: "Está claro que qualquer fator cultural que afeta a fecundidade, deve fazê-lo de alguma forma classificável sob uma ou outra de nossas onze variáveis intermediárias. Portanto, elas fornecem um esquema de referência em termos do qual a relevância dos fatores culturais para a fe-

* Conforme esclarecem Davis e Blake (1956:356), em nota de rodapé, "Ainda que o fisiologista identifique mais etapas no processo, estas podem ser incluídas sob os três tópicos aqui apresentados. Estamos interessados somente nas etapas da reprodução à medida em que podem ser socialmente reconhecidas e utilizadas".

cundidade pode ser julgada". Esclarecem ainda, que "os fatores culturais, ou "variáveis condicionantes", são presumivelmente numerosos, e nenhum esforço é feito aqui para classificá-los; mas, as "variáveis intermediárias" oferecem um meio de abordagem para selecionar e analisar esses fatores" (Davis e Blake, 1956:357).

As onze variáveis intermediárias, agrupadas conforme os três passos "geralmente reconhecidos" no processo reprodutivo, são:

I - Fatores Afetando a Exposição ao Intercurso ("Variáveis de Intercurso").

A. Aquêles governando a formação e a dissolução de uniões no período reprodutivo*.

1. Idade de entrada em uniões sexuais.
2. Celibato permanente: proporção de mulheres jamais entrando em uniões sexuais.
3. Quantidade do período reprodutivo despendida após ou entre uniões.
 - a. Quando as uniões são desfeitas por divórcio, separação ou deserção.
 - b. Quando as uniões são desfeitas por morte do marido.

B. Aquêles governando a exposição ao intercursos dentro de uniões.

4. Abstinência voluntária.
5. Abstinência involuntária (por impotência, doença, separações temporárias, mas inevitáveis).
6. Frequência de coito (excluindo os períodos de abstinência).

II - Fatores Afetando a Exposição à Concepção (Variáveis de Concepção).

* Considerando que o intercursos pode ocorrer fora do casamento, os autores referem-se à "união sexual", definindo-a "como qualquer relação heterossexual, onde ocorra o intercursos efetivo, no qual o orgasmo é produzido pelo menos para o homem".

7. Fertilidade ou Infertilidade enquanto afetadas por causas involuntárias.
8. Uso ou não uso de contracepção.
 - a. Por meios químicos e mecânicos.
 - b. Por outros meios*.
9. Fertilidade ou infertilidade enquanto afetadas por causas voluntárias (esterilização, sub-incisão, tratamento médico, etc.).

III- Fatores Afetando a Gestação e o Parto Bem Sucedido (Variáveis de Gestação).

10. Mortalidade fetal por causas involuntárias.
11. Mortalidade fetal por causas voluntárias.

Para o uso dessas variáveis como um meio de abordagem para selecionar e analisar os fatores culturais que influenciam na fecundidade, Davis e Blake (1956:357-358) destacam as seguintes estipulações básicas, que em última análise se constituem, também, na forma de atuação dessas variáveis:

1. "... cada uma das onze variáveis pode ter um efeito negativo (menos) ou positivo (mais) na fecundidade. Se examinando todas as sociedades pudermos encontrar o âmbito de influência de uma determinada variável, qualquer efeito mais negativo do que o ponto médio desse âmbito estaria no lado negativo, e qualquer influência mais positiva estaria no lado positivo... O valor de cada variável refere-se a como afeta a fecundidade em cada caso...".

2. "Todas as variáveis estão presentes em qualquer sociedade... a ausência de uma prática específica não implica em "não-influência" na fecundidade, porque essa própria ausência é uma forma de influência. Segue-se que a posição de qualquer sociedade, se completamente estabelecida, deve ser estabelecida em todas as onze variáveis".

3. "Sociedades diferindo em sua organização social

* Os autores esclarecem ser o ritmo, o coitus interruptus, o intercursos simulado sem penetração, várias "perversões", etc..

não têm, necessariamente, diferentes valores de fecundidade em relação a todas as variáveis. Em algumas das variáveis, podem apresentar valores realmente similares... . Todavia, duas sociedades contrastantes não se inclinam a manter valores similares para todas as variáveis, mesmo quando seu nível geral de fecundidade é praticamente o mesmo. A taxa efetiva de nascimentos depende do saldo líquido dos valores de todas as variáveis. Embora as sociedades que produzem uma alta fecundidade tendam a estar predominantemente no lado positivo, nenhuma sociedade possui o mais alto valor positivo em todas as onze variáveis; e sociedades com baixa fecundidade revelam-se esmagantemente positivas em um certo número delas".

4. "... influências culturais afetando as onze variáveis não representam necessariamente tentativas racionais para governar a fecundidade. Muitas consequências da fecundidade, que provêm de condições sócio-culturais (especialmente em regiões subdesenvolvidas), constituem subprodutos, não sendo esperadas e imaginadas pelos membros da sociedade... . As exigências de uma determinada sociedade podem ser satisfeitas favorável e desfavoravelmente, tanto por um nível não-intencional de fecundidade, como por um nível intencional".

De acordo com as características básicas da perspectiva delineada no trabalho em referência, a questão da distribuição dos valores de fecundidade, para cada uma das variáveis intermediárias, em sociedades com diferentes tipos de organização social, é levantada pelos seus autores. No entanto, esse ponto, que é de importância para os estudos comparativos de fecundidade, foi apenas parcialmente abordado por eles, que se preocuparam, a partir da classificação dicotômica de sociedades, tão somente em comparar as variações na fecundidade entre "as próprias áreas subdesenvolvidas" e entre elas e as "sociedades urbano-industriais", enfatizando a focalização da "alta fecundidade" ao invés da "baixa fecundidade" (Tien, 1968:147-148).

Nesse sentido, conforme esclarecem (Davis e Blake, 1956:358), "uma generalização preliminar é que sociedades subdesenvolvidas tendem a ter altos valores de fecundidade para os números 1, 2, 8, e 9 da relação; podem ter altos

valores para 3a, 3b e 11; e, freqüentemente, têm baixos valores para 4 e 10. Quanto às variáveis restantes - 5, 6 e 7 - é difícil provar que existam quaisquer diferenças consistentes entre sociedades pré-industriais e industriais. Se esta generalização é grosseiramente acurada, torna-se então significativo reagrupar as onze variáveis como se segue:

As Variáveis Intermediárias de acordo com seus valores em sociedades Pré-Industriais.

Valores Usualmente Altos

1. Idade de entrada em uniões
2. Celibato permanente
8. Contracepção
9. Esterilização, etc.

Valores Altos ou Baixos

- 3a. Tempo entre uniões instáveis
- 3b. Celibato pós-viuvez
11. Mortalidade fetal voluntária

Valores Usualmente Baixos

4. Abstinência voluntária
10. Mortalidade fetal involuntária

Indeterminado

5. Abstinência involuntária
6. Frequência de coito
7. Esterilidade involuntária"

Do conjunto de variáveis consideradas como apresentando valores usualmente altos de fecundidade nas sociedades subdesenvolvidas, aquelas de números 1, idade de entrada em uniões, e 2, celibato permanente, pertencem ao grupo das "Variáveis de Intercurso", especificamente àquelas que governam a formação e dissolução de uniões no período reprodutivo, enquanto que as duas outras, de números 8 e 9, uso ou não-uso de contracepção, e fertilidade ou infertilidade enquanto afetadas por causas voluntárias, enquadram-se no grupo das "Variáveis de Concepção".

Conforme se poderá facilmente depreender da consideração dos efeitos dessas variáveis no nível de fecundidade, as duas variáveis de intercuro apenas representarão diminuição desse nível à medida em que significarem abstinência, quer por uma entrada mais tardia em uniões sexuais, quer por celibato permanente, nesse último caso com continência fora do casamento, ou através da utilização de meios contraceptivos nas relações resultantes de uniões informais ou não-maritais.

No que se refere à variável de número 1, a simples entrada em uniões em idades mais baixas não significa a possibilidade de aumento na fecundidade, desde que fatores relacionados à concepção e gestação podem estar presentes em uma situação determinada, resultando na neutralização de seus efeitos como, por exemplo, o uso de contracepção ou do aborto como práticas amplamente difundidas. Todavia, nas sociedades subdesenvolvidas a variável que se refere à idade de entrada em uniões, bem como aquela relacionada ao celibato permanente, ganham importância pelo fato de as práticas de contracepção, de aborto e de esterilidade voluntária não serem utilizadas, ou mesmo quando são utilizadas, isso ocorre de forma insuficiente para que seus efeitos sejam percebidos no nível geral de fecundidade.

Nas sociedades subdesenvolvidas, onde ocorre uma alta mortalidade geral, a idade de entrada em uniões é geralmente baixa, desde que, conforme o mencionaram Davis e Blake (1956:359), o casamento precoce representa "a possibilidade máxima de restringir a ameaça de insuficiência de reposição da população". Destacam ainda, que "a ameaça da mortalidade, do ponto de vista societário, refere-se não somente à prole em potencial, mas também aos próprios pais. A constituição de uniões em idades jovens ajuda a garantir que os adultos jovens conseguirão, pelo menos, alguma reprodução antes que morram".

Na análise da variável em referência devem ser destacados os dois tipos possíveis de uniões quanto às expectativas de seus resultados. O primeiro refere-se àquelas uniões nas quais a reprodução geralmente ocorre e, o segundo,

àquelas onde é fortemente condenada, como em certas sociedades em que as uniões pré-maritais precoces são permitidas, mas as gestações não o são. Tratando especificamente das uniões maritais, devemos ter em conta as diferenças que se manifestam em diferentes sociedades, onde os mecanismos institucionais que as regulam não são os mesmos. O papel e o significado do casamento estarão em função dos tipos predominantes de sistema de parentesco, de organização da família e de controle da propriedade. Conseqüentemente, à medida em que esses mecanismos operem de formas distintas, a idade de entrada em uniões não será a mesma para sociedades com diferentes tipos de organização social.

Em relação ao celibato permanente, situação similar se apresenta. Ressalte-se que o celibato permanente é fator muito mais poderoso que a simples postergação do casamento, ainda que em termos atuais seja infreqüente, resultando em menor influência na redução da fecundidade. Conforme esclarecem Davis e Blake (1956:365), para reduzir os níveis atuais de fecundidade das sociedades subdesenvolvidas àqueles níveis apresentados pelas sociedades urbano-industriais que atingiram os maiores graus de desenvolvimento, seria necessário que 50% da população permanecesse celibatária. No entanto, raras são as sociedades onde mais de 20% das mulheres completam seu período reprodutivo sem terem contraído matrimônio. O caso da Irlanda, citado por Davis e Blake (1956:362), onde em 1946 as mulheres no grupo etário de 45 a 49 anos que permaneciam solteiras constituíam 26,3% do total desse grupo, representa exceção devida a circunstâncias particulares.

Nos países desenvolvidos, a taxa de mulheres celibatárias que completam seu período fértil nessa situação, está em torno de 10%, enquanto que para os subdesenvolvidos raramente atinge 4% (Davis e Blake, 1956:362). Ainda que o celibato permanente não seja um costume difundido em nenhuma sociedade, excetuando-se o caso de algumas religiões nas quais constitui uma norma organizacional, é importante considerar as diferenças de ocorrência entre as sociedades urbano-industriais e as subdesenvolvidas.

Similarmente ao que ocorre em relação à idade de entrada em uniões, a alta mortalidade geral verificada nas sociedades subdesenvolvidas, e a baixa fecundidade da espécie humana relativamente às outras espécies, levaram a mecanismos que estimulam a participação da maioria das mulheres no processo reprodutivo. Como especificam Davis e Blake (1956:363), essa "participação é organizada através da instituição do casamento, que une sexo e reprodução ao cuidado e socialização das crianças. Esta instituição é, por sua vez, mantida por suas articulações com o resto da ordem social. A relação marital transforma-se, então, em uma norma geral em termos da qual os desejos e as expectativas de todos os indivíduos são canalizados". Entretanto, considerando que o casamento permanece como uma norma institucional nos dois tipos de sociedades, é necessário analisar as razões pelas quais uma maior proporção de mulheres jamais chega a contrair matrimônio nas sociedades urbano-industriais. Para os autores, uma possível explicação dessa maior ocorrência estaria relacionada ao fato de que "essas sociedades dependem menos da família e das relações de parentesco como bases da organização social. O fato de ser ou não casado, em uma sociedade urbano-industrial, afeta menos as oportunidades econômicas do indivíduo. Nas sociedades pré-industriais, onde a família é a unidade de produção, o casamento tem um alto valor para o indivíduo. Também, onde os cônjuges são auto-selecionados por um processo competitivo de corte, como nos países modernos, tende a existir uma proporção substancial que não é bem sucedida em atrair um companheiro adequado" (Davis e Blake, 1956:365).

Finalmente, ainda que essas duas variáveis ligadas à exposição ao intercuro tenham altos valores de fecundidade, a diminuição da fecundidade por casamento tardio é, pelas razões expostas, proporcionalmente bem maior do que a por celibato permanente (Davis e Blake, 1956:362).

Se, por sua vez, para que ocorra uma redução efetiva nos níveis de fecundidade, as variáveis mencionadas devem representar a não realização do ato sexual, ou a sua postergação, com todas as dificuldades a isso inerentes, uma vez que significam privação em algum sentido, as outras duas va-

riáveis ligadas à concepção - uso de contracepção e esterilidade voluntária - classificadas como tendo altos valores de fecundidade nas sociedades subdesenvolvidas, não impedem a realização do intercuro, desde que postas em prática. Como consequência lógica desses fatos, esperar-se-ia que essas práticas fossem suficientemente difundidas nessas sociedades, operando no sentido de diminuir a fecundidade geral.

Como destacam Davis e Blake (1956:356), ainda que "em muitas culturas primitivas e camponesas a idéia de contracepção química e mecânica seja conhecida e tentativas sejam feitas para aplicá-la", as dificuldades que se apresentam nessas sociedades, devidas ao desconhecimento da própria fisiologia reprodutiva e ao grau de desenvolvimento tecnológico, impedem que esses tipos de métodos sejam efetivos, uma vez que os elementos mágicos neles predominam. Por outro lado, os métodos não químicos e não mecânicos que independem do progresso tecnológico, como o coitus interruptus, o intercuro sem penetração e "várias outras perversões sexuais", são conhecidos e praticados em quase todas as sociedades, mas também de forma insuficiente para representar um maior controle sobre a fecundidade. A utilização desses métodos parece ser mais acentuada em relações pré-maritais ou extra-maritais, razão porque os efeitos são reduzidos. Os autores apresentam como justificativas para essa não utilização de contracepção nas relações maritais nessas sociedades, as altas taxas de mortalidade que levariam a uma tentativa de se conseguir uma maximização da fecundidade nos estágios iniciais do período reprodutivo; o fato de requererem cooperação do homem com uma frustração parcial na consecução do ato, o que conduziria a uma rejeição do método; e a falta de comunicação, principalmente no que se refere aos assuntos de sexo, devido ao isolamento social dos cônjuges, o que resultaria na impossibilidade de cooperação para o uso sistemático de métodos contraceptivos nas relações maritais.

Em relação ao controle voluntário sobre a fertilidade, através de medidas cirúrgicas, os mesmos fatores iminentes se apresentam. Por representar, além do mais, impossibilidade permanente de reprodução, além de outros fatores

culturais envolvidos, esta variável apresenta alto valor de fecundidade, não só nessas sociedades, mas também nas sociedades urbano-industriais, onde geralmente não é permitida.

O segundo conjunto de variáveis intermediárias, que Davis e Blake classificam como apresentando valores altos ou baixos de fecundidade, compõe-se das variáveis que se relacionam à quantidade do período reprodutivo despendida após ou entre uniões, seja quando essas uniões são desfeitas por divórcio ou separação, seja por morte do cônjuge, e à mortalidade fetal enquanto afetada por causas voluntárias; esta última do grupo das "variáveis de gestação" e a primeira do grupo das "variáveis de intercuro".

Na análise dos efeitos destas duas variáveis sobre a fecundidade, observa-se que apresentarão valores positivos ou negativos em diferentes sociedades pré-industriais, distintamente do que ocorre com aquelas classificadas como tendo altos valores de fecundidade. Assim, se uma alta taxa de viuvez feminina é encontrada em todas essas sociedades, com mecanismos diferentes que permitem ou não um novo casamento, as taxas de dissolução de uniões maritais por separações de qualquer tipo são, regra geral, baixas. Os mesmos fatores anteriormente mencionados, que estimulam o estabelecimento de uniões, agem no sentido de que estas sejam estáveis. Somente em sociedades onde ocorra uma proporção significativa de uniões informais, a exemplo das uniões consensuais na América Latina, é que uma maior instabilidade se manifesta; da mesma forma que para a viuvez, os resultados sobre a fecundidade estarão na dependência do tempo que geralmente é despendido para o estabelecimento de uma nova união.

A mortalidade fetal enquanto afetada por causas voluntárias é citada como "sendo amplamente praticada em sociedades pré-industriais, sendo o principal meio para limitar a fecundidade" (Davis e Blake, 1956:371). Desde que os procedimentos médicos que tentam diminuir a mortalidade fetal operam de forma a não influenciar grandemente a fecundidade, o valor de fecundidade dessa variável fica na dependência da prática do aborto, em uma determinada sociedade. A questão le

vantada pelos autores refere-se às razões do aborto ser praticado com maior frequência do que a contracepção, em sociedades subdesenvolvidas. As razões apontadas são: "a) Comparado com os meios químicos e mecânicos de contracepção, o aborto é tecnicamente simples; b) em contraste com os métodos não-químicos e não-mecânicos, como o coitus interruptus ou coitus inter femora, o aborto não é praticado no momento do intercuro e não requer a cooperação entre o homem e a mulher. É um método feminino e pode ser praticado sem o conhecimento do homem. c) Diferentemente da contracepção, é completamente efetivo. d) Uma vez que a gestação indesejada ocorreu, a necessidade do aborto é certa, enquanto que no momento do intercuro haverá sempre a possibilidade de que a gestação não venha a ocorrer. e) Ainda que uma criança possa ser desejada ao tempo do intercuro, eventos subsequentes podem alterar essa atitude, momento no qual o aborto, ao invés da contracepção, é um remédio" (Davis e Blake, 1956:372).

As outras duas variáveis que usualmente apresentam baixos valores de fecundidade são as relativas à abstinência voluntária e à mortalidade fetal por causas involuntárias. A primeira delas, por ser em média mais utilizada em sociedades pré-industriais que nas urbano-industriais, apresenta valor negativo para a fecundidade. No entanto, dos quatro tipos possíveis de abstinência - pós-parto, ocasional, gestacional e menstrual - somente as duas primeiras têm esse efeito. A abstinência pós-parto é universalmente praticada, variando apenas, de uma sociedade para outra, a extensão do período de tempo, com as sociedades subdesenvolvidas apresentando períodos mais longos de abstinência. A ocasional, por sua vez, é aquela observada em determinados dias, seja por realização de cerimônias importantes, seja por tabus, ou por motivos comunitários relevantes. Torna-se difícil, todavia, avaliar a exata influência dessa abstinência ocasional sobre a fecundidade nas sociedades onde ocorrem (Davis e Blake, 1956:373).

A variável seguinte, de número 10, mortalidade fetal enquanto afetada por causas involuntárias, é apresentada pelos autores juntamente com as três restantes, classifica

das como tendo valores indeterminados de fecundidade, por manifestarem a característica comum de não serem "claramente determinadas por padrões institucionais em diferentes culturas". A mortalidade fetal enquanto afetada por causas involuntárias é maior nas sociedades subdesenvolvidas, razão pela qual essa variável tem um baixo valor de fecundidade nessas sociedades (Davis e Blake, 1956:375).

Das três restantes, a de número 6, relativa à frequência de coito, "possivelmente favorece a fecundidade mais nas sociedades subdesenvolvidas do que nas industriais. Porém, no máximo, a evidência desta perspectiva é indireta, esboçada somente a partir de poucas sociedades desenvolvidas, onde a frequência de coito parece ser maior entre as classes manuais que entre as classes sedentárias" (Davis e Blake, 1956: 375). É de se supor que a variável de número 5 - abstinência involuntária - apresenta maior frequência nas sociedades subdesenvolvidas, considerando-se que ocorra principalmente por razões de saúde. Um outro fator que conduz a esse tipo de abstinência é o da migração, que acarreta a separação temporária ou definitiva de casais. Os efeitos sobre a fecundidade são difíceis de serem medidos, principalmente pelo fato de que os registros desses dados inexistem ou são precários.

Outrossim, supõe-se que a variável de número 7 - esterilidade involuntária, tenha efeito negativo nas sociedades subdesenvolvidas, em função do nível de vida dessas populações, o que também é verdadeiro para as de números 10 e 5. Poder-se-ia, também, levantar a questão relativa aos efeitos do estilo de vida urbano, dando origem à tensão nervosa e a toda problemática correlata, sobre a fecundidade nas sociedades urbano-industriais.

Como ressaltam os autores, "os valores comparativos de fecundidade dessas quatro variáveis acima discutidas são desconhecidos" (Davis e Blake, 1956:375), existindo, no entanto, uma maior evidência apenas para os valores relativos à variável de número 10, mortalidade fetal enquanto afetada por causas involuntárias.

Uma conclusão lógica que pode ser extraída do

exposto é que, independentemente dos valores de fecundidade que as variáveis intermediárias possam ter, algumas delas têm um papel de maior importância que as demais na determinação dos níveis de fecundidade de uma sociedade. Assim sendo, a utilização em massa de métodos anticoncepcionais e a prática generalizada do aborto, em primeiro plano; a postergação do casamento e o não casamento, em segundo, seriam, relativamente às demais variáveis intermediárias, aquelas que apresentam uma maior preponderância no estabelecimento das taxas de nascimentos.

Caberia ressaltar, ainda, que o grande mérito do modelo de Davis e Blake está no conjunto das variáveis intermediárias que se constitui em um inventário dos determinantes imediatos da fecundidade. O enfoque principal está orientado para a fecundidade ao nível societário, referindo-se apenas de forma implícita a valores e normas sociais relacionados à fecundidade ao nível da família ou do indivíduo (Tien, 1968: 154).

b. O Modelo Interacional

O modelo esquematizado por Hill, Back e Styckos tem suas origens nos estudos realizados em Porto Rico, a partir do início da década de cinquenta. A unidade selecionada para o estudo foi a família nuclear de procriação que, conforme especificam, preenche vários critérios de importância: "é a unidade de planejamento, de escolha e de ação. Ela é capaz de servir como um referente em vários sistemas conceituais de teoria. É acessível a observação e investigação empíricas e é a unidade de serviços médicos e educacionais em assuntos de controle de fecundidade" (Hill e outros, 1955:43).

Tomando a família como unidade de estudo, selecionaram o esquema de referência interacional para o estudo de pequenos grupos como abordagem conceitual, porque "oferecia um corpo teórico, a partir do qual poderiam ser formuladas questões para o estudo diagnóstico, e indicava categorias para classificar a estrutura e a dinâmica da família, bem como observava as famílias em sua luta com problemas de tamanho

e de controle da fecundidade" (Hill e outros, 1955:43).

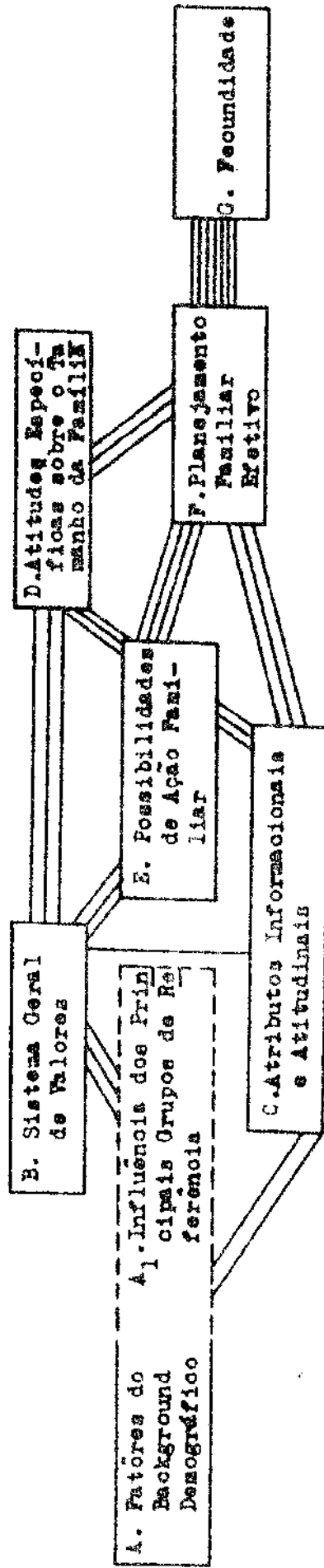
Em outras palavras, "a abordagem interacional oferece um corpo de generalizações sobre planejamento de família e resolução de problemas que pode ser extraído no momento da formulação de questões para o estudo diagnóstico. Essas generalizações podem ser usadas como indicadores na busca dos antecedentes sociais e psicológicos do sucesso no planejamento e controle da fecundidade. Estes antecedentes diferem em qualidade dos correlatos psicológicos e sócio-econômicos da fecundidade em estudos anteriores. Dizem respeito à qualidade dinâmica dos sistemas de interação e estão orientados antes para processos intra-grupais do que para traços e características individuais" (Hill e outros, 1959:30).

Partindo da orientação geral dos estudos demográficos anteriores sobre a fecundidade humana, seus autores dão ênfase ao fato de que "intervindo entre os fatores demográficos e seus resultados de fecundidade, existe, entretanto, uma multitude de ações do indivíduo e da família dependentes de valores e de potenciais para a solução de problemas". Prosseguem esclarecendo que "estamos focalizando a dinâmica do planejamento da fecundidade num conjunto de seqüências antecedentes-intervenientes-conseqüentes, onde a família, como uma unidade de planejamento, de resolução de problemas e de tomada de decisões, desempenha a parte principal" (Hill e outros, 1955:45).

A figura 1 constitui o modelo analítico que interrelaciona as variáveis independentes, intervenientes e dependentes, individualmente ou por blocos. O Bloco A, que inclui os fatores demográficos de residência, educação, ocupação, tipo de união conjugal, afiliação religiosa, e valores de aluguel da habitação, relaciona-se com os Blocos F e G, respectivamente Planejamento de Família Efetivo e Fecundidade, através de quatro variáveis intervenientes, representadas pelos Blocos B, C, D e E.

As variáveis compreendidas no Bloco B, (Sistema Geral de Valores) incluem o que pode ser denominado de orientação geral frente à mudança, isto é, aqueles fatores que

Figura 1: ESQUEMA ESPECIFICANDO AS INTERRELAÇÕES HIPOTÉTICAS DAS VARIÁVEIS ANTECEDENTES, INTERVENIENTES E CONSEQUENTES SELECIONADAS NO PLANEJAMENTO DA FECUNDIDADE.



A . Fatores de Background Demográfico: Residência, Ocupação, Educação, Religião, Status econômico (Valor do Aluguel), Tipo de união conjugal, Idade de casamento.

A₁ . Influência dos Principais Grupos de Referência: Referentes de residência, Colegas de ocupação, Colegas de classe, Membros de paróquia, etc., Extensão da participação social, Promotores das clínicas de controle de nascimentos.

B . Sistema Geral de Valores: Fatalismo-Combatividade, Tradicionalismo-Modernismo, Aspirações para si e para os filhos, Tendências frente ao planejamento geral.

C . Atributos Informacionais e Atitudinais: Informação sobre métodos, Atitudes frente ao controle de nascimentos, Extensão de concordância no controle de nascimentos.

D . Atitudes Específicas sobre o Tamanho da Família: Atitudes sobre a importância de filhos, Tamanho ideal da família (presente e passado), Índice sumário sobre o tamanho da família preferido, Percepção da pressão da fecundidade nos recursos da família, Interesse no espaçamento dos filhos.

E . Possibilidades de Ação Familiar: Felicidade conjugal, Consenso conjugal, Satisfação conjugal, Comunicação em assuntos gerais, Comunicação sobre os ideais de tamanho da família e controle de nascimentos, Empatia - conjugal, Modéstia como obstáculo, Tipos de organização familiar (Grau de autonomia da esposa, Grau de dominação do marido, Extensão das proibições exercidas pelo marido), Prontidão da família para ação no controle de nascimentos.

F . Planejamento Familiar Eretivo: Proporção usando métodos de controle de nascimentos, Extensão e regularidade do uso, Taxa de sucesso.

G . Fecundidade: Diferentes medidas.

FONTE: Hall e outros (1955:220)

se relacionam aos desejos da população em manipular a mudança e à extensão em que isso vem realmente ocorrendo.

O Bloco C (Atributos Informacionais e Atitudinais) refere-se ao conhecimento de métodos, atitudes frente ao controle de nascimentos e grau de concordância na utilização desses métodos. Conforme destacam os autores, este bloco de variáveis poderia também ser rotulado de disponibilidade de meios técnicos para a consecução de objetivos relacionados ao tamanho da família, disponibilidade essa que existiria muito mais no sentido psicológico do que físico, isto é, na disposição ao uso por parte da população.

As variáveis do Bloco D (Atitudes Específicas em relação ao Tamanho da Família), de importância crucial no esquema, envolvem as atitudes em relação à importância dos filhos, aos ideais sobre o tamanho da família, atuais e anteriores, índice de preferências por famílias grandes e pequenas, bem como a definição do que seja família grande ou pequena, percepção do papel da fecundidade em relação aos recursos familiares e interesse no espaçamento dos filhos.

Compreendidas no Bloco E (Possibilidades de Ação Familiar, ou Potencial de Ação Presente na Família), estão as variáveis que possibilitam o uso de medidas visando ao controle de nascimentos, dentre as quais aquelas que dizem respeito ao grau de comunicação entre os cônjuges, habilidade para que haja um consenso, empatia e inclinação geral em relação ao planejamento familiar.

A explicação sumária para as relações entre os diferentes blocos de variáveis é que "os fatores demográficos (Bloco A) de residência, educação, ocupação, tipo de união conjugal, afiliação religiosa e valores de aluguel da habitação, tornam-se importantes em nosso esquema, quando são transformados na influência produzida por seus correspondentes grupos de referência na formação e manutenção de valores gerais. (Assim, as intercorrelações entre combinações de grupos de referência e valores vigentes têm provado ser bastante altas para justificar esta inferência). Uma vez que as influências dos fatores demográficos através dos grupos de referência estão

localizadas no sistema motivacional dos participantes, é possível relacionar os sistemas gerais e específicos de valores (Blocos B e D) e os sistemas gerais e específicos de ação (Blocos C e E) com a variável dependente, ações tomadas para limitar o tamanho da família (Bloco F). As interrelações esperadas entre os grandes blocos de variáveis na figura 1 são grosseiramente especificadas pelo tamanho das barras que os ligam" (Hill e outros, 1955:46).

Além das correlações estabelecidas entre variáveis ou grupos de variáveis, tendo em vista o esquema de referência interacional que é utilizado como abordagem conceitual, o procedimento analítico envolve o estabelecimento de tipos selecionados de famílias que permitem comparar as variações no comportamento reprodutivo de cada um de seus grupos. No estabelecimento das tipologias, são consideradas, primariamente, as características das famílias ao invés das dos indivíduos que as constituem.

De acordo com o que se observa pela exposição sumária, e conforme seus autores manifestaram, o modelo interacional constitui-se em uma tentativa de elaboração de uma "nova demografia social", com intenção de construir uma ponte entre as preocupações da demografia tradicional e os fatores psicológicos e sociais na fecundidade humana. O modelo representa, assim, um esforço multidisciplinar, onde estão envolvidas a sociologia da família, a análise da opinião pública e a dinâmica de pequenos grupos.

c. O Modelo Normativo

O modelo de Freedman fundamenta-se no que denominou "a estratégia do funil", isto é, "por um tipo de estratégia no qual começamos pelo final estreito de um funil, onde conhecemos os efeitos de todas as forças relevantes que devem eventualmente convergir e avançamos, gradualmente, para as variáveis mais amplas e menos definidas, ainda que importantes. À medida que retrocedemos do final estreito do funil, inclinamo-nos a achar que não podemos tratar simultaneamente com todas as importantes variáveis, no futuro predizível" (Freedman,

1962:41).

A partir desse raciocínio, apresenta as seguintes classes de variáveis, cujas interrelações estão esquematizadas na figura 2:

1. "Os meios de controle da fecundidade que se situam entre a organização social e as normas sociais, de um lado, e a fecundidade, de outro.

2. Normas sociais sobre qual deve ser o tamanho da família.

3. Normas sociais sobre cada uma das "variáveis intermediárias".

4. Quaisquer aspectos importantes da organização social que funcionam explicita ou implicitamente para apoiar as normas relativas ao tamanho da família, por proverem importantes recompensas e punições sociais que dependem do número de filhos na unidade familiar.

5. Outros aspectos da organização social que afetam a fecundidade através de sua influência nas normas ou valores existentes para as variáveis intermediárias, quer independentemente, ou em relação a seu efeito nas normas sobre fecundidade.

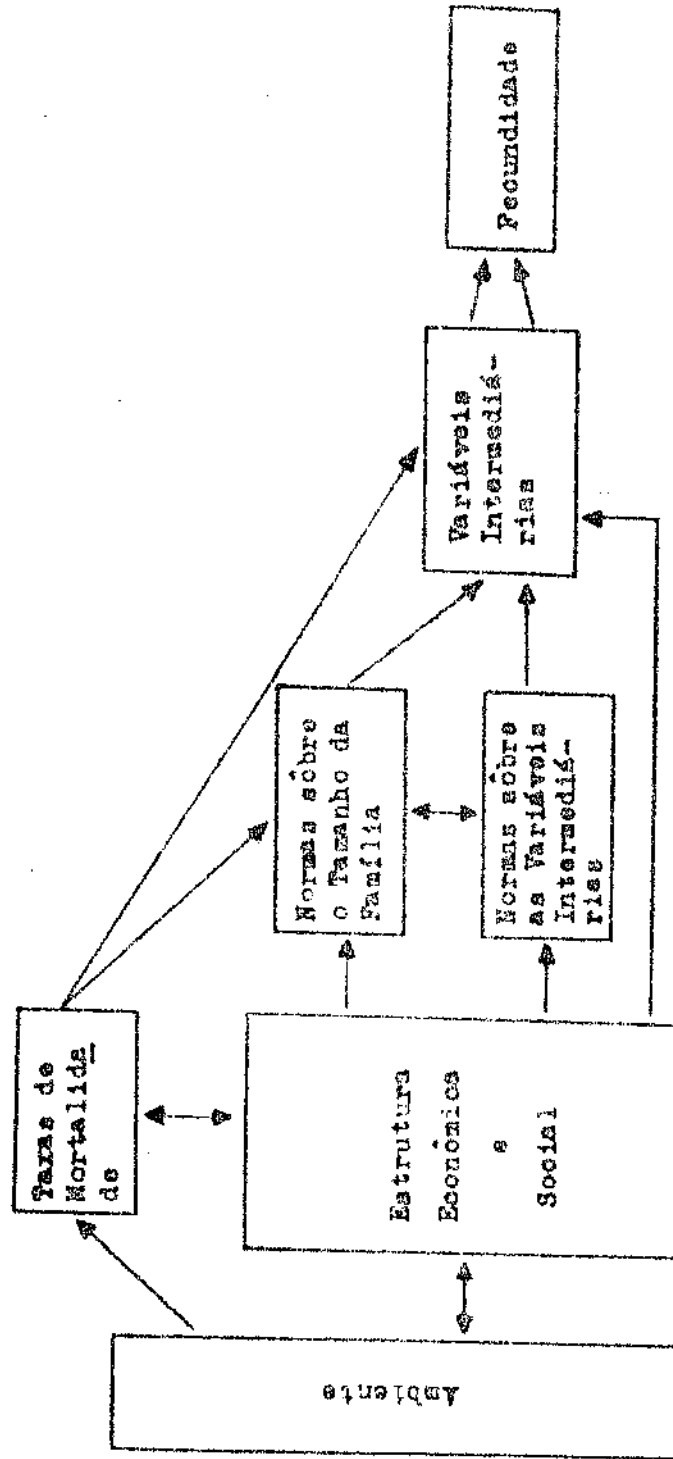
6. O nível de mortalidade que determina a quantidade excedente de nascimentos requerida para produzir o número normativo de filhos.

7. O saldo líquido de migração, que determina o número e idades das pessoas disponíveis para as famílias e para a sociedade como um todo e, assim, afeta a fecundidade.

8. Outros fatores no ambiente que afetam as variáveis intermediárias de formas inconsistentes com as normas de fecundidade" (Freedman, 1962:39-41).

A primeira classe de variáveis compreende aquelas através das quais quaisquer fatores sociais ou ambientais, na qualidade de variáveis independentes, atuam sobre a fecundidade, que é a variável dependente. Essas variáveis intermediárias, que em qualquer explanação das tendências e varia-

Figure 2



PONTE: Freedman (1965:48)

ções da fecundidade, representam a etapa final na seqüência causal, são as mesmas classificadas por Davis e Blake, anteriormente mencionadas.

As de números 2 e 3 constituem-se no conjunto de normas sociais sobre o tamanho da família que deverá prevalecer, bem como sobre os procedimentos a serem tomados para que esse objetivo seja atingido, quer através da idade de casamento, do espaçamento entre os filhos, do uso ou não uso de contracepção, ou das demais variáveis intermediárias. Conforme destaca Freedman (1962:40), "presumivelmente, com o tempo, as normas controlando as variáveis intermediárias tendem a produzir um nível de fecundidade consistente com as normas sobre o tamanho da família, mas uma continuada inconsistência é possível, especialmente porque os efeitos das variáveis intermediárias na fecundidade freqüentemente não são intencionais ou compreendidos pelos membros da sociedade. Além disso, as normas governando as variáveis intermediárias podem desenvolver-se para fazer frente a problemas apenas remotamente relacionados à fecundidade". Entretanto, a suposição básica do autor é de que o fato de "quantos filhos um casal deveria ter é um problema tão amplamente compartilhado e tão importante em qualquer sociedade, que seria uma anomalia sociológica se soluções culturais normativas não fossem desenvolvidas para fazer frente a esse problema na maioria dos casos" (Freedman, 1962:39).

Em relação às variáveis intermediárias, a situação é idêntica. Provavelmente, a maior parte das sociedades tem controle normativo sobre elas, excetuando-se os casos em que algumas dessas variáveis possam não ser conhecidas em determinadas sociedades.

As classes que se seguem, de números 4 e 5, dizem respeito aos efeitos que a estrutura econômica e social tem sobre esses conjuntos de normas acima mencionados. Como Freedman (1965:37) esclarece, o número de filhos considerado como desejável e os meios necessários para atingir tal desiderato, apresentam-se como "questões afetando profundamente tantos aspectos da sociedade que seria um paradoxo lógico e so-

ciológico, se os padrões reprodutivos não estivessem intimamente relacionados à natureza da sociedade e aos seus valores". Nesse sentido, elementos da organização social proveriam sanções positivas ou negativas aos membros da sociedade, à medida em que a observância das normas sobre tamanho da família levasse ou não ao número de filhos considerado desejável do ponto de vista societário. Esse número desejado seria aquele que representasse o maior grau de utilidade para a família, como unidade reprodutora, para que objetivos socialmente valorizados pudessem por ela ser atingidos. Isso estaria em função do papel da família em relação a seus membros e à própria sociedade, bem como da própria divisão de trabalho entre a família e outras instituições sociais, que estariam, em última análise, na dependência do número de filhos que nela são gerados.

Convém destacar, outrossim, que a ação da organização social sobre as variáveis intermediárias, no sentido de que esse número considerado desejável seja atingido, nem sempre ocorre de forma congruente com as normas sobre o tamanho da família. Por sua vez, a tendência é que ao longo do tempo apenas sobrevivam aquelas práticas que conduzam a um grau de consistência entre os dois conjuntos de normas, ainda que essas práticas possam não ser deliberadamente orientadas para esse fim. Assim, a organização econômica ou religiosa de uma sociedade, por exemplo, estará influenciando o nível de fecundidade existente, sem que conscientemente esteja orientada para esse objetivo, mas o que ocorre é que essa forma de organização conduzirá a determinado tipo de comportamento ou de resultados que influenciarão os valores das variáveis intermediárias nessa sociedade.

Por admitir que essas duas últimas classes de variáveis envolvem a atuação de um conjunto bastante amplo de fatores sociais e econômicos, Freedman (1962:41) não os relacionou, esclarecendo tão somente que "variáveis sociais e econômicas significativas podem ser buscadas onde quer que exista uma conexão funcional observável entre algum elemento da organização social e as normas sobre o tamanho da família, as normas sobre as variáveis intermediárias, ou as variáveis in-

termediárias em si".

As classes de números 6 e 7 compreendem os níveis de mortalidade e de migração. O primeiro deles determina o número excedente de nascimentos que é necessário para que o número normativo seja atingido, considerando-se que alguns dos nascidos vivos não conseguirão sobreviver. A mortalidade também afeta diretamente algumas das variáveis intermediárias como, por exemplo, a proporção de mulheres que não entram em uniões pelo número insuficiente de homens disponíveis. Pode ser mencionado, também, o fato de que antevendo uma curta duração de vida, os adultos procurem casar-se o mais precocemente possível e ter o maior número de filhos o mais cedo possível dentro do casamento. Os efeitos da migração sobre a fecundidade são manifestados não só pela proporção entre os sexos, mas também, por abstinência involuntária resultante do fato de que muitas vezes apenas um dos cônjuges emigra, ocasionando separações temporárias ou permanentes.

A última classe de variáveis refere-se ao ambiente, ou àquelas variáveis exógenas ao sistema social, que podem produzir níveis menores de fecundidade do que os desejados, influenciando a estrutura econômica e social de forma direta, ou através dos níveis de mortalidade.

Apresentados os modelos que se constituem nas abordagens mais gerais, tentativas de integração dos diversos esforços no estudo da fecundidade humana, necessário se torna destacar que, com exceção do modelo interacional elaborado e utilizado integralmente para o estudo em Porto Rico, nenhum programa de pesquisa, em nenhuma parte, envolveu todo o conjunto de variáveis consideradas nos outros dois modelos. A maioria desses programas de pesquisa teve como objetivo central a mensuração dos níveis de fecundidade propriamente dita, ou o estabelecimento de interrelações desses níveis com algumas das variáveis do conjunto. O fato ganha maior significado quando se considera o volume de trabalhos sobre fecundidade, publicados nas últimas décadas.

Freedman (1962:32-119), em seu trabalho para a International Sociological Association, enumerou mais de cinco centenas de estudos realizados desde o final da Segunda

Guerra Mundial, até a data da publicação de sua obra. Ressalte-se, entretanto, conforme consta da nota introdutória desse trabalho, que "em geral, um grande número de publicações apresentando dados básicos de fecundidade foi omitido, a não ser quando incluíam discussões analíticas substanciais".

Em relação aos dois modelos referidos, o mesmo autor destaca que "a maior parte da literatura sobre as variáveis intermediárias da fecundidade refere-se à sua incidência, sem relacioná-las à fecundidade de forma sistemática". Aquelas variáveis intermediárias, regulando a "formação e dissolução de uniões no período reprodutivo", são mais prováveis de serem estudadas em relação à fecundidade, porque são mais freqüentemente medidas em censos ou em estatísticas vitais" (Freedman, 1962:46).

O estudo de Indianapolis, conduzido por Kiser e Whelpton (1943-58), constitui uma das primeiras tentativas de correlacionar essas variáveis a fatores demográficos, sociais, econômicos e psicológicos, bem como às normas e valores sociais sobre a fecundidade e o tamanho da família. Dentro dessa linha de pesquisa seguiram-se, então, numerosos estudos, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento.

Uma vez concluída a apresentação expositiva dos modelos em referência, que fundamentam teoricamente o presente trabalho, passa-se a seguir à definição dos objetivos deste estudo.

CAPÍTULO II

A NATUREZA DO ESTUDO: OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

a. Introdução

Em decorrência do processo de desenvolvimento econômico que se manifesta em graus distintos nos diferentes países latino-americanos, o fenômeno do crescimento diferencial das populações rural e urbana foi bastante acentuado no período de 1950 a 1960. Para a América Latina como um todo, o crescimento da população urbana foi de 55.7%, enquanto que para a população rural esse crescimento não excedeu a 16.3%. Para o Brasil, no mesmo período, o crescimento da população urbana foi de 79.2%, e o da população rural foi de apenas 17.6% (Ducoff, 1965:202).

Analisando esse crescimento desproporcionado das populações rurais e urbanas na América Latina, Ducoff (1965:202) levanta a hipótese que "se não tivesse ocorrido emigração, a população rural teria aumentado durante a década 1950-60 na mesma percentagem que a população total, a população rural em 1960 seria maior em 30 milhões de pessoas que em 1950, ao invés de somente 15.4 milhões - um déficit de 14.6 milhões de pessoas que afluíram às pequenas e grandes cidades. Um êxodo rural desta magnitude representaria 43.0% do aumento de 33.9 milhões registrado para a população urbana em toda a América Latina durante a década". De acordo com esse raciocínio, o autor (Ducoff, 1965:203) estima que ocorreu no Brasil "um êxodo rural de 6.8 milhões que contribuiu com mais da metade (54.0%) dos 12.7 milhões de crescimento da população urbana do Brasil na década. O aumento de 6.3 milhões para a população rural do Brasil entre 1950 e 1960 representa uma retenção de somente 48.0% do crescimento natural efetivamente verificado na população rural".

Em termos de América Latina, o Brasil, conjuntamente com o México que apresentou para o mesmo período um crescimento da população urbana de 61.2%, com sua população rural contribuindo provavelmente com 42.0% desse crescimento,

"experimentaram, durante o período compreendido entre 1950 e 1960, um fluxo migratório rural-urbano que em volume representou dois terços do total combinado da América Latina, refletindo um ritmo mais acelerado de desenvolvimento econômico e uma maior mobilidade populacional nestes países" (Ducoff, 1965: 204).

A redistribuição da população rural por áreas urbanas, nos níveis em que vem se manifestando no Brasil e no México, com acentuada concentração em áreas industriais que se constituem em centros onde novas oportunidades de emprego ocorrem, tem conseqüências sociais e demográficas importantes tanto para a população da área de origem, como para aquela de destinação. Em relação à fecundidade, Zarate (1967:291) analisando a situação decorrente da mobilidade populacional no México, similar em muitos aspectos à do Brasil, levanta a hipótese que "nas grandes áreas urbanas do México de crescimento muito rápido, as características demográficas e sociais da população favorecem níveis mais altos de fecundidade do que nas cidades de crescimento menos rápido. É provável que essas cidades que cresceram mais rapidamente tenham experimentado um considerável influxo de migrantes de áreas de fecundidade mais alta. Se os últimos continuarem a se casar em idades relativamente baixas, mantiverem padrões não-urbanos de reprodução em geral e formarem uma proporção significativa da população urbana, sua alta fecundidade estará refletida numa alta fecundidade urbana total".

Dessa forma, o processo de urbanização que é apontado como um importante fator na redução dos níveis de fecundidade em um país, operaria, de início, no sentido inverso, isto é, provocando nessas áreas de crescimento rápido um aumento desses níveis. A explicação de Freedman (1965:41) para esse fato é que "pode-se esperar que a urbanização esteja associada a um nível de fecundidade mais baixo somente quando envolve a população em instituições sociais modernas, não-familiares". Considera, entretanto, que essas mudanças se processam de forma lenta e que somente "uma vez que a população tenha sido completamente urbanizada por uma geração, podemos es

perar padrões de fecundidade diferentes daqueles observados durante a transição para a urbanização".

A conclusão lógica que pode ser inferida das conseqüências desse processo é que seus efeitos imediatos operariam no sentido de diminuir a fecundidade diferencial rural-urbana, em uma sociedade determinada, e de aumentar a fecundidade diferencial urbana nas áreas que passam por um grande influxo de população rural.

Em relação à fecundidade diferencial urbana, Goldberg (1959:215), a partir dos resultados do estudo de Freedman e Sharp (1954) que demonstraram a persistência do comportamento e dos valores de fecundidade rurais entre migrantes rurais fixados na área metropolitana de Detroit, levantou a hipótese de "que o padrão inverso", entre status sócio-econômico e fecundidade, "tão freqüentemente observado em áreas urbanas, é uma função da seletividade diferencial de categorias de status para os migrantes rurais".

Essa relação inversa é demonstrada por uma série de estudos que concluíram que "famílias "white-collar" eram menores que famílias de trabalhadores manuais ("blue-collar"), que famílias abastadas tinham menos filhos que famílias pobres, e que mulheres com instrução colegial ou universitária completavam suas famílias com um número menor de filhos que mulheres com menor instrução", ainda que alguns outros estudos concluíssem que "famílias completadas do grupo de status mais alto eram similares, ou, em alguns casos, maiores que aquelas do grupo de status imediatamente abaixo" (Goldberg, 1959:214). A importância do status sócio-econômico como determinante do comportamento em relação à fecundidade assumiu maior destaque com base nos resultados do trabalho de Westoff e Kiser (1953) realizado em Indianápolis, demonstrando que "à medida em que o status sócio-econômico era mantido constante, o poder preditivo das variáveis psicológicas era reduzido à insignificância".

A questão importante levantada por Goldberg foi que a natureza dos dados utilizados nesses estudos estava

levando à conclusão que o status sócio-econômico era o determinante mais importante dessa fecundidade diferencial urbana, quando o que realmente ocasionava essas diferenças era a concentração seletiva de elementos com "background" rural na categoria de status baixo. Assim, ressaltou: "Qualquer estudo dos diferenciais da fecundidade urbana é complicado pela presença de elementos rurais na população. Com o fluxo massivo de população rural para áreas urbanas, um corte transversal da população urbana a qualquer momento será composto, em grande parte, de pessoas que tenham emigrado de áreas rurais, ou que são filhos de imigrantes que tiveram alguma experiência rural" (Goldberg, 1959:215). Em conclusão, desde que ocorresse essa concentração em posições econômicas distintivas no sistema social urbano de imigrantes oriundos de zonas rurais, que por sua vez apresentassem padrões de fecundidade distintos daqueles da população urbana, a alta fecundidade do grupo rural seria responsável pelos níveis verificados para essa categoria de status.

Os resultados do trabalho de Goldberg (1959: 216) obtidos através da comparação da população que de alguma forma experimentara um modo de vida urbano por duas gerações, com aquela de "background" rural, demonstraram que "as diferenças no número de filhos tidos pela população urbana por duas gerações eram consideravelmente menores que aquelas usualmente apresentadas para a população urbana. De fato, nenhuma das diferenças na fecundidade por status ou características religiosas entre os urbanos por duas gerações era tão grande como a diferença total no número de filhos entre os urbanos por duas gerações e os migrantes rurais". Dessa forma, desde que esses resultados indicaram que "as diferenças observadas entre os tipos urbanos em Detroit demonstraram ser não somente estatisticamente insignificantes, mas pequenas no sentido absoluto", concluiu Goldberg (1959:218) que a relação inversa por status sócio-econômico demonstrada em estudos anteriores, devia-se a diferenças rural-urbana e não a diferenças sócio-econômicas.

O mesmo autor (Goldberg, 1960) valendo-se dos dados do Estudo de Indianápolis, anteriormente mencionado, tes

tou novamente a hipótese central de seu primeiro trabalho e, apesar de certas características restritivas da amostra quanto à educação, etnia, religião e residência, que eliminavam o grupo de fecundidade mais alta dentre aqueles provenientes de zonas rurais, chegou aos mesmos resultados obtidos no estudo anterior.

Freedman e Slesinger (1961), utilizando critérios distintos daqueles de Goldberg, através de uma amostra nacional de mulheres brancas, com idades entre 18 e 39 anos nos Estados Unidos, investigaram os efeitos do "background" rural nos diferenciais de fecundidade em uma população não-rural. Os autores consideraram população não-rural aquela população não residente em zona rural na época das entrevistas. Essa população, dividida em dois grupos, incluía no primeiro des casais cujos cônjuges nunca houvessem vivido em zonas rurais; o segundo incluía casais com um ou ambos os cônjuges com residência anterior em áreas rurais. Como medidas de status utilizaram a renda do marido no ano precedente ao das entrevistas e o grau de escolaridade da esposa. Da mesma forma que Goldberg, verificaram que "os migrantes rurais estavam desproporcionadamente concentrados nas categorias de status mais baixo, seja por instrução ou renda" (Freedman e Slesinger, 1961: 163). No que se refere às relações com os níveis de fecundidade por instrução ou renda para cada um dos grupos em comparação, verificaram que os diferenciais eram substancialmente distintos para a população urbana e para aquela proveniente de zonas rurais, ainda que a relação inversa apresentada não fosse tão grande como aquela constatada por Goldberg. Contudo, esse menor grau de relação inversa "provavelmente reflete a perda de nitidez das diferenças entre os setores rurais e não-rurais da sociedade americana. A população rural está cada vez mais sujeita a influências urbanas, mesmo quando não emigra", o que levou os autores a concluir que "maiores diferenças entre os migrantes de zona rural e a população urbana autóctone podem ser encontradas nas primeiras fases da urbanização" (Freedman e Slesinger, 1961: 173).

Em um estudo referente às relações entre mobi-

lidade social e fecundidade na região sul do Brasil, Hutchinson (1961), utilizando-se da amostra seleccionada para o trabalho realizado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas Educacionais sobre o processo e as conseqüências do crescimento urbano, submeteu à prova a hipótese de Goldberg em um ambiente diferente daquele onde os estudos anteriores haviam sido levados a efeito. As conclusões a que chegou nesse estudo não estão inteiramente de acordo com aquelas dos estudos precedentes. Verificou, por um lado, que o tamanho médio da família para o grupo rural era maior do que para o grupo urbano, quaisquer fossem os tipos de combinação entre a ocupação do marido e a de seu pai, o que significava chegar à conclusão de Goldberg de que nenhuma das diferenças no tamanho médio da família por status ocupacional entre os urbanos era tão grande como a diferença total entre estes e os rurais. Por outro lado, ainda que a relação inversa entre fecundidade e classe social de origem e de adoção tenha sido demonstrada para o conjunto da amostra, inclusive para o grupo nascido em zona urbana, isso não ocorreu para o grupo urbano por duas gerações. Para esse grupo, as diferenças no tamanho médio da família por grupos ocupacionais não demonstraram ser estatisticamente significantes. Hutchinson considerou, no entanto, que "a falta de significância estatística... provavelmente pode ser atribuída com mais propriedade aos pequenos números envolvidos", nessa sub-amostra, "do que a qualquer divergência real dos urbanos por duas gerações em relação ao padrão geral", o que o levou a concluir que "não encontramos nada para fundamentar a sugestão de Goldberg de que esta relação pode ser meramente um reflexo da migração rural-urbana". Como justificativas dessa conclusão esclarece que as condições estabelecidas por Goldberg ainda não se fazem presentes, de forma significativa, quer entre a população urbana ou rural do Brasil, isto é, as diferenças sócio-econômicas provavelmente não produzirão diferentes níveis de fecundidade somente quando as decisões sobre o tamanho da família forem compartilhadas pelos cônjuges (Hutchinson, 1961:187-188).

Todavia, ainda que os resultados obtidos pelo autor não confirmem totalmente a hipótese testada, já que a

relação inversa entre fecundidade e status se evidenciou, ficou mais uma vez patente que a fecundidade dos migrantes rurais comparada com aquela do total da amostra, é consideravelmente maior em qualquer categoria de status. Entretanto, é conveniente ressaltar que a não coincidência dos resultados do estudo de Hutchinson com os anteriormente citados, pode ser decorrência de algumas características da amostra utilizada. Conforme o próprio autor explicitou em trabalho posterior (Hutchinson, 1963:42), "O principal erro que provavelmente decorre do "bias" da amostragem é aquele da subestimação dos números de migrantes rurais atualmente residindo nas cidades em estudo. Mas, desde que não estaremos primariamente interessados em estimar esse fato, não necessitamos esperar que essa imprecisão seja de importância central no presente contexto". Além desse fato de os migrantes rurais não estarem representados na devida proporção na amostra, foi impossível para os autores do estudo promovido pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas Educacionais estabelecer com segurança a procedência real daqueles que declararam ter nascido em pequenas cidades e que representavam, aproximadamente, um terço da amostra.

Em decorrência dos fatos até aqui apresentados, a suposição lógica que pode ser tentativamente estabelecida é que, tomando-se para estudo uma população de status sócio-econômico baixo, em uma área urbana que tenha experimentado um crescimento populacional acentuado em um período de tempo relativamente curto, essa população apresentará, em virtude de um processo de concentração seletiva por características sócio-econômicas, um grande contingente de elementos que emigraram de áreas rurais. Por sua vez, esses elementos tenderão a apresentar, em relação à fecundidade, um comportamento distinto daqueles que, estando na mesma categoria de status, tenham nascido e sido criados em zona urbana.

b. Objetivos

O objetivo central do presente estudo é estabelecer, em função de algumas variáveis sociais selecionadas, aqueles fatores que seriam os determinantes desse comportamen

to diferencial. Conforme foi acentuado anteriormente, se "a fe cundidade em si não é comportamento social, mas antes a resul tante d^oesse comportamento" (Youkey, 1969:100), e considerando ainda que s^omente através das variáveis intermediárias rela- cionadas por Davis e Blake êsse comportamento social distinto pode afetar a fecundidade, a hipótese que se formula é que, to mando-se uma população residente em área urbana de crescimen- to rápido, os valores de fecundidade para a maioria dessas va riáveis serão positivos em um maior grau para os casais em que ambos os cônjuges sejam de origem rural, do que para aquê les onde um ou ambos os cônjuges sejam de origem urbana.

Assim, a partir do estabelecimento de uma tipo logia dicotômica de casais quanto ao local de origem dos côn- juges, que para efeito de análise será considerada como a va riável independente, procurar-se-á:

a. estabelecer as variações e as tendências da fe- cundidade segundo alguns fatores sociais selecionados - alfa- betização e escolaridade dos cônjuges, ocupação do marido e renda "per capita" mensal da família;

b. estabelecer os valores de fecundidade das variá- veis intermediárias relativas à idade de entrada em uniões, uso de contracepção, esterilidade voluntária ou involuntária e mortalidade fetal voluntária ou involuntária.

Dessa forma, os fatores sociais relacionados com a alfabetização e escolaridade dos cônjuges, ocupação do marido e renda "per capita" mensal da família, serão tomados como variáveis intervenientes em suas relações com a fecun- didade. Tendo em vista, por outro lado, que os valores de fecun- didade das variáveis intermediárias mencionadas referem-se a como essas variáveis afetam a fecundidade, na descrição de suas causas e de seus efeitos serão tomadas, alternadamente, como variáveis dependentes em relação à origem do casal e co- mo variáveis independentes em relação à fecundidade que, em qualquer explanação sociológica s^obre o tema, é sempre a va riável dependente final na seq^uência causal.

c. Área de Estudo

O presente estudo foi realizado no Bairro Jardim das Oliveiras, localizado na periferia da área urbana da cidade de Campinas, na direção Sudeste. O Município de Campinas apresentava em 1960, de acordo com os resultados do VII Recenseamento Geral do Brasil, uma população de 219.303 habitantes, dos quais 184.529 residiam na zona urbana, com um índice de urbanização de 84.1%. Para 1970, conforme resultados preliminares do Censo Demográfico*, a população do Município era de 381.632 habitantes, dos quais 339.954 residentes na zona urbana, com o índice de urbanização elevando-se a 89.1%.

O crescimento da população urbana de Campinas no período intercensitário de 1950-60 foi de 72.7%, enquanto que para o Estado de São Paulo, onde o Município se localiza, esse crescimento foi de 69.7%. É interessante notar, entretanto, que se o crescimento da população rural para o Estado, no mesmo período, foi de 11.4%, o Município de Campinas apresentou um decréscimo de 23.9% em sua população rural. Destaque-se ainda, que o Distrito Sede do Município que compreende a cidade de Campinas, apresentou no mesmo período intercensitário um crescimento da população urbana de 81.3% e um decréscimo da população rural de 14.7%. Para o período de 1960-70, baseando-se nos resultados preliminares citados, o crescimento da população urbana do Município foi de 84.2%.

Para o crescimento da população do Município de 43.8% verificado no período intercensitário de 1950-60, o saldo vegetativo contribuiu com 39.1%, enquanto que o migratório com 60.9%. No período intercensitário imediatamente anterior, de 1940-50, o crescimento da população do Município foi de apenas 17.4%, com o saldo vegetativo participando com 58.9% e o migratório com 41.1% do mesmo (SERETE S/A e Prefeitura Municipal de Campinas, 1970). Ainda que os dados sobre a participação dos saldos vegetativo e migratório não permitam estabelecer a exata magnitude do movimento migratório ocorrido nos períodos citados, torna-se evidente que o Município de Campinas experimentou na década de 50 um afluxo considerável

* Informações obtidas na Inspetoria Regional do IBGE em São Paulo.

da populações de outras áreas do país. Mesmo sem dispor de dados sobre esses saldos para a década de 60, pode-se inferir que o mesmo fenômeno tenha se manifestado nesse período.

Os dados das tabelas 1 e 2 permitem configurar a distribuição da população de Campinas segundo o local de nascimento e o ano de mudança para o Município. Esses dados referem-se à amostra de 3.857 indivíduos, utilizada na pesquisa domiciliar realizada para a elaboração do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas. Verifica-se, através dos mesmos, que apenas 46.48% dos entrevistados eram nascidos em Campinas, sendo que os nascidos em outros municípios do Estado de São Paulo representavam 35.57% do total. Excluindo-se os nascidos no exterior, representando 3.41% da amostra, os outros estados do Brasil contribuíram com apenas 14.54% da população alienígena do Município, com os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo participando com 7.71% dos imigrantes.

Em relação ao ano de mudança para o Município, ainda que não se disponha de informações sobre a mortalidade e a emigração para o grupo de imigrantes, os dados corroboram o que se evidenciou em relação ao crescimento populacional, demonstrando que o fluxo migratório para o Município ocorrido entre 1960 e 1969, contribuiu com 54.84% do total daquelas não nascidos em Campinas.

O crescimento da população urbana de Campinas está intimamente relacionado ao processo de industrialização que se acelerou no período de 1950 a 1960, aproximadamente. Até o início desse período Campinas era fundamentalmente uma cidade comercial, ainda que já existissem algumas indústrias de grande porte localizadas no Município. Dadas as características da infra-estrutura rodoviária e de serviços urbanos, o Município, que apresentava 194 estabelecimentos industriais em 1950, teve esse número elevado para 520 em 1959, e 822 em 1967, o que significa um crescimento de 323.7% em relação ao ano de 1950. Considerando-se, no entanto, a Micro-Região de Campinas, que inclui os Municípios de Valinhos, Sumaré e Paulínia, ex-Distritos do Município de Campinas, desmembrados após

Tabela 1 - Município de Campinas, distribuição dos indivíduos segundo o local de nascimento.

Localidade	%
Município de Campinas	46.48
Outros Municípios do Estado de São Paulo	35.57
Estados de MG e ES	7.71
Exterior	3.41
Estados do Nordeste (inclusive BA, MA e PE)	2.27
Estados do PR, SC e RS	1.33
Estados de MT, GO e DF	1.17
Estados da GB e RJ	1.15
Estados do Norte e Territórios	0.91
TOTAL	100.00

Não declararam 19 (0.49% sobre 3837)

PONTE: SERETE S/A - Prefeitura Municipal de Campinas, Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado; Campinas 1970, Volume II D - Estudos Setoriais, Quadro 20, Campinas, 1970.

Tabela 2 - Município de Campinas, distribuição dos indivíduos que não nasceram em Campinas segundo o ano de mudança para o Município.

Ano de mudança	%
Antes de 1900	0.05
1900 — 1929	3.94
1930 — 1939	6.13
1940 — 1949	10.27
1950 — 1959	24.77
1960 — 1969	54.84
TOTAL	100.00

FONTE: SERETE S/A - Prefeitura Municipal de Campinas, Plano de Desenvolvimento Integrado: Campinas 1970, Volume II D - Setores Setoriais, Quadro 21, Campinas, 1970.

1950, o número de estabelecimentos industriais passa a ser de 1033, em 1967. Dos 822 estabelecimentos industriais localizados no Município de Campinas, 780 eram de pequeno porte, 34 de porte médio e 8 de grande porte. O número de pessoal utilizado na indústria, que era de 11.436 em 1950, passa a 24.033 em 1967, significando um aumento de 110.1% no período. Todavia, considerando-se a Micro-Região de Campinas, o número de pessoal ocupado em 1967 passa a 32.778, o que eleva a percentagem de aumento a 286.6% no período (SERETE S/A e Prefeitura Municipal de Campinas, 1970).

A intensidade do desenvolvimento industrial verificada para o Município e para a Micro-Região de Campinas, somente pode ser comparada àquelas de duas outras regiões do Estado de São Paulo, a do ABC e a do Vale do Paraíba. No entanto, apenas a região que tem Campinas como polo de atração apresentou desenvolvimento mais integrado em relação ao setor terciário. Esse fato resultou em um crescimento das atividades comerciais a uma taxa mais elevada que a da própria Capital do Estado. Assim, em 1965, o valor das vendas comerciais no Município de Campinas atingiu valor equivalente ao da produção industrial de Campinas e Paulínia em conjunto (SERETE S/A e Prefeitura Municipal de Campinas, 1970).

Como consequência desse processo de industrialização e de crescimento do setor terciário da economia, Campinas passou a se constituir em um polo de atração, ocasionando os movimentos migratórios anteriormente mencionados, em que grandes parcelas populacionais, oriundas de áreas economicamente menos desenvolvidas, passam a ser atraídas pelas oportunidades de emprego que se criam, em busca de melhores condições de vida.

O processo de ocupação humana da cidade de Campinas caracterizou-se, então, pelo mecanismo de loteamento de antigas propriedades rurais limítrofes da zona urbana. Esse crescimento horizontal da cidade de Campinas vem se caracterizando pela ocorrência de um grande número de loteamentos, ao longo das vias que ligam a cidade de Campinas às cidades mais próximas. Dentre essas cidades cabe citar a de Valinhos, com

a qual existe uma tendência de conurbação.

O Bairro Jardim dos Oliveiras, onde se realizou o presente estudo, é originário de seis desses inúmeros loteamentos mencionados e localiza-se ao lado direito da rodovia que liga Campinas a Valinhos, na direção de quem se dirige a essa última cidade. Ainda que o Bairro inclua o loteamento inicial denominado de Primeira Parte, a área aqui denominada Bairro Jardim dos Oliveiras não a inclui, compreendendo tão somente a Segunda, Terceira e Quarta Partes, a Vila Okita, a Vila Carlito e a Vila Antônio Lourêço. A delimitação dessa área, cujo processo de ocupação se iniciou posteriormente ao da Primeira Parte, área mais diferenciada quanto a seus habitantes e aos tipos de habitação, foi realizada por ocasião da seleção da mesma para o programa de Medicina Comunitária do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Como resultado da localização ecológica pouco privilegiada do Bairro em relação à área central da cidade, distando aproximadamente 4 quilômetros da mesma em linha reta, os valores e as condições de pagamento da compra dos lotes possibilitaram à maioria da população ser proprietária de suas habitações. Assim, em junho de 1966, quando o Recenseamento do Bairro foi realizado, 65.35% das habitações eram próprias, das quais 32.88% totalmente pagas e 32.47% ainda não totalmente pagas (DMPS-FCMUEC, 1968).

Essas habitações, conforme é característica geral do Bairro, foram sendo construídas por partes, sendo frequente, ainda na atualidade, principalmente na Terceira e Quarta Partes, encontrar barracos provisórios, que gradativamente vão sendo substituídos por casas de alvenaria. Assim, em junho de 1966 essas habitações improvisadas representavam 9.11% do total, e as que ainda não apresentavam acabamento final somavam 20.13%.

Como indicador desse processo de edificação paulatina das casas, que depende das possibilidades econômicas da família na canalização de recursos para esse fim, o número de cômodos é bastante ilustrativo. As que possuíam, na

mesma ocasião, um ou dois cômodos representavam 29.68% das habitações e aquelas que possuíam três ou quatro cômodos constituíam 31.87% do total. Confirmando esses dados, verifica-se que daqueles mencionados como sendo "quartos de dormir" do total de cômodos, 44.26% das habitações possuíam apenas 1, e 42.73% apenas 2. O número médio de pessoas por domicílio era de 5.16 na mesma data, totalizando uma população de 3.798 habitantes, dos quais 1.912 do sexo masculino e 1.886 do sexo feminino.

d. Procedimentos de Pesquisa

Os resultados preliminares do Recenseamento realizado no Bairro Jardim das Oliveiras acusaram um total de 736 domicílios. Esses domicílios encontravam-se assim distribuídos pelos diferentes setores que compõem o Bairro: 328 na Segunda Parte, 145 na Terceira Parte, 69 na Quarta Parte, 47 na Vila Antônio Lourêço, 111 na Vila Carlito e 42 na Vila Okita. Tomando-se o domicílio como unidade, estabeleceu-se uma amostra estratificada por setor, e sistemática dentro de cada setor, correspondendo a 10% do total de domicílios. Em seguida, observando-se os mesmos critérios, selecionou-se uma amostra suplementar de igual tamanho, que permitisse a substituição daqueles domicílios onde não residissem casais cujas mulheres não se encontravam na faixa etária de 15 a 49 anos, vivendo em companhia do cônjuge, o que se constituía em requisito básico para a inclusão do casal entre aqueles a serem entrevistados. Tendo em vista que em dois domicílios selecionados residiam dois casais em cada um deles, que satisfizeram a esses requisitos, a amostra final incluiu 76 casais.

Os roteiros para a realização das entrevistas e o formulário para o levantamento das histórias das gestações foram elaborados tomando-se como ponto de referência os instrumentos de pesquisa utilizados pelo Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), o que possibilita a comparação dos resultados do presente estudo com os dos trabalhos que o referido Centro vem realizando em algumas cidades da América Latina (Miró e Rath, 1969:37-65). Concomitantemente à realização deste trabalho, foram levantadas as histórias das gesta-

40

ções de todas as mulheres residentes no Bairro Jardim das oliveiras, cujos dados estão sendo trabalhados pelo Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Os trabalhos de campo foram realizados nos meses de julho e agosto de 1968, por um grupo de entrevistadores devidamente treinado, integrado por estudantes de Psicologia em seu último ano de estudos e por sociólogos e assistentes sociais do Departamento de Medicina Preventiva e Social da referida Faculdade de Ciências Médicas.

As entrevistas foram realizadas concomitante, porém separadamente, com cada um dos cônjuges, sendo que um elemento do sexo feminino entrevistou a esposa e um do sexo masculino entrevistou o marido. O procedimento de entrevistas concomitantes objetivou não permitir a troca de informações entre os cônjuges sobre os tópicos inquiridos, o que poderia ocorrer se fossem realizadas em horários diferentes. Esse procedimento, de fundamental importância metodológica, teve a finalidade de possibilitar a mensuração do grau de empatia existente entre os cônjuges, principalmente no que se refere aos ideais de fecundidade, o que deverá constituir objeto de um próximo trabalho.

Todo o procedimento estatístico do presente trabalho, incluindo as análises de variância, foi realizado através da utilização de programas elaborados pelo Prof. Dr. Rubens Murillo Marques, em linguagem APL para o computador IBM 1130, no Centro de Computação do Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação da Universidade Estadual de Campinas.

Tendo em vista que todos os testes estatísticos foram realizados ao nível de significância de 5%, os resultados referidos como sendo significantes correspondem a estatisticamente significantes ao nível de 5%. Convencionou-se utilizar um asterisco (*), ao lado do valor observado da estatística usada para a realização do teste, quando os valores fossem estatisticamente significantes.

CAPÍTULO III

AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

Tendo em vista que a origem urbana ou rural dos casais é tomada no presente estudo como variável independente na análise do comportamento em relação à fecundidade e ao tamanho da família, procedeu-se a uma categorização dos casais de acordo com o "background" urbano ou rural de cada um dos cônjuges. Como resultado chegou-se a uma divisão dicotômica, de forma que um dos grupos, denominado de "rural-rural", incluísse aqueles casais onde ambos os cônjuges fossem de origem rural, e outro, denominado de "não-rural-rural" que compreendesse aqueles casais onde um ou ambos os cônjuges fossem de origem urbana.

Utilizou-se como critério para definir um cônjuge como sendo "urbano" o fato dele ter nascido em zona urbana e nunca ter residido em zona rural. Como "rural" considerou-se todo aquele nascido e com residência anterior em zona rural. A tabela 3 apresenta as quatro combinações possíveis dos cônjuges quanto a esse atributo. O grupo "rural-rural" compreende 41 casais, representando 53.95% do total da amostra, enquanto que o grupo "não-rural-rural", que engloba as três outras combinações, inclui 35 casais ou 46.05% do mesmo total. Considerando-se os cônjuges isoladamente, verificou-se que uma maior percentagem de homens (77.63%) do que de mulheres (63.16%) era oriunda de zonas rurais.

No que se refere ao local de nascimento, verifica-se, através da tabela 4, que os casais onde ambos os cônjuges eram nascidos em uma mesma localidade ou região representavam 57.90% do total da amostra, predominando aqueles oriundos de outro município do Estado de São Paulo (35.53%), seguidos pelos procedentes da Região Leste do Brasil (13.16%) e dos nascidos no próprio Município de Campinas (9.21%). A mesma ocorrência é encontrada quando se analisa a distribuição dos cônjuges isoladamente, com 55.26% dos homens e 51.32% das mulheres nascidos em outro município do Estado de São Paulo,

Tabela 3 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, segundo a origem urbana ou rural.

MULHERES HOMENS	Urbana	Rural	TOTAL
Urbana	13.16 (10)	9.21 (7)	22.37 (17)
Rural	23.68 (18)	53.95 (41)	77.63 (59)
TOTAL	36.84 (28)	63.16 (48)	100.00 (76)

Tabela 4 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, segundo o local de nascimento e a origem do casal.

MULHERES / HOMENS	O r i g e m	Município de Campinas	Outro Municí- pio do Esta- do de São Paulo	Leste do Brasil	Nordeste do Brasil	Exterior	TOTAL
Município de Campinas	A	(6) 17.14	(3) 8.57	(2) 5.71	(0) -	(0) -	(11) 31.43
	B	(1) 2.44	(2) 4.88	(0) -	(0) -	(0) -	(3) 7.32
	T	(7) 9.21	(5) 6.58	(2) 2.63	(0) -	(0) -	(14) 18.42
Outro Municí- pio do Est. de S. Paulo	A	(5) 14.28	(10) 28.57	(1) 2.86	(1) 2.86	(0) -	(17) 48.57
	B	(2) 4.88	(17) 41.46	(5) 12.19	(1) 2.44	(0) -	(25) 60.97
	T	(7) 9.21	(27) 35.53	(6) 7.89	(2) 2.63	(0) -	(42) 55.26
Leste do Brasil	A	(0) -	(2) 5.71	(5) 8.57	(0) -	(0) -	(5) 14.28
	B	(0) -	(5) 12.19	(7) 17.07	(0) -	(0) -	(12) 29.27
	T	(0) -	(7) 9.21	(10) 13.16	(0) -	(0) -	(17) 22.37
Nordeste do Brasil	A	(1) 2.86	(0) -	(0) -	(0) -	(0) -	(1) 2.86
	B	(0) -	(0) -	(1) 2.44	(0) -	(0) -	(1) 2.44
	T	(1) 1.32	(0) -	(1) 1.32	(0) -	(0) -	(2) 2.63
Exterior	A	(0) -	(0) -	(0) -	(0) -	(1) 2.86	(1) 2.86
	B	(0) -	(0) -	(0) -	(0) -	(0) -	(0) -
	T	(0) -	(0) -	(0) -	(0) -	(1) 1.32	(1) 1.32
TOTAL	A	(12) 34.28	(15) 42.86	(6) 17.14	(1) 2.86	(1) 2.86	(35) 100.00
	B	(3) 7.32	(24) 58.54	(13) 31.71	(1) 2.44	(0) -	(41) 100.00
	T	(15) 19.74	(39) 51.32	(19) 25.00	(2) 2.63	(1) 1.32	(76) 100.00

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

vindo a seguir os nascidos na Região Leste do Brasil (22.37% dos homens e 25.00% das mulheres) e no próprio Município de Campinas (18.42% dos homens e 19.74% das mulheres).

Na comparação dos grupos "não-rural-rural" e "rural-rural", verificou-se uma marcada diferenciação na distribuição percentual dos casais em que ambos os cônjuges nasceram no Município de Campinas e em outros municípios do Estado de São Paulo. Assim, 2.44% dos "rurais-rurais" e 17.14% dos "não-rurais-rurais" eram nascidos em Campinas, enquanto 41.46% dos primeiros e 28.57% dos segundos nasceram em outros municípios do Estado de São Paulo. Os dois grupos diferiram também na percentagem de casais integrados por elementos nascidos na Região Leste do Brasil, sendo esta de 8.57% para os "não-rurais-rurais" e de 17.07% para os "rurais-rurais". Tomando-se os cônjuges isoladamente, verificou-se que a percentagem de homens (31.43%) e de mulheres (34.28%) nascidos no Município de Campinas do grupo "não-rural-rural" era bem maior do que aquela (7.32%) verificada para ambos os sexos do grupo "rural-rural".

Considerando, outrossim, a percentagem de casais em que ambos os cônjuges eram originários de uma mesma localidade ou região, verificou-se que a diferença entre os dois grupos era pequena, com 57.14% dos casais do grupo "não-rural-rural" e 60.97% daqueles do grupo "rural-rural" nessa situação. Convém, no entanto, destacar que 92.68% dos homens e das mulheres do grupo "rural-rural" não nasceram em Campinas, enquanto que para o grupo "não-rural-rural" essas percentagens eram, respectivamente, de 68.57% e 65.72%. Os dois grupos diferiam também em relação à percentagem de cônjuges nascidos na Região Leste do Brasil, com a predominância desses elementos no grupo "rural-rural" (29.27% dos homens e 31.71% das mulheres) em relação ao grupo "não-rural-rural" (14.28% dos homens e 17.14% das mulheres).

Com referência à idade dos cônjuges por ocasião da entrevista, evidenciou-se, pela tabela 5, que tanto os homens quanto as mulheres do grupo "rural-rural" apresentavam idade média maior que aqueles do grupo "não-rural-rural".

Tabela 5 - Idade média por ocasião da entrevista, em anos completos, dos homens e das mulheres, segundo a origem do casal.

ORIGEM	Homens	Mulheres
Grupo A	33.6	30.3
Grupo B	40.8	36.5
TOTAL	37.5	33.7

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 6 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por grupos de idade por ocasião da entrevista e segundo a origem do casal.

GRUPOS DE IDADE POR OCASIÃO DA ENTREVISTA	Homens			Mulheres		
	A	B	T	A	B	T
15-19	2.86 (1)	- (0)	1.32 (1)	5.71 (2)	- (0)	2.63 (2)
20-24	8.57 (3)	- (0)	3.95 (3)	14.29 (5)	9.76 (4)	11.84 (9)
25-29	20.00 (7)	14.63 (6)	17.10 (13)	25.71 (9)	12.19 (5)	18.42 (14)
30-34	31.43 (11)	14.63 (6)	22.37 (17)	22.86 (8)	14.63 (6)	18.42 (14)
35-39	8.57 (3)	14.63 (6)	11.84 (9)	20.00 (7)	29.27 (12)	25.00 (19)
40-44	14.28 (5)	21.95 (9)	18.42 (14)	11.43 (4)	14.63 (6)	13.16 (10)
45-49	14.28 (5)	17.07 (7)	15.79 (12)	- (0)	19.51 (8)	10.53 (8)
50 ou mais	- (0)	17.07 (7)	9.21 (7)	- (0)	- (0)	- (0)
TOTAL	100.00 (35)	100.00 (41)	100.00 (76)	100.00 (35)	100.00 (41)	100.00 (76)

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

Assim, a idade média dos homens era de 40.8 anos para o primeiro grupo e 33.6 anos para o segundo grupo; para as mulheres, a idade média era de 36.5 e 30.3 anos, respectivamente. Em ambos os grupos os homens registravam idade média maior que as mulheres, sendo que essa diferença era de 3.3 anos para os casais do grupo "não-rural-rural" e de 4.3 anos para os do grupo "rural-rural".

Na análise dos dados da tabela 6, que apresenta a distribuição dos cônjuges por grupos etários, constata-se que 62.86% dos homens e 68.57% das mulheres do grupo "não-rural-rural" estavam compreendidos no grupo etário de 15 a 34 anos, enquanto que para o grupo "rural-rural" essas percentagens eram, respectivamente, de 29.26% e 35.58%. Por sua vez, o grupo "rural-rural" não apresentava nenhuma mulher com idade entre 15 e 19 anos, quando para o grupo "não-rural-rural" as mulheres nessa faixa etária correspondiam a 5.71% do total do grupo. No entanto, se o último grupo não incluía nenhuma mulher com idade entre 45 e 49 anos, o mesmo não se verificava para o primeiro, onde as mulheres que se encontravam no estágio final do período reprodutivo somavam 19.51% do total desse grupo.

Os dados referentes à religião apresentados pela tabela 7 demonstram a predominância de casais onde ambos os cônjuges declararam ser católicos (80.26%), com aqueles do grupo "rural-rural" somando 82.93% e os do grupo "não-rural-rural" representando 77.14% do total de cada grupo. Considerando-se os cônjuges isoladamente, a maior percentagem de católicos foi encontrada entre as mulheres do grupo "rural-rural" (90.24%), com os homens do grupo em referência que declararam pertencer à mesma religião representando 85.37% do total dos elementos do sexo masculino desse grupo. Para o grupo "não-rural-rural", a percentagem de homens e de mulheres que afirmaram professar o catolicismo era de 82.86% do total de cada um dos sexos. Considerando que essa variável não é utilizada neste estudo na análise subsequente em relação à fecundidade, deixa de ser levada em conta a freqüência a serviços religiosos por aqueles que declararam ser de uma determinada re

Tabela 7 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por religião e segundo a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Católica Romana	Outras Religiões	Sem Religião	TOTAL	
Católica Romana	A	(27) 77.14	(2) 5.71	(0) -	(29)	82.86
	B	(34) 82.93	(1) 2.44	(0) -	(35)	85.37
	T	(61) 80.26	(3) 3.95	(0) -	(64)	84.21
Outras Religiões	A	(2) 5.71	(3) 8.57	(0) -	(5)	14.28
	B	(3) 7.32	(3) 7.32	(0) -	(6)	14.63
	T	(5) 6.58	(6) 7.89	(0) -	(11)	14.47
Sem Religião	A	(0) -	(0) -	(1) 2.86	(1)	2.86
	B	(0) -	(0) -	(0) -	(0)	-
	T	(0) -	(0) -	(1) 1.32	(1)	1.32
TOTAL	A	(29) 82.86	(5) 14.28	(1) 2.86	(35)	100.00
	B	(37) 90.24	(4) 9.76	(0) -	(41)	100.00
	T	(66) 86.84	(9) 11.84	(1) 1.32	(76)	100.00

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

ligião, o que possibilitaria uma classificação mais precisa em praticantes, semi-praticantes e não-praticantes.

No que se refere ao tipo de união, predominavam os casados no civil e no religioso (88.16%), com os casais dos grupos "não-rural-rural" (88.57%) e "rural-rural" (87.80%) apresentando percentagens bastante similares a esse respeito. Os dois grupos diferiram, no entanto, quanto à percentagem de casais com apenas casamento civil e em uniões livres. A maior percentagem de casais com casamento unicamente civil foi encontrada para o grupo "não-rural-rural" (8.57%) em relação ao grupo "rural-rural" (4.88%). Os casais do segundo grupo em uniões livres correspondiam a 7.32% do total desse grupo, contra apenas 2.86% do total do primeiro grupo (tabela 8). Do total da amostra, 3.94% dos homens e 9.21% das mulheres apresentavam uma união anterior. Por grupos, observou-se que 2.86% dos homens e 5.71% das mulheres "não-rurais-rurais", e 7.32% dos homens e 9.76% das mulheres "rurais-rurais" haviam contraído uma segunda união.

A distribuição dos casais quanto à cor é apresentada na tabela 9. Para o total da amostra, predominavam os casais onde ambos os cônjuges eram de cor branca (72.37%), com uma percentagem de 75.61% para o grupo "rural-rural" e de 68.57% para o grupo "não-rural-rural". A maior percentagem de casais em que ambos os cônjuges eram da mesma cor foi encontrada para o grupo "rural-rural" (90.25%). Essa percentagem para o grupo "não-rural-rural" foi de 74.29%. Tomando para o total da amostra, cada um dos cônjuges isoladamente, observou-se que 78.95% dos homens e 77.63% das mulheres eram de cor branca. Dos demais, 5.26% dos homens e 15.79% das mulheres eram de cor parda, e 15.79% dos homens e 6.58% das mulheres eram de cor preta. A maior percentagem de homens de cor parda foi encontrada para o grupo "rural-rural" (7.32%), enquanto a das mulheres estava no grupo "não-rural-rural" (20.00%). Essa distribuição era inversa para aqueles de cor preta, com 17.14% dos homens do grupo "não-rural-rural" e 9.76% das mulheres do grupo "rural-rural" constituindo as percentagens predominantes.

Tabela 8 - Distribuição percentual dos casais por tipo de união e origem.

TIPO DE CASAMENTO	Grupo A	Grupo B	TOTAL
Civil e Religioso	88.57 (31)	87.80 (36)	88.16 (67)
Civil	8.57 (3)	4.88 (2)	6.58 (5)
União livre	2.86 (1)	7.32 (3)	5.26 (4)
TOTAL	100.00 (35)	100.00 (41)	100.00 (76)

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 9 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, segundo a cor e a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Branca	Parda	Preta	TOTAL
Branca	A	(26) 68.57	(4) 11.43	(0) -	(28) 80.00
	B	(31) 79.61	(1) 2.44	(0) -	(32) 78.05
	T	(55) 72.37	(5) 6.58	(0) -	(60) 78.95
Parda	A	(0) -	(1) 2.86	(0) -	(1) 2.86
	B	(1) 2.44	(2) 4.88	(0) -	(3) 7.32
	T	(1) 1.32	(3) 3.95	(0) -	(4) 5.26
Preta	A	(3) 8.57	(2) 5.71	(1) 2.86	(6) 17.14
	B	(0) -	(2) 4.88	(4) 9.76	(6) 14.63
	T	(3) 3.95	(4) 5.26	(5) 6.58	(12) 15.79
TOTAL	A	(27) 77.14	(7) 20.00	(1) 2.86	(35) 100.00
	B	(32) 78.05	(5) 12.19	(4) 9.76	(41) 100.00
	T	(59) 77.63	(12) 15.79	(5) 6.58	(76) 100.00

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

No tocante à alfabetização, a tabela 10 acusa uma marcada diferenciação entre os dois grupos. Assim, se para o total da amostra 52.63% dos casais eram constituídos por indivíduos alfabetizados, os do grupo "não-rural-rural", onde ambos os cônjuges sabiam ler e escrever, somavam 82.86%, e os do grupo "rural-rural", apenas 26.83%. Por outro lado, os casais do primeiro grupo com ambos os cônjuges analfabetos representavam 5.71%, e os do grupo "rural-rural", 26.83% do total de cada um dos grupos. Considerando o total de cônjuges por sexo, observou-se que as mulheres (34.21%) incluíam o maior número de analfabetos em relação aos homens (30.26%). Para o grupo "não-rural-rural", a percentagem de homens que não sabiam ler e escrever era de 14.29%, e a de mulheres 8.57%. Essas mesmas percentagens para o grupo "rural-rural" foram, respectivamente, de 43.90% e 56.10%.

Em relação à distribuição por grau de escolaridade verificou-se, para o total da amostra, que dos casais onde ambos os cônjuges apresentavam o mesmo nível de instrução (43.43%), 9.21% não frequentaram escola, 19.74% tinham curso primário incompleto, 10.53% tinham curso primário completo e 3.95% tinham curso secundário incompleto ou completo. Analisando esses dados por grupos, constatou-se que para os casais do grupo "rural-rural" compostos por elementos com o mesmo grau de escolaridade, aqueles que não frequentaram escola ou tinham curso primário incompleto somavam 43.90%, não existindo nenhum casal em que os dois cônjuges tivessem curso primário completo ou secundário incompleto ou completo. No grupo "não-rural-rural", a situação se apresentava de forma diversa, não existindo casais onde ambos os cônjuges fossem analfabetos, e com aqueles com curso primário incompleto representando 11.43% do grupo. Os que apresentavam curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo, somavam 31.43% (tabela 11).

Analisando a distribuição por sexo e grau de escolaridade, observou-se, para o total da amostra, uma maior percentagem de analfabetos entre as mulheres (25.00%) em relação aos homens (13.16%). A ocorrência dessas percentagens de-

Tabela 10 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por alfabetização, segundo a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e es- crever	TOTAL
Sabem ler e escrever	A	(29)82.86	(1) 2.86	(30) 85.71
	B	(11)26.83	(12)29.27	(23) 56.10
	T	(40)52.63	(13)17.10	(53) 69.74
Não sabem ler e escrever	A	(3) 8.57	(2) 5.71	(5) 14.29
	B	(7)17.07	(11)26.83	(18) 43.90
	T	(10)13.16	(13)17.10	(23) 30.26
TOTAL	A	(32)91.43	(3) 8.57	(35)100.00
	B	(18)43.90	(23)56.10	(41)100.00
	T	(50)65.79	(26)34.21	(76)100.00

A = "Não-Rural-Rural"

B = "Rural-Rural"

T = Total

Tabela 11 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por grau de escolaridade, segundo a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Não fre- quentaram	Primário incompleto	Primário completo	Secundário incompleto ou completo	TOTAL
Não frequentaram	A	(0) -	(0) -	(1) 2.85	(0) -	(1) 2.85
	B	(7) 17.07	(0) -	(1) 2.44	(1) 2.44	(9) 21.95
	T	(7) 9.21	(0) -	(2) 2.63	(1) 1.32	(10) 13.16
Primário incompleto	A	(1) 2.85	(4) 11.43	(3) 8.57	(0) -	(8) 22.86
	B	(7) 17.07	(11) 26.83	(4) 9.76	(0) -	(22) 53.66
	T	(8) 10.53	(15) 19.74	(7) 9.21	(0) -	(30) 39.47
Primário completo	A	(0) -	(4) 11.43	(8) 22.86	(3) 8.57	(15) 42.86
	B	(3) 7.32	(4) 9.76	(0) -	(0) -	(7) 17.07
	T	(3) 3.95	(8) 10.53	(8) 10.53	(3) 3.95	(22) 28.95
Secundário incompleto ou completo	A	(0) -	(4) 11.43	(4) 11.43	(3) 8.57	(11) 31.43
	B	(1) 2.44	(0) -	(2) 4.88	(0) -	(3) 7.32
	T	(1) 1.32	(4) 5.26	(6) 7.89	(3) 3.95	(14) 18.42
TOTAL	A	(1) 2.85	(12) 34.29	(16) 45.71	(6) 17.15	(35) 100.00
	B	(18) 43.90	(15) 36.59	(7) 17.07	(1) 2.44	(41) 100.00
	T	(19) 25.00	(27) 55.53	(23) 30.26	(7) 9.21	(76) 100.00

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

veu-se ao fato de 21.95% dos homens e 43.90% das mulheres do grupo "rural-rural" não terem frequentado escola. Para ambos os sexos do grupo "não-rural-rural", a percentagem dos que se enquadravam nessa situação era de 2.85%. Dos homens do grupo "não-rural-rural", 22.86% não concluíram o curso primário, 42.86% tinham o curso primário completo, e 31.43% tinham curso secundário incompleto ou completo. Para o grupo "rural-rural", essas percentagens eram, respectivamente, de 53,66%; 17.07% e 7.32%. Da mesma forma que os elementos do sexo masculino, as mulheres do grupo "rural-rural" apresentavam grau de escolaridade mais baixo que as do grupo "não-rural-rural". Assim, enquanto 62.86% das mulheres do último grupo tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo, somente 19.51% das mulheres do primeiro grupo apresentavam tal nível de instrução. As percentagens daquelas com curso primário incompleto eram de 34.29% para o grupo "não-rural-rural", e 36.59% para o grupo "rural-rural".

A distribuição dos casais segundo a ocupação do marido por ocasião da entrevista, apresentada pela tabela 12, demonstrou que 59.21% da população masculina era constituída de trabalhadores manuais semiquualificados, 17,10% de trabalhadores manuais não-qualificados e 10.53% de trabalhadores manuais qualificados. Os que tinham ocupações não-manuais representavam 13.16% do total dos elementos do sexo masculino. Para efeito de classificação das ocupações, considerou-se como manual qualificada aquela que envolve a execução de todas as operações de um ofício, exigindo, como regra geral, uma aprendizagem de duração relativamente longa. A manual semiquualificada, por sua vez, envolve a execução de operações simples e repetidas, com treinamento ou tempo relativamente curto (Bologna, 1967:119).

Na análise da distribuição ocupacional, a mesma tabela demonstrou que os elementos do sexo masculino com ocupações manuais qualificadas e semiquualificadas representavam, respectivamente, 17.14% e 65.71% do total do grupo "não-rural-rural". Para o grupo "rural-rural", essas mesmas percentagens eram de 4.87% e 53.66%. A principal diferenciação en-

Tabela 12 - Distribuição dos homens, segundo a ocupação por ocasião da entrevista e a origem do casal.

OCUPAÇÃO POR OCASIÃO DA ENTREVISTA	Grupo A	Grupo B	TOTAL
Manual Qualificada	17.14 (6)	4.87 (2)	10.53 (8)
Manual Semi-qualificada	65.71 (23)	53.66 (22)	59.21 (45)
Manual Não-qualificada	2.86 (1)	29.27 (12)	17.10 (13)
Não Manual	14.29 (5)	12.20 (5)	13.16 (10)
TOTAL	100.00 (35)	100.00 (41)	100.00 (76)

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

tre os dois grupos foi observada no que se refere aos indivíduos com ocupações manuais não-qualificadas, com 29.27% do total do grupo "rural-rural", e 2.86% do total do grupo "não-rural-rural" nessa situação.

Em decorrência principalmente do diferente grau de qualificação profissional dos elementos do sexo masculino de cada um dos grupos de casais, a tabela 13 evidencia que, em sua maioria, as famílias do grupo "não-rural-rural" tinham renda "per capita" mais elevada que as do grupo "rural-rural". Assim, enquanto 57.14% das famílias do primeiro grupo tinham renda "per capita" acima de setenta cruzeiros mensais, somente 26.84% daquelas do segundo grupo se enquadravam nessa situação. Por sua vez, apenas 2.86% das famílias "não-rurais-rurais" tinham renda "per capita" inferior a trinta e um cruzeiros mensais, com 14.63% das famílias "rurais-rurais" nessa faixa de renda. Os dois grupos também diferiam acentuadamente na percentagem de famílias com renda mensal "per capita" superior a cento e dez cruzeiros. Essa percentagem para os "não-rurais-rurais" era de 23.71%, contra apenas 2.44% para os "rurais-rurais".

Finalmente, a tabela 14 apresenta a distribuição dos casais segundo a idade das mulheres por ocasião da entrevista, a alfabetização e o grau de escolaridade dos cônjuges, a ocupação do marido e a renda "per capita" mensal da família.

Assim, a mesma tabela demonstra que os casais onde as mulheres tinham idade entre 15 e 34 anos eram aqueles que apresentavam o maior contingente de alfabetizados, com 91.67% dos "não-rurais-rurais" e 46.67% dos "rurais-rurais" em que ambos os cônjuges sabiam ler e escrever. Essa última percentagem, entretanto, era inferior àquela registrada para os casais com mulheres entre 35 e 49 anos, do grupo "não-rural-rural".

No que se refere ao grau de escolaridade, observou-se que os casais onde ambos os cônjuges tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo,

Tabela 13 - Distribuição percentual dos casais, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal.

RENDA "PER CAPITA" DA FAMÍLIA (CR\$)	Grupo A	Grupo B	TOTAL
Menos de 31,00	2.86 (1)	14.63 (6)	9.21 (7)
De 31,00 a 40,00	17.14 (6)	14.63 (6)	15.79 (12)
De 41,00 a 50,00	14.29 (5)	21.95 (9)	18.42 (14)
De 51,00 a 70,00	8.57 (3)	21.95 (9)	15.79 (12)
De 71,00 a 90,00	17.14 (6)	17.08 (7)	17.10 (13)
De 91,00 a 110,00	14.29 (5)	7.32 (3)	10.53 (8)
111,00 ou mais	25.71 (9)	2.44 (1)	13.16 (10)
TOTAL	100.00 (35)	100.00 (41)	100.00 (76)

A = "Não-Rural-Rural"

B = "Rural-Rural"

Tabela 14 - Distribuição percentual dos casais por algumas características selecionadas, segundo a origem do casal e os grupos de idade das mulheres por ocasião da entrevista.

ORIGEM E IDADE NA CARAC- ÉPOCA DA EN- TERÍSTICAS TREVISTA SELECIONADAS	15-34			35-49		
	A	B	TOTAL	A	B	TOTAL
Alfabetização						
HSLE -MSLE	91.67 (22)	46.67 (7)	74.36 (29)	63.64 (7)	15.38 (4)	29.73 (11)
HSLE -MNSLE*	4.17 (1)	26.67 (4)	12.82 (5)	- (0)	30.77 (8)	21.62 (8)
HNSLE-MSLE	4.17 (1)	13.33 (2)	7.69 (3)	18.18 (2)	19.23 (5)	18.92 (7)
HNSLE-MNSLE	- (0)	13.33 (2)	5.13 (2)	18.18 (2)	34.62 (9)	29.73 (11)
Grau de Escolaridade						
HNFP1 -MNFPI	8.33 (2)	40.00 (6)	20.51 (8)	27.27 (3)	73.08 (19)	59.46 (22)
HPCSIC-MNFPI**	20.83 (5)	33.33 (5)	25.64 (10)	27.27 (3)	11.54 (3)	16.22 (6)
HNFP1 -MPCSIC	8.33 (2)	13.33 (2)	10.26 (4)	18.18 (2)	15.38 (4)	16.22 (6)
HPCSIC-MPCSIC	62.50 (15)	13.33 (2)	43.59 (17)	27.27 (3)	- (0)	8.11 (3)
Ocupação do Marido						
Manual Não-quali- ficada	- (0)	20.00 (3)	7.69 (3)	9.09 (1)	34.62 (9)	27.03 (10)
Manual Semiquali- ficada	70.83 (17)	53.33 (8)	64.10 (25)	54.55 (6)	53.85 (14)	54.05 (20)
Manual Qualificada	12.50 (3)	6.67 (1)	10.26 (4)	27.27 (3)	3.85 (1)	10.81 (4)
Não Manual	16.67 (4)	20.00 (3)	17.95 (7)	9.09 (1)	7.69 (2)	8.11 (3)
Renda "Per capita" da Família (CR\$)						
Até 40,00	16.67 (4)	53.33 (8)	30.77 (12)	27.27 (3)	15.38 (4)	18.92 (7)
De 41 a 70,00	33.33 (8)	40.00 (6)	35.90 (14)	- (0)	46.15 (12)	32.43 (12)
De 71 a 110,00	25.00 (6)	6.67 (1)	17.95 (7)	45.45 (5)	34.62 (9)	37.84 (14)
111,00 ou mais	25.00 (6)	- (0)	15.38 (6)	27.27 (3)	3.85 (1)	10.81 (4)
TOTAL	68.57 (24)	36.59 (15)	51.32 (39)	31.43 (11)	63.41 (26)	48.68 (37)

* Homens sabem ler e escrever; mulheres não sabem ler e escrever.

** Homens com primário completo ou secundário incompleto ou completo; mulheres com primário incompleto ou completo.

do grupo "não-rural-rural", representavam 62.50% daqueles em que as mulheres contavam com idade entre 15 e 34 anos. Essa percentagem era de 27.27% para os casais de mais idade, do mesmo grupo. Em contraste, eram os "rurais-rurais" com mulheres entre 35 e 49 anos de idade, aqueles que apresentavam a maior percentagem de casais onde ambos os cônjuges não haviam frequentado escola ou tinham curso primário incompleto (73.08%).

Em relação à ocupação do marido, a percentagem mais elevada com ocupação manual não-qualificada verificou-se para os "rurais-rurais", onde as mulheres tinham entre 35 e 49 anos por ocasião da entrevista. As maiores percentagens de casais onde os homens se encontravam em ocupações não manuais, foram registradas para os casais mais jovens, tanto "não-rurais-rurais" (16.67%), como "rurais-rurais" (20.00%). O mesmo não ocorreu, no entanto, em relação à renda "per capita" da família, desde que eram os casais onde as mulheres tinham idade entre 35 e 49 anos aqueles que apresentavam rendas mensais mais altas. Essa ocorrência é explicada pelo fato de que os casais mais velhos contavam com outros elementos economicamente ativos no grupo familiar, o que elevava os rendimentos mensais.

CAPÍTULO IV

AS RELAÇÕES ENTRE ALGUMAS VARIÁVEIS SOCIAIS E A FECUNDIDADE

O levantamento das histórias reprodutivas das 76 mulheres que compõem a amostra acusou um total de 343 gestações, das quais 3 eram gestações correntes por ocasião das entrevistas. Das 340 gestações completadas resultaram 295 nascidos vivos e 52 mortes fetais*, representando, respectivamente, 86.08% e 15.29% desse total de gestações. Das mortes fetais, 27 constituíram-se em abortos** declarados como sendo espontâneos; 12 em abortos declarados como tendo sido provocados; e 13 em nascidos mortos. Assim, os abortos espontâneos representaram 7.94% do produto total das gestações terminadas; os abortos provocados 3.53%; e os nascidos mortos 3.82% desse mesmo total.

A distribuição das mulheres segundo o número de gestações e de nascidos vivos, conforme tabelas 15 e 16, resultou em um número médio de 4.51 gestações e de 3.68 nascidos vivos por mulher. O número médio de mortes fetais por mulher foi de 0.69; o de abortos espontâneos, de 0.36; o de abortos provocados, de 0.16; e o de nascidos mortos, de 0.17. O número de gestações correntes por ocasião da entrevista foi de 0.04 (tabela 17).

Comparativamente, para que se possa situar o nível de fecundidade constatado para a população em estudo, em relação aos níveis verificados para outras áreas do Brasil, observa-se ser bem superior aos do distrito de São Paulo e da

* "Entende-se por morte fetal a morte de um produto de concepção antes da sua expulsão ou extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez" (OMS, 1964:xxii).

** "Abôrito é a expulsão ou extração do produto de uma concepção, antes do fim do sexto mês de gestação. Abôrito espontâneo é aquele que se produziu sem a intervenção evidente de ações dirigidas a interrompê-la. O abôrito é induzido ou provocado se ocorreram ações (diretas ou indiretas, instrumentais ou não) deliberadamente dirigidas a impedir sua continuação" (CELADE, 1963:7).

Tabela 15 - Distribuição das mulheres, segundo o número de gestações por ocasião da entrevista.

Número de Gestações	Número de Mulheres	Percentagem de Mulheres
0	1	1.32
1	6	7.89
2	11	14.47
3	20	26.32
4	7	9.21
5	11	14.47
6	9	11.84
7	3	3.95
8	-	-
9	-	-
10	3	3.95
11	1	1.32
12	1	1.32
13	1	1.32
14	-	-
15	1	1.32
16	1	1.32
TOTAL	76	100.00

Tabela 16 - Distribuição das mulheres, segundo o número de nascidos vivos por ocasião da entrevista.

Número de nasci- dos vivos	Número de Mulheres	Porcentagem de Mulheres
0	1	1.32
1	7	9.21
2	15	19.74
3	23	30.26
4	9	11.84
5	8	10.53
6	6	7.89
7	1	1.32
8	1	1.32
9	-	-
10	1	1.32
11	-	-
12	2	2.63
13	1	1.32
14	-	-
15	1	1.32
TOTAL	76	100.00

Tabela 17 - Número médio de acontecimentos por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião da entrevista e o tipo de acontecimento.

IDADE POR OCASIÃO DA ENTREVISTA	No de Mulheres	No Médio de gestações	No Médio de nascidos vivos	No Médio de nascidos mortos	No Médio de abortos espontâneos	No Médio de abortos provocados	No Médio de gestações atuais
15-19	2	0.50	0.50	0.00	0.00	0.00	0.00
20-24	9	2.67	2.44	0.00	0.11	0.00	0.11
25-29	14	3.07	2.64	0.00	0.21	0.14	0.07
30-34	14	3.93	3.43	0.14	0.36	0.21	0.00
35-39	19	4.47	3.84	0.05	0.32	0.26	0.05
40-44	10	6.50	5.90	0.10	0.40	0.10	0.00
45-49	8	8.75	6.88	1.13	1.00	0.13	0.00
GERAL	76	4.51	3.88	0.17	0.36	0.16	0.04

cidade do Rio de Janeiro. Assim, para uma amostra de mulheres com idades entre 15 e 49 anos, com apenas uma união conjugal, no distrito de São Paulo, o número médio de gestações por mulher foi de 3.41 (Berquó e outros, 1968:178) e o de nascidos vivos de 2.69 (Berquó e Camargo, 1970:IV). Para o Rio de Janeiro, em uma amostra de mulheres de 20 a 49 anos de idade, grávidas alguma vez, o número médio de gestações por mulher foi de 3.63 e o de nascidos vivos de 2.99 (Miró e Rath, 1965:45).

Uma confirmação mais precisa de que o nível de fecundidade para a população em estudo é bem superior àqueles do distrito de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro pode ser obtida quando se considera o número médio de gestações e de nascidos vivos das mulheres com idades entre 35 e 49 anos, isto é, daquelas mulheres que já completaram a fase mais fecunda do período reprodutivo. Para a população em estudo, o número médio de nascidos vivos por mulher, com idade entre 35 e 49 anos, foi de 5.05, enquanto que para o distrito de São Paulo esse número se situou entre 3.03 e 3.37 (Berquó e Camargo, 1970:25) e para a cidade do Rio de Janeiro foi de 3.07 (Miró e Rath, 1965:49).

Bogue (1965:13), mesmo considerando as objeções que possam ser feitas à utilização de um número fixado de filhos para caracterizar uma população como apresentando uma alta ou baixa fecundidade - dois filhos para baixa fecundidade e cinco para alta fecundidade - ressalta que esses números representam a realidade demográfica, ou seja, "a família de dois filhos é o ideal necessário para obter uma população estacionária", enquanto que a família de cinco filhos sugere uma taxa bastante rápida de crescimento populacional, que se iguala à fecundidade completada de muitas nações em desenvolvimento". Valendo-se desse indicador, a população em estudo se caracterizou por apresentar uma alta fecundidade, ao passo

* "Modelo hipotético de população, baseado em condições perpetuamente imutáveis de fecundidade, mortalidade e tamanho total" (Barclay, 1966:132).

que aquelas do distrito de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro se situavam como de média fecundidade.

Por sua vez, é evidente a tendência de uma redução do nível de fecundidade da população em estudo quando se analisa o número médio de gestações e de nascidos vivos para as diferentes coortes de mulheres. O conceito de coorte é definido por Ryder (1965:845) "como um agregado de indivíduos (dentro de alguma definição de população) que experimentou o mesmo evento dentro do mesmo intervalo de tempo", constituindo-se em uma categoria estrutural de utilidade analítica. Seu poder explanatório decorre da possibilidade de considerar as experiências comuns daquelas pessoas que nela se incluem. Como ele próprio destaca, "cada coorte tem um caráter e composição distintivos, refletindo as circunstâncias de sua história e origens singulares". A análise da tabela 18 evidencia como o contexto social em transição, no qual as diferentes coortes ingressaram em momentos históricos distintos, conduziu a uma diferenciação quanto a algumas características sociais, em razão das oportunidades nos diferentes setores da vida não terem sido as mesmas.

Para a análise das tabelas 19 a 22, necessário se torna considerar, primeiramente, que a experiência de cada uma das coortes - iniciada conforme as mulheres que as compõem entravam em uniões sexuais, tornando-se assim suscetíveis à concepção - está expressa nas colunas correspondentes. Em segundo lugar, que a experiência de cada uma das coortes pelas diferentes faixas etárias não ocorreram em um mesmo momento no tempo, desde que, sendo o ano de nascimento o que determina a composição de cada uma das coortes, obviamente quando as mulheres de uma coorte determinada estão passando por uma faixa etária especificada, mulheres de outras coortes já passaram por essa mesma faixa etária, ou nela ainda não ingressaram. Ressalte-se que é necessário um período de dez anos para que uma coorte de mulheres passe completamente por uma faixa etária de cinco anos. Assim, a título de exemplificação, quando a coorte I, nascida entre 1919 e 1923, com idade entre 45 e 49 anos por ocasião da entrevista, passou pela

Tabela 18 - Distribuição percentual das mulheres, segundo os grupos de idade por ocasião da entrevista e algumas características sociais selecionadas.

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS	GRUPOS DE IDADE E ANO DE NASCIMENTO						
	45-49	40-44	35-39	30-34	25-29	20-24	15-19
	1919-1923	1924-1928	1929-1933	1934-1938	1939-1943	1944-1948	1949-1953
	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)
Origem							
Urbana	-	40.00	31.58	50.00	42.86	33.33	100.00
Rural	100.00	60.00	68.42	50.00	57.14	66.67	-
Alfabetização							
Sabem ler e escrever	12.50	40.00	68.42	64.29	92.86	88.89	100.00
Não sabem ler e escrever	87.50	60.00	31.58	35.71	7.14	11.11	-
Grau de Escolaridade							
Não frequentou	87.50	50.00	10.53	28.57	7.14	-	-
Prim.Incompl.	12.50	30.00	52.63	21.43	35.71	55.56	-
Prim.Completo	-	20.00	26.31	35.71	35.71	44.44	100.00
Sec.Inc./Compl.	-	-	10.53	14.29	21.43	-	-
Ocupação do Marido							
Não manual	-	10.00	10.53	-	35.71	11.11	50.00
Man. Qualif.	12.50	-	15.79	14.29	14.29	-	-
Man. S.Qualif.	12.50	80.00	57.89	71.43	42.86	88.89	50.00
Man. N.Qualif.	75.00	10.00	15.79	14.29	7.14	-	-
Renda "per capita" Mensal da Família (Cr\$)							
Menos de 40,00	-	10.00	31.58	42.86	21.43	33.33	-
41,00 a 70,00	37.50	20.00	36.84	28.57	35.71	44.44	50.00
71,00 a 110,00	50.00	60.00	21.05	14.29	21.43	11.11	50.00
111,00 ou mais	12.50	10.00	10.53	14.29	21.43	11.11	-
TOTAL	100.00 (8)	100.00 (10)	100.00 (19)	100.00 (14)	100.00 (14)	100.00 (9)	100.00 (2)

Tabela 21 - Número médio cumulativo de gestações por mulher, segundo os grupos de idade por ocasião da entrevista e segundo os grupos de idade das mulheres quando da ocorrência do acontecimento.

IDADE QUANDO DA OCORRÊNCIA DO ACONTECIMENTO \ IDADE OCA-SIÃO EN-TREVISTA	45-49 (I)	40-44 (II)	35-39 (III)	30-34 (IV)	25-29 (V)	20-24 (VI)	15-19 (VII)	TOTAL
15-19	0.75	1.10	0.53	0.29	0.64	1.33	0.50	0.70
20-24	2.75	2.60	2.00	1.93	2.57	2.67	-	2.29
25-29	5.25	5.10	3.36	3.43	3.07	-	-	3.59
30-34	6.88	6.00	4.10	3.93	-	-	-	4.16
35-39	8.13	6.30	4.47	-	-	-	-	4.42
40-44	8.38	6.50	-	-	-	-	-	4.47
45-49	8.75	-	-	-	-	-	-	4.51
TOTAL	8.75	6.50	4.47	3.93	3.07	2.67	0.50	4.51

Tabela 22 - Número médio cumulativo de nascidos vivos por mulher, segundo os grupos de idade por ocasião da entrevista e segundo os grupos de idade das mulheres quando da ocorrência do acontecimento.

IDADE QUANDO DA OCOR- RÊNCIA DO ACONTECIMENTO	45-49 (I)	40-44 (II)	35-39 (III)	30-34 (IV)	25-29 (V)	20-24 (VI)	15-19 (VII)	TOTAL
15-19	0.63	1.10	0.47	0.29	0.64	1.22	0.50	0.66
20-24	2.63	2.50	1.83	1.86	2.21	2.44	-	2.12
25-29	4.38	4.70	2.94	3.00	2.64	-	-	3.16
30-34	5.88	5.60	3.52	3.43	-	-	-	3.66
35-39	6.76	5.90	3.84	-	-	-	-	3.87
40-44	6.88	-	-	-	-	-	-	3.88
45-49	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.88	5.90	3.84	3.43	2.64	2.44	0.50	3.88

faixa etária de 15 a 19 anos, parte das mulheres que a compõe atingiu a idade de 15 anos em 1934, enquanto que outra parte atingiu essa idade em 1938. Logo, as primeiras passaram para a faixa seguinte em 1939, e as segundas somente em 1943. Consequentemente, a passagem dessa coorte por essa faixa etária estendeu-se por um período de dez anos, ou seja, de 1934 a 1943.

O número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher, segundo os grupos de idade das mulheres por ocasião da entrevista e quando da ocorrência dos acontecimentos, são apresentados nas tabelas 19 e 20, bem como nas duas tabelas subsequentes, onde esses dados aparecem de forma cumulativa. Na consideração das referidas tabelas, deve-se levar em conta a idade média das mulheres por ocasião da primeira união, a qual, para o total da amostra, era de 19.5 anos. Para cada uma das coortes, essa idade média era de 20.0 anos para a coorte I; 17.8 anos para a coorte II; 21.4 anos para a coorte III; 20.8 anos para a coorte IV; 18.8 anos para a coorte V; 17.1 anos para a coorte VI; e 15.5 anos para a coorte VII.

Observa-se, assim, que daquelas coortes que já haviam passado pela faixa etária de 15 a 19 anos, as de números I e VI, que apresentavam idade média mais baixa de entrada em uniões, eram as que registravam o maior número médio de gestações e de nascidos vivos ocorridos nessa faixa etária. Constatava-se, outrossim, que as coortes I e II diferenciavam-se das demais em função de um maior número de gestações e de nascidos vivos, com ocorrência nas idades de 25 a 29 e 30 a 34 anos. Tomando-se as tabelas 21 e 22, evidencia-se o fato de que essas duas coortes, mesmo diferindo entre si, distinguiam-se acentuadamente das coortes mais jovens. Assim, o número médio cumulativo de gestações para essas coortes, ocorridos até a idade de 39 anos, era de 8.13 para a coorte I e 6.30 para a coorte II. O número médio cumulativo de nascidos vivos, por sua vez, era de 6.76 para a primeira e 5.90 para a segunda. Observa-se que a diferença de 1.83 gestações por mulher, verificada entre as duas coortes, reduziu-se a 0.66 nascidos vivos, em função de uma maior mortalidade fetal para a coorte I.

Comparando-se as experiências das coortes I, II e III até a idade de 34 anos, constata-se que o número médio cumulativo de gestações para a coorte I era maior em 2.78 quanto à coorte III; e que essa diferença entre as coortes II e III era de 1.90 gestações por mulher. No que se refere ao número médio de nascidos vivos, a coorte I apresentava uma diferença para mais de 2.36 em relação à coorte III, e de 0.28 em relação à coorte II. A diferença entre as coortes II e III era de 2.08 nascidos vivos por mulher.

No que concerne às coortes mais jovens, ainda que a evidência se apresente somente em relação à coorte IV, para a qual se dispõe de dados até a idade de 29 anos, parece existir uma tendência à estabilização dos níveis de fecundidade em relação à coorte III, com uma pequena variação para mais de 0.07 gestações e de 0.06 nascidos vivos por mulher, para a coorte IV.

Caracterizada a população em estudo como apresentando um comportamento reprodutivo que conduz a níveis de alta fecundidade, a questão que se coloca refere-se ao papel desempenhado pela concentração de imigrantes rurais na determinação desses níveis. Como se demonstrou anteriormente, 77.63% dos homens e 66.16% das mulheres que integravam os casais da amostra eram de origem rural, resultando em 10 casais (13.16%) em que ambos os cônjuges eram de origem urbana; 7 casais (9.21%) em que os homens eram de origem rural e as mulheres de origem urbana; 18 casais (23.68%) em que os homens eram de origem urbana e as mulheres de origem rural; e 41 casais (53.95%) em que ambos eram de origem rural.

Tomando-se a tabela 23, observa-se que o grupo de casais que apresentou o menor número médio de gestações por mulher foi aquele em que os homens eram de origem urbana e as mulheres de origem rural (2.86), seguido do grupo em que ambos eram de origem urbana (3.00) e daquele em que os homens eram de origem rural e as mulheres de origem urbana (3.61). Assim, as diferenças registradas entre o número médio de gestações por mulher verificado para cada um desses grupos, em relação ao grupo em que ambos os cônjuges eram de origem rural,

Tabela 23 - Número médio de gestações por mulher, segundo a origem dos cônjuges.

MULHERES HOMENS	Urbana	Rural	TOTAL
	Urbana	Rural	TOTAL
Urbana	3.00	2.86	2.94
Rural	3.61	3.56	4.97
TOTAL	3.39	3.17	4.51

Tabela 24 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações, segundo a origem do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	55.64	55.64	-	-	54.11	54.11	1	TIB
TEB	1	32.55	32.55	3.59	3.76	34.07	34.07	1	BET
INT	1	13.57	13.57	1.50	1.50	13.57	13.57	1	INT
ECL	3	101.75	33.92	3.74	3.74	33.92	101.75	3	ECL
RES	72	653.23	9.07	-	-	9.07	653.23	72	RES
TOT	75	754.99	10.07	-	-	10.07	754.99	75	TOT

Valor crítico para 1 e 72 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

foram, respectivamente, de 2.70, 2.56 e 1.95 gestações por mulher. Para os cônjuges isoladamente, constatou-se que entre as mulheres de origem urbana e as de origem rural a diferença foi de 1.78 gestações por mulher; entre os homens de origem urbana e os de origem rural essa diferença foi de 2.03 gestações por mulher.

Procedendo-se à análise de variância da tabela em referência, verificou-se que variações na origem dos homens e das mulheres individualmente, não eram acompanhadas de variações significantes no número médio de gestações por mulher (tabela 24). Tomando-se o casal como unidade de análise e comparando-se os quatro grupos acima mencionados, verificou-se que as diferenças registradas entre o número médio de gestações de cada um desses grupos também não acusaram ser significantes (tabela 25).

Quanto ao número médio de nascidos vivos por mulher, a tabela 26 demonstra que o grupo em que ambos os cônjuges eram de origem urbana foi aquele que registrou o menor número médio de nascidos vivos (2.40), seguido do grupo em que os homens eram de origem urbana e as mulheres de origem rural (2.43) e daquele em que os homens eram de origem rural e as mulheres de origem urbana (3.33). A diferença no número médio de nascidos vivos por mulher, entre cada um desses grupos e aquele em que ambos os cônjuges eram de origem rural, foi, respectivamente, de 2.33, 2.20 e 1.40. Observa-se, dessa forma, que a mortalidade fetal registrada para cada um desses grupos variou de 0.83 mortes fetais por mulher, no grupo em que ambos os cônjuges eram de origem rural, para 0.60, no grupo em que ambos eram de origem urbana; 0.43, no grupo em que os homens eram de origem rural e as mulheres de origem urbana; e 0.28, no grupo em que os homens eram de origem rural e as mulheres de origem urbana.

Considerando-se os cônjuges separadamente quanto à origem, observa-se que a diferença entre o número médio de nascidos vivos por mulher, entre as de origem urbana e rural era de 1.40, e entre os homens de origem urbana e rural era de 1.90 nascidos vivos por mulher.

Tabela 25 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de gestações, quanto à origem dos cônjuges, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

TIPOS DE COMPARAÇÕES		VALOR OBSERVADO
(Homens urbanos - mulheres urbanas) com (Homens urbanos - mulheres rurais)		0.00
(Homens urbanos - mulheres urbanas) com (Homens rurais - mulheres urbanas)		0.09
(Homens urbanos - mulheres urbanas) com (Homens rurais - mulheres rurais)		1.94
(Homens urbanos - mulheres rurais) com (Homens rurais - mulheres urbanas)		0.10
(Homens urbanos - mulheres rurais) com (Homens rurais - mulheres rurais)		1.60
(Homens rurais - mulheres urbanas) com (Homens rurais - mulheres rurais)		1.75
(Homens o/ou mulheres urbanas) com (Homens rurais - mulheres rurais)		3.83*

Valor crítico para $\alpha = 0.05$ graus de liberdade = 2.76

Tabela 26 - Número médio de nascidos vivos, por mulher, segundo a origem dos cônjuges.

MULHERES HOMENS	Urbana	Rural	TOTAL
	Urbana	Rural	TOTAL
Urbana	2.40	2.43	2.41
Rural	3.33	4.73	4.31
TOTAL	3.00	4.40	3.88

Tabela 27 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos, segundo a origem do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	34.45	34.45	-	-	47.31	47.31	1	TIB
TEB	1	31.50	31.50	4.43*	2.62	18.65	18.65	1	BET
INT	1	5.81	5.81	0.82	0.82	5.81	5.81	1	INT
ECL	3	71.77	23.92	3.36	3.36	23.92	71.77	3	ECL
RES	72	512.16	7.11	-	-	7.11	512.16	72	RES
TOT	75	583.93	7.79	-	-	7.79	583.93	75	TOT

Valor crítico para 1 e 72 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

A análise de variância da mesma tabela evidenciou que variações na origem dos homens eram acompanhadas por variações significantes no número médio de nascidos vivos, o que não se confirmou para as mulheres (tabela 27). Como ocorreu em relação ao número médio de gestações, as diferenças anotadas no número médio de nascidos vivos para cada um dos quatro grupos não revelaram ser significantes (tabela 28).

Observando-se o critério anteriormente explicitado, os casais foram classificados dicotomicamente, de forma que um grupo, denominado "não-rural-rural", incluíasse aqueles em que um ou ambos os cônjuges fossem de origem urbana, e outro, denominado "rural-rural", incluíasse todos aqueles em que ambos fossem de origem rural, com o primeiro compreendendo 35 casais, ou 46.05% da amostra de casais, e o segundo 41 casais, ou 53.95% desse mesmo total. O número médio de gestações por mulher foi de 3.28 para o primeiro grupo, e de 5.56 para o segundo, com uma diferença entre ambos de 2.28 gestações por mulher. O número médio de nascidos vivos por mulher para o grupo "não-rural-rural" foi de 2.89 e para o grupo "rural-rural" foi de 4.73, com uma diferença entre ambos de 1.84 nascidos vivos por mulher. Essas diferenças, conforme as tabelas 25 e 28, revelaram ser significantes.

Por outro lado, a análise da experiência conjunta das diferentes coortes, conforme apresentada pela tabela 29, revela que enquanto as mulheres do grupo "não-rural-rural" tiveram o maior número médio de gestações (1.48) entre as idades de 20 a 24 anos, com declínio sensível nas faixas etárias seguintes, o mesmo não ocorreu em relação ao grupo "rural-rural". Assim, conforme pode ser observado a partir da mesma tabela, o número médio de 0.85 gestações por mulher registrado nas idades de 15 a 19 anos, passou a 1.68 na faixa etária de 20 a 24 anos e, diferentemente do que ocorreu para o grupo "não-rural-rural", elevou-se a 1.73 na faixa etária de 25 a 29 anos, decrescendo a partir de então. Para as coortes individualmente, evidenciou-se que o padrão do grupo "rural-rural" era, principalmente, um reflexo do comportamento reprodutivo das coortes I e II na faixa etária de 25 a 29 anos.

Tabela 28 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem dos cônjuges, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

TIPOS DE COMPARAÇÕES		VALOR OBSERVADO
(Homens urbanos - mulheres urbanas) com (Homens urbanos - mulheres rurais)		0.00
(Homens urbanos - mulheres urbanas) com (Homens rurais - mulheres urbanas)		0.26
(Homens urbanos - mulheres urbanas) com (Homens rurais - mulheres rurais)		2.05
(Homens urbanos - mulheres rurais) com (Homens rurais - mulheres urbanas)		0.19
(Homens urbanos - mulheres rurais) com (Homens rurais - mulheres rurais)		1.48
(Homens rurais - mulheres urbanas) com (Homens rurais - mulheres rurais)		1.15
(Homens e/ou mulheres urbanas) com (Homens rurais - mulheres rurais)		3.42*

Valor crítico para 5 e 72 graus de liberdade = 2.76

Tabela 29 - Número médio de gestações por mulher, de acordo com a idade das mulheres por ocasião da entrevista e idade quando da ocorrência dos acontecimentos, segundo a origem do casal.

IDADE QUANDO DA OCORRÊNCIA DO ACONTECIMENTO	IDADE OCA SIXO EN TREV.		ORIGEM	45-49 (I)	40-44 (II)	35-39 (III)	30-34 (IV)	25-29 (V)	20-24 (VI)	15-19 (VII)	TOTAL
15-19	A	-			1.50	0.14	0.25	0.67	0.40	0.50	0.51
	B	0.75			0.83	0.75	0.33	0.60	2.50	-	0.85
20-24	A	-			1.50	1.00	1.75	2.00	1.40	-	1.48
	B	2.00			1.50	1.75	1.50	1.80	1.35	-	1.68
25-29	A	-			1.75	1.00	1.50	0.22	-	-	0.80
	B	2.50			3.00	1.58	1.50	1.00	-	-	1.73
30-34	A	-			1.00	1.00	0.13	-	-	-	0.34
	B	1.63			0.83	0.58	1.00	-	-	-	0.76
35-39	A	-			0.25	0.29	-	-	-	-	0.08
	B	1.25			0.33	0.42	-	-	-	-	0.41
40-44	A	-			0.50	-	-	-	-	-	0.06
	B	0.25			-	-	-	-	-	-	0.05
45-49	A	-			-	-	-	-	-	-	-
	B	0.38			-	-	-	-	-	-	0.07
TOTAL	A	-			6.50	3.43	3.63	2.89	1.80	0.50	3.28
	B	8.75			6.50	5.08	4.33	3.40	3.75	-	5.56

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Esse mesmo padrão, entretanto, não é observado em relação ao número médio de nascidos vivos por mulher, desde que os efeitos da mortalidade fetal para o grupo "rural-rural" se fizeram sentir acentuadamente nos acontecimentos ocorridos na faixa etária de 25 a 29 anos, com um número médio de 0.41 mortes fetais por mulher (tabela 30).

Como resultado desse padrão, as tabelas 31 e 32 demonstram que as diferenças no número médio cumulativo de gestações e de nascidos vivos para os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural" se acentuam a partir dos acontecimentos ocorridos na faixa etária de 25 a 29 anos.

Confrontando-se, por sua vez, o número médio de gestações por mulher registrado para cada uma das coortes de números II a VI dos grupos "não-rural-rural" e "rural-rural", conforme tabela 31, observa-se que, com exceção da coorte II onde os dois grupos apresentaram número médio idêntico, todas as coortes do segundo grupo registraram número médio de gestações maior do que aquela verificado para as coortes do primeiro grupo. Assim, essa diferença foi de 1.65 gestações por mulher para a coorte III; de 0.70 para a coorte IV; de 0.51 para a coorte V; e de 1.95 para a coorte VI.

Em relação ao número médio de nascidos vivos por mulher, conforme tabela 33, observa-se que todas as coortes anteriormente mencionadas, incluindo a de número II, apresentaram número médio maior do que o registrado para as coortes do grupo "não-rural-rural". Para a coorte II a diferença foi de 0.67 nascidos vivos por mulher; para a coorte III foi de 1.11; para a coorte IV foi de 0.11; para a coorte V foi de 0.87; e para a coorte VI foi de 1.90.

Procedendo-se à análise estatística, ficou demonstrado que nenhuma das diferenças verificadas entre o número médio de gestações, ou de nascidos vivos por mulher para cada uma das coortes dos dois grupos, acusou ser significativa (tabelas 35 e 36).

Considerando-se, por outro lado, que as mulheres do grupo "não-rural-rural" diferiam das do grupo "rural-

Tabela 30 - Número médio de nascidos vivos por mulher, de acordo com a idade das mulheres por ocasião da entrevista e idade quando da ocorrência dos acontecimentos, segundo a origem do casal.

IDADE QUANDO DA OCORRÊNCIA DO ACONTECIMENTO	IDADE OCASIONAL EM ENTREV.		45-49 (I)	40-44 (II)	35-39 (III)	30-34 (IV)	25-29 (V)	20-24 (VI)	15-19 (VII)	TOTAL
	ORIGEM									
15-19	A	-	-	1.50	0.14	0.27	0.67	0.40	0.50	0.51
	B	0.63	0.83	0.67	-	0.33	0.60	2.25	-	0.78
20-24	A	-	-	1.25	1.00	1.75	1.44	1.20	-	1.29
	B	2.00	1.50	1.38	1.58	1.58	1.80	1.95	-	1.61
25-29	A	-	-	1.50	1.60	1.25	0.22	-	-	0.71
	B	1.75	2.67	1.17	1.17	1.00	0.80	-	-	1.32
30-34	A	-	-	1.60	0.71	0.13	-	-	-	0.29
	B	1.50	0.83	0.50	0.50	0.83	-	-	-	0.68
35-39	A	-	-	0.25	0.20	-	-	-	-	0.09
	B	0.88	0.53	0.33	0.33	-	-	-	-	0.32
40-44	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	B	0.12	-	-	-	-	-	-	-	0.02
45-49	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	B	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	A	-	-	5.50	3.14	3.38	2.33	1.60	0.50	2.89
	B	6.88	6.17	4.25	3.50	3.50	3.20	3.50	-	4.73

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 31 - Número médio cumulativo de gestações por mulher, de acordo com a idade das mulheres por ocasião da entrevista e idade quando da ocorrência dos acontecimentos, segundo a origem do casal.

IDADE QUANDO DA OCORRÊNCIA DO ACONTECIMENTO	IDADE OCASIONAL ENTREV.		45-49 (I)	40-44 (II)	35-39 (III)	30-34 (IV)	25-29 (V)	20-24 (VI)	15-19 (VII)	TOTAL
	ORIGEM									
15-19	A	-	-	1.50	0.14	0.25	0.67	0.40	0.50	0.51
	B	0.75	0.83	0.83	0.75	0.33	0.60	2.50	-	0.85
20-24	A	-	-	3.00	1.14	2.00	2.67	1.80	-	1.99
	B	2.75	2.33	2.33	2.50	1.83	2.40	3.75	-	2.53
25-29	A	-	-	3.75	2.14	3.50	2.89	-	-	2.79
	B	5.25	5.33	5.33	4.08	3.33	3.40	-	-	4.26
30-34	A	-	-	3.75	3.14	3.63	-	-	-	3.13
	B	6.88	6.16	6.16	4.66	4.33	-	-	-	5.02
35-39	A	-	-	6.00	3.43	-	-	-	-	3.21
	B	8.13	6.50	6.50	5.08	-	-	-	-	5.43
40-44	A	-	-	6.50	-	-	-	-	-	3.28
	B	8.38	6.50	6.50	-	-	-	-	-	5.48
45-49	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	B	8.75	-	-	-	-	-	-	-	5.56
TOTAL	A	-	-	6.50	3.43	3.63	2.89	1.80	0.50	3.28
	B	8.75	6.50	6.50	5.08	4.33	3.40	3.75	-	5.56

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 32 - Análise de variância a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casola, do número de gestações das mulheres de 20 a 44 anos de idade por ocasião da entrevista, segundo a origem do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	23.05	23.05	-	-	19.81	79.24	4	TID
TEB	4	68.57	17.14	3.25*	2.35	12.37	12.37	1	BET
INT	4	4.60	1.15	0.22	0.22	1.15	4.60	4	INT
ECL	9	96.22	10.69	2.03	2.03	10.69	96.22	9	ECL
RES	56	295.32	5.27	-	-	5.27	295.32	56	RES
TOT	65	391.53	6.02	-	-	6.02	391.53	65	TOT

Valor crítico para 4 e 56 graus de liberdade = 2.61 - 2.53

Valor crítico para 1 e 56 graus de liberdade = 4.08 - 4.00

Tabela 33 - Número médio cumulativo de nascidos vivos por mulher, de acordo com a idade das mulheres por ocasião da entrevista e idade quando da ocorrência dos acontecimentos, segundo a origem do casal.

IDADE QUANDO DA OCORRÊNCIA DO ACONTECIMENTO	IDADE OCORRÊNCIA EM TREV.		45-49 (I)	40-44 (II)	35-39 (III)	30-34 (IV)	25-29 (V)	20-24 (VI)	15-19 (VII)	TOTAL
	ORIGEM									
15-19	A	-	-	1.50	0.14	0.25	0.67	0.40	0.50	0.51
	B	0.63	0.83	0.67	0.33	0.33	0.60	2.25	-	0.78
20-24	A	-	-	2.75	1.14	2.00	2.11	1.60	-	1.80
	B	2.63	2.33	2.25	1.66	1.66	2.40	3.50	-	2.39
25-29	A	-	-	4.25	2.14	3.25	2.33	-	-	2.51
	B	4.38	5.00	3.42	2.66	2.66	3.20	-	-	3.71
30-34	A	-	-	5.25	2.85	3.38	-	-	-	2.80
	B	5.88	5.83	3.92	3.50	3.50	-	-	-	4.39
35-39	A	-	-	5.50	3.14	-	-	-	-	2.89
	B	6.76	6.17	4.25	-	-	-	-	-	4.71
40-44	A	-	-	5.50	-	-	-	-	-	2.89
	B	6.88	6.17	-	-	-	-	-	-	4.73
45-49	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	B	6.88	-	-	-	-	-	-	-	4.73
TOTAL	A	-	-	5.50	3.14	3.38	2.33	1.60	0.50	2.89
	B	6.88	6.17	4.25	3.50	3.50	3.20	3.50	-	4.73

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 34 - Análise de variância a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos das mulheres de 20 a 44 anos de idade por ocasião da entrevista, segundo a origem do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	29.33	29.33	-	-	33.48	93.93	4	TIB
TEB	4	80.36	20.09	3.14	2.46	15.76	15.76	1	BET
INT	4	7.36	1.84	0.22	0.22	1.84	7.36	4	INT
ECL	9	117.05	13.01	2.03	2.03	13.01	117.05	9	ECL
HES	56	357.98	6.39	-	-	6.39	357.98	56	HES
TOT	65	475.03	7.31	-	-	7.31	475.03	65	TOT

Valor crítico para 4 e 56 graus de liberdade = 2.61 - 2.53

Valor crítico para 1 e 56 graus de liberdade = 4.08 - 4.00

rural" quanto ao tempo de exposição à concepção, desde que as do segundo grupo apresentavam, por ocasião da entrevista, uma idade média maior em 6,2 anos em relação às do primeiro grupo, enquanto que a idade média das mulheres do grupo "rural-rural" por ocasião do casamento diferia em apenas 0,4 anos daquela registrada para as do grupo "não-rural-rural", procedeu-se, para fins de análise estatística, à exclusão das coortes I e VII, por serem compostas apenas por casais de um ou de outro grupo. Tomando-se, então, o número médio de gestações e o de nascidos vivos por mulher registrados para os casais em que as mulheres apresentavam, por ocasião da entrevista, idade entre 20 a 44 anos, verificou-se que as diferenças entre esses números para os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural" não eram significantes (tabelas 35 e 36).

A título comparativo, verifica-se que, em números absolutos, a fecundidade diferencial entre os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural" da população em estudo, era bem superior àquela registrada para a cidade do Rio de Janeiro, onde o número médio de nascidos vivos para as mulheres nascidas em cidade foi de 1,99, e para aquelas nascidas em pequenas vilas ou áreas rurais foi de 2,50 (Miró e Rath, 1965:47). Para o distrito de São Paulo, ainda que inexistassem os dados em questão para o total da população estudada, os autores do estudo, na publicação preliminar dos resultados parciais (Berquó e Camargo, 1970:15), ao apresentarem o número médio de nascidos vivos por origem, idade na época da entrevista e tempo de casamento da mulher, afirmam que esses dados "indicam claramente haver uma influência da origem da mulher em seu comportamento reprodutivo", o que confirma, aliás, os resultados da maioria dos estudos realizados.

Tendo em vista, entretanto, que os grupos em estudo se diferenciavam quanto a algumas características sociais básicas, como alfabetização, grau de escolaridade, ocupação do marido e renda "per capita" mensal da família, conforme se evidenciou no capítulo anterior, procurar-se-á estabelecer, a seguir, as relações entre esses fatores, tomados como variáveis intervenientes, e a fecundidade.

Tabela 35 - Comparações estatísticas dos casais com as mulheres em diferentes grupos etários, segundo o número médio de gestações, quanto à origem do casal, pelo método das comparações múltiplas de Scheffe.

GRUPOS DE IDADE POR OCASIÃO DA ENTREVISTA	VALOR OBSERVADO
20 - 24	0.37
25 - 29	0.05
30 - 34	0.12
35 - 39	0.82
40 - 45	0.00

Valor crítico para 9 e 56 graus de liberdade = 2.12 - 2.04

Tabela 36 - Comparações estatísticas dos casais com as mulheres em diferentes grupos etários, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem do casal, pelo método das comparações múltiplas de Scheffe.

GRUPOS DE IDADE POR OCASIÃO DA ENTREVISTA	VALOR OBSERVADO
20 - 24	0.34
25 - 29	0.13
30 - 34	0.00
35 - 39	0.35
40 - 44	0.11

Valor crítico para 9 e 56 graus de liberdade = 2.12 - 2.04

Iniciando-se pela alfabetização, convém recordar, conforme se demonstrou pela tabela 9, que existia uma marcada diferenciação entre os dois grupos a esse respeito, com 82.86% dos casais "não-rurais-rurais" sabendo ler e escrever, e apenas 26.83% dos "rurais-rurais" nessa situação. O número médio de gestações por mulher, segundo essa característica, revelou, para o total da amostra, uma diferença de 5.13 gestações por mulher entre os casais em que ambos os cônjuges sabiam ler e escrever (3.18) e aqueles em que ambos não o sabiam (8.31). Para os cônjuges individualmente, também para o total da amostra, observou-se que quando as mulheres não sabiam ler e escrever, o número médio de gestações por mulher era maior em 3.43 em relação àquela verificado para os casais em que as mulheres o sabiam. Entre os casais em que os homens eram alfabetizados e aqueles onde não o eram, independentemente da situação de suas mulheres, a diferença foi de 2.76 gestações por mulher.

Essa diferença foi de 2.05 gestações por mulher entre o grupo de casais em que ambos os cônjuges sabiam ler e escrever (3.18) e aquele em que os homens o sabiam e as mulheres não (5.23). Por sua vez, a diferença entre o primeiro grupo e aquele onde os homens não sabiam ler e escrever, mas as mulheres o sabiam (4.00), foi de 0.82 gestações por mulher (tabela 37).

Para os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural", a mesma tabela demonstra que a diferença no número médio de gestações por mulher entre os casais em que ambos os cônjuges eram analfabetos e aqueles em que ambos eram alfabetizados foi respectivamente, de 4.05 e 4.82 gestações por mulher. Confrontando-se os casais em que ambos os cônjuges eram alfabetizados com aqueles em que os homens sabiam ler e escrever e as mulheres não o sabiam, as diferenças registradas para os dois grupos foram de 3.04 e 1.44 gestações por mulher. Para o caso inverso, isto é, quando casais compostos por cônjuges alfabetizados foram confrontados com casais em que as mulheres sabiam ler e escrever e os homens não, a diferença foi de 0.04 gestações por mulher para o grupo "não-rural-rural" e de

Tabela 37 - Número médio de gestações por mulher, segundo a alfabetização e a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	TOTAL
Sabem ler e escrever	A	2.96	6.00	3.01
	B	3.72	5.16	4.47
	T	3.18	5.23	3.67
Não sabem ler e escrever	A	3.00	7.00	4.60
	B	4.43	8.54	6.95
	T	4.00	8.31	6.43
TOTAL	A	2.97	6.67	3.28
	B	4.00	6.78	5.56
	T	3.34	6.77	4.51

A = "Não-Rural-Rural"

B = "Rural-Rural"

T = Total

0.71 gestações por mulher para o grupo "rural-rural". Convém, no entanto, ressaltar que para o grupo "não-rural-rural" essas comparações foram baseadas em um número muito pequeno de observações para os casos em que um ou ambos os cônjuges eram analfabetos, dada a alta percentagem de casais em que ambos os cônjuges sabiam ler e escrever.

A análise estatística desses resultados evidenciou, para o total da amostra, que variações quanto à alfabetização dos homens e das mulheres eram acompanhadas por variações significantes no número médio de gestações por mulher. Para o grupo "não-rural-rural", talvez como um reflexo da marcada concentração de casais que sabiam ler e escrever, observou-se que enquanto o fato de as mulheres saberem ler e escrever determinava variações significantes nesse número, o mesmo não ocorria em relação aos homens. Para o grupo "rural-rural", ficou demonstrado que variações na alfabetização dos homens ou das mulheres eram acompanhadas por variações significantes no número médio de gestações por mulher (tabelas 38A, B e C).

Por sua vez, as comparações estatísticas do número médio de gestações registrado para esse último grupo, quanto às combinações possíveis em relação à alfabetização dos cônjuges, demonstraram que adiante eram significantes as diferenças anotadas entre os casais em que ambos os cônjuges sabiam ler e escrever e aqueles em que ambos eram analfabetos, bem como, entre esses últimos e aqueles em que apenas um dos cônjuges ou ambos sabiam ler e escrever (tabela 39).

Para o total da amostra, a análise acusou que além das diferenças que se revelaram significantes para o grupo "rural-rural", outras duas também o eram. Evidenciou-se assim que, mantendo-se os homens constantes quanto a essa característica e variando-se as mulheres, as diferenças acusaram ser significantes. Em outras palavras, a análise estatística revelou que o fato de a mulher saber ler e escrever, independentemente da alfabetização de seu marido, é que determinava a ocorrência de um número de gestações significantemente menor do ponto de vista estatístico (tabela 39).

Quanto ao número médio de nascidos vivos por

Tabela 38A - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do grupo A, segundo a alfabetização do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	37.51	37.51	-	-	10.08	10.08	1	TIB
TEB	1	0.17	0.17	0.05	8.00*	27.60	27.60	1	BET
INT	1	0.50	0.50	0.14	0.14	0.50	0.50	1	INT
ECL	3	38.18	12.73	3.69	3.69	12.73	38.18	3	ECL
RES	31	106.97	3.45	-	-	3.45	106.97	31	RES
TOT	34	145.14	4.27	-	-	4.27	145.14	34	TOT

Valor crítico para 1 e 31 graus de liberdade = 4.17 - 4.08

Tabela 38B - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do grupo B, segundo a alfabetização do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	78.18	78.18	-	-	61.41	61.41	1	TIB
TEB	1	50.05	50.05	5.06*	6.75*	66.82	66.82	1	BET
INT	1	17.57	17.57	1.77	1.77	17.57	17.57	1	INT
ECL	3	145.81	48.60	4.91	4.91	48.60	145.81	3	ECL
RES	37	366.29	9.90	-	-	9.90	366.29	37	RES
TOT	40	512.10	12.80	-	-	12.80	512.10	40	TOT

Valor crítico para 1 e 37 graus de liberdade = 4.17 - 4.08

Tabela 38C - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do total da amostra, segundo a alfabetização do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	201.15	201.15	-	-	121.79	121.79	1	TIB
TEB	1	48.60	48.60	3.2	16.95*	128.16	128.16	1	BET
INT	1	18.18	18.18	2.69	2.69	18.18	18.18	1	INT
ECL	3	268.14	89.38	15.22	15.22	89.38	268.14	3	ECL
RES	72	486.85	6.76	-	-	6.76	486.85	72	RES
TOT	75	754.99	10.07	-	-	10.07	754.99	75	TOT

Valor crítico para 1 e 72 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

Tabela 39 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "rural-rural" e do total da amostra, segundo o número médio de gestações, quanto à alfabetização, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

GRUPOS	TIPOS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO
"Rural-Rural"	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens sabem - mulheres não)	0.40
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres sabem)	0.07
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	4.30*
	(Homens sabem - mulheres não) com (Homens não - mulheres sabem)	0.08
	(Homens sabem - mulheres não) com (Homens não - mulheres não)	2.21
	(Homens não - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	2.43
	(Homens e/ou mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	4.62*
"TOTAL"	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens sabem - mulheres não)	6.20*
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres sabem)	0.27
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	12.73*
	(Homens sabem - mulheres não) com (Homens não - mulheres sabem)	2.12
	(Homens sabem - mulheres não) com (Homens não - mulheres não)	0.77
	(Homens não - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	3.18*
	(Homens e/ou mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	6.86*

"Rural-Rural" - Valor crítico para 3 e 37 graus de liberdade = 2.87

Total - Valor crítico para 3 e 72 graus de liberdade = 2.76

mulher, segundo a alfabetização do casal, verificou-se, para o total da amostra, que a diferença nesse número entre os casais em que ambos os cônjuges não sabiam ler e escrever e aqueles em que ambos sabiam ler e escrever, era de 4,45 nascidos vivos por mulher. Para o grupo "não-rural-rural" essa diferença foi de 4,77 nascidos vivos e para o grupo "rural-rural" foi de 4,36 nascidos vivos por mulher. Todas as demais diferenças entre os casais, segundo a alfabetização dos cônjuges, seja para cada um dos dois grupos quanto à origem, ou para o total da amostra, o padrão foi o mesmo que aquele observado para o número médio de gestações por mulher (tabela 40).

Os resultados da análise estatística revelaram, por sua vez, tanto para o grupo "não-rural-rural" como para o "rural-rural", que as diferenças eram significantes quando se alterava a situação de alfabetização das mulheres, não ocorrendo o mesmo em relação aos homens. Para o total da amostra, por ter ocorrido uma interação significativa entre as variáveis, essa análise se tornou prejudicada (tabelas 41A, B e C). As comparações dos resultados obtidos para as diferentes combinações de casais quanto a essa característica, para o grupo "rural-rural" e total da amostra, revelaram que aquelas mesmas diferenças mencionadas em relação ao número médio de gestações eram significantes. Destaque-se, no entanto, que a diferença entre o número médio de nascidos vivos para os casais em que os homens sabiam ler e escrever e as mulheres não, e aqueles em que ambos não sabiam ler e escrever, passou a ser insignificante (tabela 42).

Por sua vez, comparando-se o número médio de gestações e o de nascidos vivos por mulher registrados para os casais do grupo "não-rural-rural" em que ambos os cônjuges sabiam ler e escrever, com aqueles casais do grupo "rural-rural" que se encontravam na mesma situação quanto à alfabetização, observou-se que as diferenças não eram significantes (T observado igual a 0,75 e 0,45 para 12 graus de liberdade, T crítico igual a 2,16).

Quanto ao grau de escolaridade, a tabela 43 demonstra, para o total da amostra, que os casais em que ambos

Tabela 40 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a alfabetização e a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	TOTAL
Sabem ler e escrever	A	2.59	6.00	2.70
	B	3.00	4.67	3.87
	T	2.70	4.77	3.21
Não sabem ler e escrever	A	2.67	6.00	4.00
	B	3.43	7.36	5.83
	T	3.20	7.15	5.43
TOTAL	A	2.59	6.00	2.89
	B	3.17	5.96	4.73
	T	2.80	5.96	3.88

A = "Não-Rural-Rural"

B = "Rural-Rural"

T = Total

Tabela 41A - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos, do grupo A, segundo a alfabetização do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	31.82	31.82	-	-	7.24	7.24	1	TIB
TEB	1	0.01	0.01	0.00	12.36*	24.60	24.60	1	BET
INT	1	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1	INT
ECL	3	31.84	10.61	5.33	5.33	10.61	31.84	3	ECL
RES	31	61.70	1.99	-	-	1.99	61.70	31	RES
TOT	34	93.54	2.75	-	-	2.75	93.54	34	TOT

Valor crítico para 1 e 31 graus de liberdade = 4.17 - 4.08

Tabela 41B - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos, do grupo B, segundo a alfabetização do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	78.59	78.59	-	-	38.94	38.94	1	TIB
TEB	1	29.92	29.92	3.63	8.44*	69.57	69.57	1	BET
INT	1	12.61	12.61	1.53	1.53	12.61	12.61	1	INT
ECL	3	121.12	40.38	4.90	4.90	40.38	121.12	3	ECL
RES	37	304.93	8.24	-	-	8.24	304.93	37	RES
TOT	40	426.05	10.65	-	-	10.65	426.05	40	TOT

Valor crítico para 1 e 37 graus de liberdade = 4.17 - 4.08

Tabela 41C - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos do total da amostra, segundo a alfabetização do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	247.29	247.29	-	-	155.88	155.88	1	TIB
TEB	1	26.22	26.22	8.82*	39.58*	117.63	117.63	1	BET
INT	1	12.74	12.74	4.29	4.29	12.74	12.74	1	INT
ECL	3	286.25	95.42	32.10	32.10	95.42	286.25	3	ECL
RES	72	214.00	2.97	-	-	2.97	214.00	72	RES
TOT	75	500.25	6.67	-	-	6.67	500.25	75	TOT

Valor crítico para 1 e 72 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

Tabela 42 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "rural-rural" e do total da amostra, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto a alfabetização, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

GRUPOS	TIPUS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO
"Rural-Rural"	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens sabem - mulheres não)	0.65
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres sabem)	0.03
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	4.23*
	(Homens sabem - mulheres não) com (Homens não - mulheres sabem)	0.27
	(Homens sabem - mulheres não) com (Homens não - mulheres não)	1.68
	(Homens não - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	2.07
	(Homens e/ou mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	4.41*
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens sabem - mulheres não)	4.71*
"TOTAL"	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres sabem)	0.22
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	21.79*
	(Homens sabem - mulheres não) com (Homens não - mulheres sabem)	1.96
	(Homens sabem - mulheres não) com (Homens não - mulheres não)	4.13*
	(Homens não - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	9.89*
	(Homens e/ou mulheres sabem) com (Homens não - mulheres não)	14.93*
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens sabem - mulheres não)	4.71*
	(Homens sabem - mulheres sabem) com (Homens não - mulheres sabem)	0.22

"Rural-Rural" = Valor crítico para 3 e 37 graus de liberdade = 2.87

Total = Valor crítico para 3 e 72 graus de liberdade = 2.76

Tabela 43 - Número médio de gestações por mulher, segundo o grau de escolaridade e a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Não fre- quentaram (NF)	Primário incomple- to (PI)	Primário completo (PC)	Secundá- rio incom- pleto ou completo (SIC)	TOTAL
Não fre- quentaram (NF)	A	-	-	3.00	-	3.00
	B	8.85	-	3.00	1.00	7.33
	T	8.85	-	3.00	1.00	6.90
Primário incompleto (PI)	A	10.00	5.25	2.66	-	4.87
	B	6.28	5.00	5.50	-	5.44
	T	6.75	5.13	4.28	-	5.35
Primário completo (PC)	A	-	4.00	2.00	4.66	3.06
	B	4.33	5.00	-	-	4.71
	T	4.33	4.50	2.00	4.66	3.72
Secundário incompleto ou comple- to (SIC)	A	-	3.50	1.75	2.00	2.45
	B	3.00	-	2.00	-	2.33
	T	3.00	3.50	1.83	2.00	2.42
TOTAL	A	10.00	4.25	2.12	3.33	3.28
	B	6.77	5.06	4.14	1.00	5.56
	T	6.94	4.60	2.73	3.00	4.51

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

os cônjuges não freqüentaram escola apresentavam um número médio de gestações superior em 6.85 àquele observado para os casais em que ambos tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto, e em 7.02 àquele registrado para os casais em que os homens tinham curso secundário incompleto ou completo e as mulheres curso primário completo. O padrão observado foi de que à medida em que o grau de escolaridade dos cônjuges aumentava, o número médio de gestações diminuía.

Para fins de análise estatística, as dezesseis combinações possíveis de casais, quanto ao grau de escolaridade dos cônjuges, foram agrupadas em apenas quatro. Essas quatro categorias passaram a ser as seguintes: a. casais em que os homens e as mulheres não freqüentaram escola ou tinham curso primário incompleto (Homens NF/PI - Mulheres NF/PI); b. casais em que os homens não freqüentaram escola ou tinham curso primário incompleto e as mulheres tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo (Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC); c. casais em que os homens tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo e as mulheres não freqüentaram escola ou tinham curso primário incompleto (Homens PC/SIC - Mulheres NF/PI); e, d. casais em que ambos os cônjuges tinham curso primário completo ou secundário incompleto ou completo (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC).

Para o total da amostra de casais, a análise estatística revelou que variações no grau de escolaridade dos homens ou das mulheres acarretavam variações significantes no número médio de gestações por mulher. O mesmo se verificou em relação ao grupo "não-rural-rural". Isso, no entanto, não se observou para o grupo "rural-rural" (tabelas 44A, B e C). Comparando-se os números médios obtidos para as quatro categorias quanto ao grau de escolaridade, a tabela 45 demonstra, para o grupo "não-rural-rural", que mantendo-se o grau de escolaridade dos homens constante e variando-se o das mulheres, as diferenças sòmente eram significantes quando os homens não freqüentaram escola ou tinham curso primário incompleto. Mantendo-se o grau de escolaridade das mulheres constante e va-

Tabela 44A - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do grupo A, segundo o grau de escolaridade do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	40.92	40.92	-	-	23.10	23.10	1	TIB
TEB	1	11.98	11.98	4.35*	10.82*	29.79	29.79	1	BET
INT	1	6.92	6.92	2.51	2.51	6.92	6.92	1	INT
ECL	3	59.82	19.94	7.24	7.24	19.94	59.82	3	ECL
RES	31	85.33	2.75	-	-	2.75	85.33	31	RES
TOT	34	145.14	4.27	-	-	4.27	145.14	34	TOT

Valor crítico para 1 e 31 graus de liberdade = 4.17 - 4.08

Tabela 44B - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do grupo B, segundo o grau de escolaridade do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	32.60	32.60	-	-	32.22	32.22	1	BIT
TEB	1	31.78	31.78	2.63	2.66	32.15	32.15	1	BET
INT	1	0.15	0.15	0.01	0.01	0.15	0.15	1	INT
ECL	3	64.52	21.51	1.78	1.78	21.51	64.52	3	ECL
RES	37	447.57	12.10	-	-	12.10	447.57	37	RES
TOT	40	512.10	12.80	-	-	12.80	512.10	40	TOT

Valor crítico para 1 e 37 graus de liberdade = 4.17 - 4.08

Tabela 44C - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações do total da amostra, segundo o grau de escolaridade do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	145.47	145.47	-	-	129.18	129.18	1	TIB
TEB	1	64.01	64.01	8.51*	10.67*	80.31	80.31	1	BET
INT	1	3.73	3.73	0.50	0.50	3.73	3.73	1	INT
ECL	3	213.22	71.07	9.45	9.45	71.07	213.22	3	ECL
RES	72	541.77	7.52	-	-	7.52	541.77	72	RES
TOT	75	754.99	10.07	-	-	10.07	754.99	75	TOT

Valor crítico para 1 e 72 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

Tabela 45 - Comparações dos canais do grupo "não-rural-rural", "rural-rural" e do total da amostra, segundo o número médio de gestações, quanto ao grau de escolaridade, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

GRUPOS	TIPOS DE COMPARAÇÕES					VALOR OBSERVADO
"Não-Rural-Rural"	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	3.20*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	2.24
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	6.88*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.32
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.05
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	1.24
"Rural-Rural"	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	5.23*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.62
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.65
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	1.02
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.00
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.22
"TOTAL"	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.28
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	1.84
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	2.30
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	2.26
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	8.42*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.05
"Total"	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	0.54
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	1.23
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	com (Homens NF/PI)	com (Homens NF/PI)	- Mulheres NF/PI	PC/SIC	6.94*

"Não-Rural-Rural" = Valor crítico para 3 e 31 graus de liberdade = 2.92
 "Rural-Rural" = Valor crítico para 3 e 37 graus de liberdade = 2.87
 Total = Valor crítico para 3 e 72 graus de liberdade = 2.76

riando-se o dos homens, as diferenças observadas não acusaram ser significantes. Por outro lado, ficou demonstrado que também era significativa a diferença no número médio de gestações para os casais em que ambos os cônjuges não frequentaram escola ou tinham curso primário incompleto e aquele registrado para as três outras categorias tomadas conjuntamente, em que um ou ambos tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo.

Para o total da amostra, somente acusaram ser significantes as diferenças entre o número médio de gestações registrado para o grupo em que ambos os cônjuges não frequentaram escola, ou tinham curso primário incompleto, e aquele em que ambos tinham curso primário completo, ou curso secundário incompleto ou completo; o mesmo se verificou entre o primeiro grupo e os outros três tomados em conjunto, isto é, quando um dos cônjuges ou ambos tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo. Para o grupo "rural-rural" nenhuma das diferenças revelou ser significativa (tabela 45).

Considerando-se, por sua vez, o número médio de nascidos vivos (tabela 46), a análise de variância revelou, da mesma forma que para o de gestações, que variações no grau de escolaridade dos homens ou das mulheres determinavam, para o total da amostra e para o grupo "não-rural-rural", diferenças significantes nesse número, o que não ocorreu para o grupo "rural-rural" (tabelas 47A, B e C). Para o total de casais da amostra, as comparações estatísticas revelaram que além daquelas diferenças que haviam acusado ser significantes em relação ao número médio de gestações, uma outra diferença se apresentava como tal. Assim, conforme se verificou também para os casais do grupo "não-rural-rural", ficou demonstrado que quando ambos os cônjuges não frequentaram escola ou tinham curso primário incompleto, o fato de o grau de escolaridade do homem passar a ser de curso primário completo ou de secundário incompleto ou completo, acarretava variações significantes do ponto de vista estatístico no número médio de nascidos vivos por mulher. Recorde-se que para o grupo "não-ru-

Tabela 46 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo o grau de escolaridade e origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Não fre- quentaram (NF)	Primário incompleto (PI)	Primário completo (PC)	Secundário incompleto ou completo (SIC)	TOTAL
Não frequentaram (NF)	A	-	-	3.00	-	3.00
	B	7.14	-	3.00	1.00	6.00
	T	7.14	-	3.00	1.00	5.70
Primário incompleto (PI)	A	8.00	4.75	2.33	-	4.25
	B	6.14	4.27	4.50	-	4.91
	T	6.38	4.40	3.57	-	4.73
Primário completo (PC)	A	-	3.00	2.00	3.33	2.53
	B	3.67	3.50	-	-	3.57
	T	3.67	3.25	2.00	3.33	2.86
Secundário incompleto ou completo (SIC)	A	-	3.25	1.75	2.00	2.36
	B	3.00	-	2.00	-	2.33
	T	3.00	3.25	1.83	2.00	2.36
TOTAL	A	8.00	3.67	2.06	2.67	2.89
	B	5.94	4.07	3.57	1.00	4.73
	T	6.05	3.81	2.52	2.43	3.88

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

Tabela 47A - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos do grupo A, segundo o grau de escolaridade do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	25.68	25.68	-	-	18.19	18.19	1	TIB
TEB	1	10.31	10.31	6.20*	0.70*	17.80	17.80	1	BET
INT	1	5.98	5.98	3.59	3.59	5.98	5.98	1	INT
ECL	3	41.97	13.99	8.41	8.41	13.99	41.97	3	ECL
RES	31	51.58	1.66	-	-	1.66	51.58	31	RES
TOT	34	93.54	2.75	-	-	2.75	93.54	34	TOT

Valor crítico para 1 e 31 graus de liberdade = 4.17 - 4.08

Tabela 47B - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos do grupo B, segundo o grau de escolaridade do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	21.82	21.82	-	-	31.03	31.03	1	TIB
TEB	1	30.67	30.67	3.04	2.13	21.46	21.46	1	BET
INT	1	0.23	0.23	0.02	0.02	0.23	0.23	1	INT
ECL	3	52.71	17.57	1.74	1.74	17.57	52.71	3	ECL
RES	37	373.33	10.09	-	-	10.09	373.33	37	RES
TOT	40	426.05	10.65	-	-	10.65	426.05	40	TOT

Valor crítico para 1 e 37 graus de liberdade = 4.17 - 4.08

Tabela 47C - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos do total da amostra, segundo o grau de escolaridade do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	94.61	94.61	-	-	100.96	100.96	1	TIB
TEB	1	54.47	54.47	9.14*	8.07*	48.12	48.12	1	BET
INT	1	5.90	5.90	0.99	0.99	5.90	5.90	1	INT
ECL	3	154.98	51.66	8.67	8.67	51.66	154.98	3	ECL
RES	72	428.95	5.96	-	-	5.96	428.95	72	RES
TOT	75	583.93	7.79	-	-	7.79	583.93	75	TOT

Valor crítico para 1 e 72 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

ral-rural", no que concerne ao número médio de gestações, isso ocorreu tão somente em relação às mulheres. Para o grupo "rural-rural" a situação permaneceu inalterada, isto é, nenhuma das diferenças acusou ser significativa (tabela 48).

Por sua vez, não acusaram ser significantes as diferenças entre o número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher, registradas entre os casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", com grau de escolaridade similar, conforme demonstram as tabelas 49 e 50.

Dessa forma, mesmo considerando que as diferenças observadas para o grupo "rural-rural" não tenham acusado ser significantes, ficou confirmada a correlação inversa entre fecundidade e grau de escolaridade, também demonstrada nos estudos do distrito de São Paulo (Berquó e Camargo, 1970:6-8) e da cidade do Rio de Janeiro (Miró e Mertens, 1968:105).

No que se refere à ocupação do marido por ocasião da entrevista, a tabela 51 demonstra, para o total da amostra, que os casais em que os homens tinham ocupação manual não-qualificada apresentavam um número médio de gestações por mulher maior em 2.92, em relação àqueles em que os homens tinham ocupação manual qualificada. Por sua vez, o número médio de gestações por mulher para os casais em que os homens tinham ocupação manual era maior em 1.28, em relação àqueles com ocupação não manual.

Para o grupo "não-rural-rural" o mesmo padrão foi observado, desde que o número registrado de 3.00 gestações por mulher, para os casais onde os homens tinham ocupação manual não-qualificada, baseou-se somente em uma observação, não podendo ser considerado. Assim, o número médio de gestações por mulher registrado para os casais em que os homens tinham ocupação manual semiqualficada foi de 3.56, enquanto que para aqueles onde os homens tinham ocupação não manual foi de 1.80. Para o grupo "rural-rural", entretanto, o padrão não se evidenciou - apenas os casais onde os homens tinham ocupação manual não-qualificada diferenciaram-se dos demais, apresentando um número médio de gestações por mulher

Tabela 48 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural", "rural-rural" e do total da amostra, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto ao grau de escolaridade, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

GRUPOS	TIPOS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO
"Não-Rural-Rural"	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC)	3.74*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres NF/PI)	3.18*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	8.18*
	(Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC) com (Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	0.21
	(Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	0.07
	(Homens PC/SIC - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	1.02
"Rural-Rural"	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens e/ou Mulheres PC/SIC)	6.48*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC)	0.60
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres NF/PI)	0.88
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	0.79
	(Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC) com (Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	0.00
	(Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	0.14
TOTAL	(Homens PC/SIC - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	0.12
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens e/ou Mulheres PC/SIC)	1.73
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC)	2.36
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres NF/PI)	2.98*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	7.85*
	(Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC) com (Homens NF/PI - Mulheres NF/PI)	0.00
"Não-Rural-Rural"	(Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	0.41
	(Homens PC/SIC - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	0.67
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens e/ou Mulheres PC/SIC)	7.29*
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens NF/PI - Mulheres PC/SIC)	
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres NF/PI)	
	(Homens NF/PI - Mulheres NF/PI) com (Homens PC/SIC - Mulheres PC/SIC)	
Total	Valor crítico para 3 e 31 graus de liberdade = 2.92	
	Valor crítico para 3 e 37 graus de liberdade = 2.87	
	Valor crítico para 3 e 72 graus de liberdade = 2.76	

Tabela 49 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de gestações por mulher, quanto à origem e o grau de escolaridade do casal, pelo método de teste da hipótese que as médias de duas distribuições normais são iguais quando ambos os desvios padrão são desconhecidos e não são supostos iguais.

TIPOS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO	VALOR CRÍTICO	G.L.
(HNFPI-MNFPI "A")com(HNFPI-MNFPI "B")	0.28	2.13	15
(HNFPI-MPCSIC"A")com(HNFPI-MPCSIC"B")	0.96	2.31	8
(HPCSIC-MNFPI"A")com(HPCSIC-MNFPI"B")	0.55	2.23	10

Tabela 50 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem e o grau de escolaridade do casal, pelo método de teste da hipótese que as médias de duas distribuições normais são iguais quando ambos os desvios padrão são desconhecidos e não são supostos iguais.

TIPOS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO	VALOR CRÍTICO	G.L.
(HNFPI-MNFPI "A")com(HNFPI-MNFPI "B")	0.23	2.09	19
(HNFPI-MPCSIC"A")com(HNFPI-MPCSIC"B")	0.81	2.31	8
(HPCSIC-MNFPI"A")com(HPCSIC-MNFPI"B")	0.31	2.26	9

Tabela 51 - Número médio de gestações por mulher, segundo a ocupação do marido por ocasião da entrevista e a origem do casal.

OCUPAÇÃO DO MARIDO POR OCASIÃO DA ENTREVISTA	Grupo A	Grupo B	TOTAL
Manual não-qualificada (MNQ)	3.00	7.16	6.84
Manual semiqualficada (MSQ)	3.56	4.86	4.37
Manual qualificada (MQ)	3.92	5.00	3.92
Não manual (NM)	1.80	5.00	3.40
TOTAL	3.28	5.56	4.51

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 52 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações, segundo a ocupação atual do marido e a origem do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	97.75	97.75	-	-	30.27	90.82	3	TIB
TED	3	44.01	14.67	1.66	5.77*	50.94	50.94	1	BET
INT	3	13.02	4.34	0.49	0.49	4.34	13.02	3	INT
RCL	7	154.78	22.11	2.31	2.31	22.11	154.78	7	RCL
RES	68	600.21	8.83	-	-	8.83	600.21	68	RES
TOT	75	754.99	10.07	-	-	10.07	754.99	75	TOT

Valor crítico para 3 e 68 graus de liberdade = 2.76 - 2.68

Valor crítico para 1 e 68 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

maior em 2.30 no que se refere ao grupo seguinte, e em 2.16 gestações para os dois outros restantes.

No que concerne ao número médio de nascidos vivos por mulher segundo a ocupação do marido por ocasião da entrevista, observa-se que apenas para o total da amostra ficou evidenciada a existência de uma relação negativa, com uma variação de 2.36 nascidos vivos por mulher, entre os casais onde os homens tinham ocupação manual qualificada e aqueles com ocupação não manual. Comparando-se os casais onde os homens tinham ocupação manual com aqueles de ocupação não manual, a diferença foi de 0.55 nascidos vivos por mulher (tabela 55).

A análise estatística das tabelas em referência acusou, para o total da amostra, que variações no status ocupacional do marido não eram acompanhadas de diferenças significantes no número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher (tabelas 52 e 56). Por outro lado, nenhuma das diferenças registradas entre as várias categorias de casais segundo essa característica, dentro de um mesmo grupo segundo a origem, ou para categorias ocupacionais idênticas entre os dois grupos, revelon ser significante (tabelas 53, 54, 57 e 58).

Assim sendo, êsses resultados não confirmam a conclusão chegada no estudo do distrito de São Paulo, de que "a ocupação do marido revelou-se uma importante variável que influencia o comportamento reprodutivo das mulheres estudadas" (Berquó e Camargo, 1970:46). Para a cidade do Rio de Janeiro, a diferença no número médio de nascidos vivos por mulher entre os casais onde os homens tinham ocupação não manual e aqueles com ocupação manual, foi de 0.91 nascidos vivos por mulher.

Quanto à renda "per capita" mensal da família, as tabelas 59 e 63 demonstram que a relação inversa entre essa variável e o número médio de gestações e de nascidos vivos não se manifesta de forma perfeita, seja para o total da amostra, seja para os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural". No entanto, quando se considerou os casais segundo as idades das mulheres por ocasião da entrevista, observou-se que a relação

Tabela 53 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", segundo o número médio de gestações, quanto à ocupação do marido por ocasião da entrevista, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

GRUPOS	TIPOS DE COMPARAÇÕES			VALOR OBSERVADO
"Não-Ru- ral-Ru- ral"(A)	MSQ	com	MQ	0.00
	MSQ	com	NM	0.21
	MQ	com	NM	0.13
"Rural- Rural" (B)	MNQ	com	MSQ	0.66
	MNQ	com	MQ	0.13
	MNQ	com	NM	0.27
	MSQ	com	MQ	0.00
	MSQ	com	NM	0.00
	MQ	com	NM	0.00

Valor crítico para 7 e 68 graus de liberdade = 2.17 - 2.09

Tabela 54 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de gestações, quanto à origem e ocupação do marido por ocasião da entrevista, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

TIPOS DE COMPARAÇÕES			VALOR OBSERVADO
(MNQ-MSQ "A")	com	(MNQ-MSQ "B")	0.41
(MSQ "A")	com	(MSQ "B")	0.31
(MQ "A")	com	(MQ "B")	0.05
(NM "A")	com	(NM "B")	0.41

Valor crítico para 7 e 68 graus de liberdade = 2.17 - 2.09

Tabela 55 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a ocupação do marido por ocasião da entrevista e a origem do casal.

OCUPAÇÃO DO MARIDO POR OCASIÃO DA ENTREVISTA	Grupo A	Grupo B	TOTAL
Manual não-qualificada (MNQ)	3.00	6.08	5.86
Manual semiqualficada (MSQ)	3.00	4.00	3.49
Manual qualificada (MQ)	3.34	4.00	3.50
Não manual (NM)	3.80	5.00	3.40
TOTAL,	2.89	4.73	3.88

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 56 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos, segundo a ocupação do marido por ocasião da entrevista e a origem do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	64.34	64.34	-	-	20.20	60.60	3	TIB
TED	3	29.23	9.74	1.30	4.00*	32.98	32.98	1	BET
INT	3	13.31	4.44	0.63	0.53	4.44	13.31	3	INT
ECL	7	106.88	15.27	2.18	2.18	15.27	106.88	7	ECL
RES	68	477.05	7.02	-	-	7.02	477.05	68	RES
TOT	75	583.93	7.79	-	-	7.79	583.93	75	TOT

Valor crítico para 3 e 68 graus de liberdade = 2.76 - 2.68

Valor crítico para 1 e 68 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

Tabela 57 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à ocupação do marido por ocasião da entrevista, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

GRUPOS	TIPOS DE COMPARAÇÕES			VALOR OBSERVADO
"Não-Ru- ral-Ru- ral"(A)	MSQ	com	NQ	0.01
	MSQ	com	NM	0.12
	NQ	com	NM	0.13
"Rural- Rural" (B)	MNQ	com	MSQ	0.68
	MNQ	com	NQ	0.15
	MNQ	com	NM	0.08
	MSQ	com	NQ	0.00
	MSQ	com	NM	0.08
	NQ	com	NM	0.03

Valor crítico para 7 e 68 graus de liberdade = 2.17 - 2.09

Tabela 58 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem e ocupação do marido por ocasião da entrevista, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

TIPOS DE COMPARAÇÕES			VALOR OBSERVADO
(MNQ-MSQ "A")	com	(MSQ-MSQ "B")	0.29
(NQ "A")	com	(NQ "B")	0.01
(NM "A")	com	(NM "B")	0.52
(MSQ "A")	com	(MSQ "B")	0.23

Valor crítico para 7 e 68 graus de liberdade = 2.17 - 2.09

Tabela 59 - Número médio de gestações por mulher, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal.

RENDA "PER-CAPI- TA" MENSAL DA FA- MÍLIA (Cr\$)	Grupo A	Grupo B	TOTAL
Até 40	4.45	5.67	5.22
de 41 a 70	5.00	5.00	4.38
de 71 a 110	3.55	6.30	4.86
111 ou mais	2.33	7.00	2.80
TOTAL	3.28	5.66	4.51

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 60 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de gestações, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	97.75	97.75	-	-	13.84	41.51	3	TIB
TEB	3	20.64	6.88	0.73	8.36*	76.88	76.88	1	BET
INT	3	11.39	3.80	0.41	0.41	3.80	11.39	3	INT
ECL	7	129.78	18.54	2.02	2.02	18.54	129.78	7	ECL
RES	68	625.21	9.19	-	-	9.19	625.21	68	RES
TOT	75	754.99	10.07	-	-	10.07	754.99	75	TOT

Valor crítico para 3 e 68 graus de liberdade = 2.76 - 2.68

Valor crítico para 1 e 68 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

Tabela 61 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", segundo o número médio de gestações, quanto à renda "per capita" mensal da família, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

GRUPOS	TIPOS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO
"Não-Rural-Rural"(A)	(Até 40) com (41 a 70)	0.12
	(Até 40) com (71 a 110)	0.05
	(Até 40) com (111 ou mais)	0.27
	(41 a 70) com (71 a 110)	0.02
	(41 a 70) com (111 ou mais)	0.03
	(71 a 110) com (111 ou mais)	0.11
	(Até 40-41 a 70) com (71 a 110-111 ou mais)	0.08
"Rural-Rural"(B)	(Até 40) com (41 a 70)	0.05
	(Até 40) com (71 a 110)	0.03
	(Até 40) com (111 ou mais)	0.03
	(41 a 70) com (71 a 110)	0.17
	(41 a 70) com (111 ou mais)	0.06
	(71 a 110) com (111 ou mais)	0.01
	(Até 40-41 a 70) com (71 a 110-111 ou mais)	0.09

Valor crítico para 7 e 68 graus de liberdade = 2.17 - 2.09

Tabela 62 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de gestações, quanto à origem e renda "per capita" mensal da família, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

TIPOS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO
(Até 40 "A") com (Até 40 "B")	0.11
(41 a 70 "A") com (41 a 70 "B")	0.34
(71 a 110 "A") com (71 a 110 "B")	0.62
(111 ou mais "A") com (111 ou mais "B")	0.30
(Até 40-41 a 70 "A") com (Até 40-41 a 70 "B")	0.40
(71 a 110-111 ou mais "A") com (71 a 110-111 ou mais "B")	0.66

Valor crítico para 7 e 68 graus de liberdade = 2.17 - 2.09

inversa se manifestava para aquelas onde as mulheres tinham idade entre 15 e 34 anos. Para as casais onde as mulheres apresentavam idades entre 35 e 49 anos, isso não ocorreu, refletindo a participação dos filhos em idade economicamente ativa na renda familiar, o que ocasionava uma elevação da renda "per capita" mensal das famílias com maior número de filhos.

Para o grupo "não-rural-rural", entretanto, o número médio de gestações e o de nascidos vivos por mulher, para os casais com renda "per capita" mensal entre Cr\$ 71,00 a Cr\$ 110,00, era menor do que aquele registrado para os casais com renda "per capita" mensal inferior a Cr\$ 40,00. Para o grupo "rural-rural", o número médio mais elevado de gestações e de nascidos vivos por mulher foi o registrado para os casais com renda "per capita" mensal de Cr\$ 71,00 a Cr\$ 110,00.

A análise estatística desses resultados, por sua vez, acusou que variações na renda "per capita" mensal da família não eram acompanhadas por alterações significantes no número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher (tabelas 60 e 64). Da mesma forma, não se revelaram significantes as diferenças entre esses números para casais de diferentes classes de renda, dentro de um mesmo grupo, ou para casais em uma mesma classe de renda, em grupos diferentes quanto à origem (tabelas 61, 62, 65 e 66).

Esses resultados estão em desacordo com aqueles a que se chegou para o distrito de São Paulo, quando se concluiu que "há uma clara correlação entre nível de gastos e tamanho da família" (Berquó e Camargo, 1970:36).

Tabela 63 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal.

RENDIA "PER-CAPITA" MENSAL DA FAMÍLIA (Cr\$)	Grupo A	Grupo B	TOTAL
Até 40	3.86	4.92	4.53
de 41 a 70	2.50	4.00	3.54
de 71 a 110	3.00	5.70	4.29
111 ou mais	2.33	6.00	2.70
TOTAL	2.89	4.73	3.88

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 64 - Análise de variância, a dois critérios de classificação, com números diferentes de observações por casela, do número de nascidos vivos, segundo a renda "per capita" mensal da família e a origem do casal.

FONTE	G.L.	S.Q.	Q.M.	F.	F.	Q.M.	S.Q.	G.L.	FONTE
BIT	1	64.34	64.34	-	-	9.45	28.35	3	TIB
TRB	3	21.55	7.18	1.00	8.02	57.54	57.54	1	BET
INT	3	10.17	3.39	0.47	0.47	3.39	10.17	3	INT
ECL	7	96.06	13.72	1.91	1.91	13.72	96.06	7	ECL
RES	68	487.87	7.17	-	-	7.17	487.87	68	RES
TOT	75	583.93	7.79	-	-	7.79	583.93	75	TOT

Valor crítico para 3 e 68 graus de liberdade = 2.76 - 3.68

Valor crítico para 1 e 68 graus de liberdade = 4.00 - 3.92

Tabela 65 - Comparações estatísticas dos casais do grupo "não-rural-rural" e "rural-rural", segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à renda "per capita" mensal da família, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

GRUPOS	TIPOS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO
"Não-Rural-Rural" (A)	(Até 40) com (41 a 70)	0.14
	(Até 40) com (71 a 110)	0.06
	(Até 40) com (111 ou mais)	0.18
	(41 a 70) com (71 a 110)	0.02
	(41 a 70) com (111 ou mais)	0.00
	(71 a 110) com (111 ou mais)	0.04
	(Até 40-41 a 70) com (71 a 110-111 ou mais)	0.04
"Rural-Rural" (B)	(Até 40) com (41 a 70)	0.12
	(Até 40) com (71 a 110)	0.07
	(Até 40) com (111 ou mais)	0.02
	(41 a 70) com (71 a 110)	0.37
	(41 a 70) com (111 ou mais)	0.07
	(71 a 110) com (111 ou mais)	0.00
	(Até 40-41 a 70) com (71 a 110-111 ou mais)	0.12

Valor crítico para 7 e 68 graus de liberdade = 2.17 - 2.09

Tabela 66 - Comparações estatísticas dos casais, segundo o número médio de nascidos vivos, quanto à origem e renda "per capita" mensal da família, pelo método das comparações múltiplas de Scheffé.

TIPOS DE COMPARAÇÕES	VALOR OBSERVADO
(Até 40 "A") com (Até 40 "B")	0.10
(41 a 70 "A") com (41 a 70 "B")	0.25
(71 a 110 "A") com (71 a 110 "B")	0.76
(111 ou mais "A") com (111 ou mais "B")	0.24
(Até 40-41 a 70 "A") com (Até 40-41 a 70 "B")	0.32
(71 a 110-111 ou mais "A") com (71 a 110-111 ou mais "B")	0.62

Valor crítico para 7 e 68 graus de liberdade = 2.17 - 2.09

CAPÍTULO V

AS VARIÁVEIS INTERMEDIÁRIAS E A FECUNDIDADE

Concluída a apresentação dos resultados referentes às relações entre a origem do casal - variável independente -, a alfabetização e o grau de escolaridade dos cônjuges, a ocupação do marido por ocasião da entrevista e a renda "per capita" mensal da família - variáveis intervenientes -, e a fecundidade - variável dependente -, serão analisadas a seguir as relações entre a origem, novamente tomada como variável independente, e as variáveis intermediárias enunciadas por Davis e Blake (1956), inicialmente consideradas como variáveis dependentes e, em um segundo momento, como variáveis independentes em relação à fecundidade, tomada sempre como a variável dependente.

Dessa forma, procurar-se-á estabelecer como os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural" se comportavam em relação a algumas das variáveis intermediárias e os efeitos desse comportamento quanto ao nível de fecundidade apresentado para cada um dos grupos.

A primeira variável intermediária a ser considerada, a idade de entrada em uniões sexuais pertence ao grupo de variáveis classificadas por Davis e Blake como "variáveis de intercuro", isto é, aquelas que afetam a exposição ao intercuro, mais precisamente, uma daquelas que governam a formação e a dissolução de uniões no período reprodutivo.

Observando-se a tabela 67, constata-se que a idade média das mulheres do grupo "não-rural-rural" por ocasião do primeiro casamento (19.7 anos) era bem semelhante àquela registrada para as mulheres do grupo "rural-rural" (19.3 anos). Quando se analisa o comportamento desses grupos em cada uma das coortes de 20 a 44 anos de idade por ocasião da entrevista, verifica-se que apenas para a coorte com idade entre 30 e 34 anos, foram as mulheres "rurais-rurais" as que apresentaram, à época do primeiro casamento, uma idade média superior àquela registrada para as mulheres "não-rurais-ru-

Tabela 67 - Idade média das mulheres por ocasião do casamento, segundo a idade das mães por ocasião da entrevista e a origem do casal.

IDADE POR OCASIÃO DA ENTREVISTA	IDADE MÉDIA AO SE CASAR		
	"A"	"B"	TOTAL
15 - 19	15.5	-	15.5
20 - 24	18.0	16.0	17.1
25 - 29	19.0	18.4	18.8
30 - 34	20.6	21.2	20.8
35 - 39	23.0	20.5	21.4
40 - 44	18.1	17.5	17.8
45 - 49	-	20.0	20.0
TOTAL	19.7	19.3	19.5

A = "Não-Pural-Rural" - B = "Rural-Rural"

rais". Para esse último grupo, foi nas coortes de idade entre 35 e 39 anos e 20 e 24 anos que se registraram as maiores diferenças em relação ao grupo "rural-rural" (respectivamente, 2.5 e 2.0 anos). Em todas as outras coortes, a maior variação registrada entre os dois grupos foi de 0.6 anos.

Confrontando-se, por sua vez, a percentagem de mulheres que se casaram pela primeira vez com idades compreendidas em determinados grupos etários, observa-se que 57.14% das mulheres do grupo "não-rural-rural" e 63.41% das do grupo "rural-rural" se casaram com idade entre 15 e 19 anos. Com idade entre 20 e 24 anos, casaram-se 31.43% das mulheres do primeiro grupo e 26.83% das do segundo. Com idade superior a 25 anos, por ocasião do primeiro casamento, encontravam-se 11.43% das mulheres do grupo "não-rural-rural" e 9.76% daquelas do grupo "rural-rural".

As percentagens verificadas para o total da amostra eram, entretanto, bem superiores àquelas constatadas para o distrito de São Paulo. Assim, enquanto 60.53% das mulheres da amostra haviam se casado com idade inferior a 19 anos, isto ocorreu apenas para 35.7% das mulheres daquele distrito. Por outro lado, se 44.1% das mulheres do distrito de São Paulo casaram-se com idade entre 20 e 24 anos, somente 28.93% das mulheres da amostra haviam procedido dessa forma. A idade média das mulheres por ocasião do primeiro casamento foi de 22.0 anos para o distrito de São Paulo (Berquó e Camargo, 1970:VII) e de 20.1 anos para a cidade do Rio de Janeiro (Berquó e Bertone, 1969:103).

Considerando-se os efeitos da idade de entrada em uniões e o nível de fecundidade, as tabelas 68 e 69 apresentam, respectivamente, o número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião do primeiro casamento, a idade por ocasião da entrevista e a origem do casal. Iniciando-se pelas mulheres que se casaram pela primeira vez entre 15 e 19 anos de idade, verifica-se para todas as coortes que permitiam comparação entre os dois grupos de casais que, com exceção da coorte II, todas as mulheres apresentavam número médio de gestações por mulher maior

para os casais "rurais-rurais". Dentre elas, destacavam-se as coortes III e VI por apresentarem as maiores diferenças entre os casais "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais", ou seja, respectivamente, 2.88 e 2.25 gestações por mulher.

Para o total de casais cujas mulheres contraíram seu primeiro matrimônio com idade entre 15 e 19 anos, os do grupo "não-rural-rural" apresentaram um número médio de gestações menor em 3.00 gestações por mulher, em relação àquelas do grupo "rural-rural".

Para os casais onde as mulheres haviam se casado entre 20 e 24 anos de idade, os casais "não-rurais-rurais" das coortes II e III apresentavam, respectivamente, número médio de gestações por mulher superior em 3.00 e 1.33, em relação aos casais "rurais-rurais". Para as coortes IV e V, foram os casais "rurais-rurais" os que apresentaram número médio de gestações por mulher maior do que aquele registrado para os casais "não-rurais-rurais". Para o total de casais onde as mulheres haviam se casado nessa faixa etária, aqueles do grupo "não-rural-rural" apresentavam número médio de gestações por mulher inferior em 0.64 em relação aos do grupo "rural-rural". Quanto aos casais constituídos por mulheres que apresentavam idade por ocasião do primeiro casamento entre 25 e 29 anos, verifica-se que a diferença entre os "não-rurais-rurais" e os "rurais-rurais" era de 3.33 gestações por mulher.

Considerando-se apenas os casais onde as mulheres tinham idade entre 15 e 24 anos por ocasião do casamento, que representavam 89.48% dos casais da amostra, observa-se que o número médio de gestações para todas as coortes era maior para aqueles cujas mulheres se casaram com idade entre 15 e 19 anos. Para os casais "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais" verificou-se o mesmo tipo de ocorrência, exceção feita para os casais do primeiro grupo compreendidos pelas coortes III e VI.

Em relação ao número médio de nascidos vivos por mulher, manifestaram-se as mesmas ocorrências registradas em relação ao número médio de gestações. Entretanto, em decorrência de uma maior mortalidade fetal para os casais "não-ru-

rais-rurais" da coorte II, onde as mulheres apresentavam idade por ocasião do casamento entre 15 e 19 anos, as "não-rurais-rurais" registraram, para todas as coortes, número médio de nascidos vivos menor que aqueles do grupo "rural-rural". Os casais da coorte IV do grupo "não-rural-rural", cujas mulheres se casaram com idade entre 20 e 24 anos, passaram, por sua vez, a apresentar número médio de nascidos vivos superior ao registrado para os do grupo "rural-rural", também como resultado de um maior número de mortes fetais por mulher para esse último grupo. Finalmente, deve ser destacado o fato de que os casais do grupo "rural-rural", onde as mulheres se casaram pela primeira vez com idade entre 25 e 29 anos, apresentaram um número médio de 3,00 mortes fetais por mulher.

Como um outro tipo de procedimento para verificar os efeitos da idade de entrada das mulheres em uniões sobre o comportamento reprodutivo, as tabelas 70 e 71 apresentam o número médio cumulativo de gestações e de nascidos vivos por mulher, segundo o período de tempo decorrido após o casamento.

Iniciando por aqueles casais onde as mulheres apresentavam ao se casar idade entre 15 e 19 anos, observa-se que os do grupo "rural-rural" registravam nos quatro primeiros anos de casamento, um número médio superior em 0,43 gestações e em 0,41 nascidos vivos, em relação aos casais "não-rurais-rurais". Para o período compreendido entre 5 a 9 anos de pois do casamento, essas diferenças passavam a ser de 1,24 gestações e 1,22 nascidos vivos por mulher. Nos cinco anos seguintes de duração do casamento, essas diferenças se acentuavam ainda mais, passando a ser de 2,31 gestações e 2,11 nascidos vivos por mulher. Para o período de 10 a 19 anos após a união ter se iniciado, os casais "rurais-rurais" apresentavam um número médio maior em 2,89 gestações e 2,66 nascidos vivos por mulher.

Para os casais onde as mulheres se casaram pela primeira vez com idade entre 20 e 24 anos, as diferenças a notadas entre os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural", no número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher, segundo o período de tempo decorrido após o casamento, são bem

Tabela 20 - Número médio cumulativo de gestações por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião do casamento, o período de tempo decorrido após o casamento e a origem do canal.

IDADE AO SE CASAR	O T E M P O DE C A S A M E N T O	Nº DE MULHE- RES	PERÍODO DE TEMPO DECORRIDO APÓS O CASAMENTO (EM ANOS)							TOTAL
			0-4	5-9	10-15	15-19	20-24	25-29	30-34	
15-19	A	20	2.15	2.95	3.15	3.25	3.25	3.25	3.25	3.35
	B	26	3.58	4.19	5.46	6.11	6.19	6.35	6.35	6.35
	T	46	2.79	3.65	4.45	4.86	4.90	4.99	5.04	5.04
20-24	A	11	2.09	3.09	3.54	3.54	3.54	-	-	3.54
	B	11	2.36	3.45	3.90	4.18	4.18	4.18	-	4.18
	T	22	2.23	3.27	3.72	3.86	3.86	3.86	-	3.86
25-29	A	3	1.67	2.00	2.00	2.00	-	-	-	2.00
	B	3	3.33	4.33	5.00	5.33	5.33	-	-	5.33
	T	6	2.50	3.17	3.50	3.67	3.67	-	-	3.67
30-34	A	1	2.00	3.00	-	-	-	-	-	3.00
	B	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	2.00	3.00	-	-	-	-	-	3.00
35-39	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	B	1	1.00	-	-	-	-	-	-	1.00
	T	1	1.00	-	-	-	-	-	-	1.00
TOTAL	A	35	2.08	2.91	3.17	3.22	3.22	3.22	3.28	3.28
	B	41	2.54	3.93	4.90	5.41	5.46	5.56	5.56	5.56
	T	76	2.33	3.46	4.10	4.40	4.43	4.48	4.51	4.51

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

Tabela 71 - Número médio cumulativo de nascidos vivos por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião do casamento, o período de tempo decorrido após o casamento e a origem do casal.

IDADE AO SE CASAR	O T R E T	Nº DE MULHERES	PERÍODO DE TEMPO DECORRIDO APÓS O CASAMENTO (EM ANOS)						TOTAL
			0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34
15-19	A	20	1.95	2.65	2.80	2.90	2.90	2.90	2.90
	B	26	2.37	3.87	4.91	5.56	5.63	5.63	5.63
	T	46	2.20	3.35	4.00	4.41	4.46	4.46	4.46
20-24	A	11	2.00	2.82	3.09	3.09	3.09	-	3.09
	B	11	2.95	2.91	3.27	3.36	3.36	3.36	3.36
	T	22	2.04	2.86	3.18	3.23	3.23	3.23	3.23
25-29	A	3	1.67	2.00	2.00	2.00	-	-	2.00
	B	3	2.00	2.33	2.66	3.00	3.00	-	3.00
	T	6	1.83	2.16	2.33	2.50	2.50	-	2.50
30-34	A	1	2.00	3.00	-	-	-	-	3.00
	B	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	2.00	3.00	-	-	-	-	3.00
35-39	A	-	-	-	-	-	-	-	-
	B	1	1.00	-	-	-	-	-	1.00
	T	1	1.00	-	-	-	-	-	1.00
TOTAL	A	33	1.94	2.63	2.82	2.89	2.89	2.89	2.89
	B	41	2.24	3.66	4.22	4.68	4.73	4.73	4.73
	T	76	2.10	3.07	3.57	3.85	3.88	3.88	3.88

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

menores do que aquelas observadas anteriormente. Assim, os casais do grupo "rural-rural", nos primeiros quatro anos após o casamento, apresentavam número médio maior em 0.25 gestações e em 0.09 nascidos vivos por mulher, em relação ao grupo "rural-rural". Para o período de tempo seguinte, isto é, 5 a 9 anos depois do casamento, a diferença entre o número médio de nascidos vivos por mulher permaneceu a mesma, com aquela referente ao número médio de gestações passando a ser de 0.36 gestações por mulher. A diferença para o período de 15 a 19 anos de duração da união, foi de 0.64 gestações e 0.27 nascidos vivos por mulher.

Para os casais cujas mulheres se casaram entre 25 e 29 anos de idade, ainda que os resultados tenham se baseado em um número muito pequeno de observações, constatou-se que nos primeiros quatro anos após o casamento, o grupo "rural-rural" apresentava número médio superior em 1.63 gestações e 0.33 nascidos vivos por mulher, em relação ao grupo "não-rural-rural". Para o período seguinte, esses números foram de 2.33 gestações e 0.33 nascidos vivos por mulher, passando a 3.00 gestações e 0.66 nascidos vivos por mulher, entre 10 e 14 anos depois do casamento. A diferença para o período de 15 a 19 anos após o casamento, foi de 3.33 gestações e 1.00 nascidos vivos por mulher.

Observa-se, dessa forma, que apesar das mulheres dos dois grupos apresentarem uma idade média bastante similar por ocasião do primeiro casamento, a ocorrência de um comportamento reprodutivo diferencial entre os casais dos grupos "não-rural-rural" e "rural-rural", resultou em um maior número médio de gestações e de nascidos vivos para os segundos.

As variáveis intermediárias a serem consideradas a seguir, incluem-se entre aquelas denominadas de "variáveis de concepção", isto é, aquelas que afetam a exposição à concepção. Essas variáveis referem-se à fertilidade ou infertilidade enquanto afetadas por causas involuntárias ou voluntárias e ao uso ou não de contracepção. Entretanto, ainda que as variáveis de Davis e Blake referiram-se à fertilidade e in

fertilidade dos dois sexos, será considerada, no presente estudo, apenas a questão da fertilidade feminina.

A tabela 72 apresenta a distribuição das mulheres segundo a fertilidade, a idade por ocasião da entrevista e a origem do casal. Entre as mulheres de 15 a 34 anos de idade, observa-se que a percentagem de estéréis era bastante reduzida, quer para o total da amostra, quer para os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural". No que se refere às mulheres de 35 a 49 anos de idade, verifica-se que 23.08% daquelas do grupo "rural-rural" eram estéréis, enquanto que as possivelmente estéréis constituíam-se em percentagem idêntica. Do total da amostra, 10.33% das mulheres eram estéréis e 7.89% eram possivelmente estéréis. Para o grupo "não-rural-rural", apenas 2.86% das mulheres eram estéréis, enquanto para o grupo "rural-rural", 17.07% eram estéréis e 14.63% possivelmente estéréis.

Do total de mulheres estéréis, que em números absolutos eram oito, apenas uma, do grupo "rural-rural", com 43 anos de idade por ocasião da entrevista, era estéril por deliberação própria, desde que, ao ser submetida a uma apendicetomia, solicitou que procedessem à laqueadura das trompas de Falópio. Para as demais, a esterilidade havia ocorrido por causas involuntárias, isto é, decorria de intervenções cirúrgicas realizadas com o objetivo de corrigir um problema de saúde. A idade média das mulheres por ocasião em que se tornaram estéréis era de 32.5 anos e, por ocasião da entrevista, de 40.0 anos.

Das mulheres possivelmente estéréis, em número de seis, apenas uma devia sua possível esterilidade a uma ação voluntária, ao se submeter a oito aplicações de iodo no útero. As demais, com uma idade média por ocasião da entrevista de 44.4 anos, atribuíram ao fator idade a não ocorrência de novas gestações, mesmo mantendo vida sexual ativa, sem a utilização de métodos anticoncepcionais.

Quanto ao número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher, segundo a fertilidade das mulheres por

Tabela 72 - Distribuição percentual das mulheres, segundo a fertilidade, a idade por ocasião da entrevista e a origem do casal.

IDADE OCASIÃO ENTREV. E ORIGEM	35 a 49			15 a 34			TOTAL		
	A	B	T	A	B	T	A	B	T
FÉRTILIDADE									
Fértiles	100.00	53.85	67.57	95.83	93.33	94.87	97.14	68.29	81.58
Possivelmente estéreis	-	23.08	16.22	-	-	-	-	14.63	7.89
Estéreis	-	23.08	16.22	4.17	6.67	5.13	2.86	17.07	10.53
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

ocasião da entrevista, observa-se, para o total da amostra, que as estéréis eram as que apresentavam o menor número médio de gestações (4.13) e de nascidos vivos (3.50) por mulher. Por outro lado, eram as possivelmente estéréis as que apresentavam o maior número médio de gestações (9.67) e de nascidos vivos (8.00) por mulher. Esses números para as mulheres não estéréis, por ocasião da entrevista, eram, respectivamente, de 4.06 gestações e 3.53 nascidos vivos por mulher (tabelas 73 e 74).

Considerando-se a idade das mulheres por ocasião da entrevista, especificamente aquelas de 35 a 49 anos, do grupo "rural-rural", constata-se que a esterilização feminina em uma idade média de 32.5 anos, ocasionou uma sensível redução no nível de fecundidade, em relação àquela observado para as mulheres do mesmo grupo etário que haviam se mantido férteis. Assim, o número médio de gestações para as mulheres férteis e possivelmente estéréis, de 35 a 49 anos de idade, do grupo "rural-rural", era de 7.20 gestações e 6.20 nascidos vivos por mulher. Esses números e aqueles verificados para as mulheres estéréis do mesmo grupo etário e origem diferiam em 2.87 gestações e 3.03 nascidos vivos por mulher.

A variável seguinte a ser considerada, pertencente ao grupo das variáveis de concepção, refere-se ao uso ou não de contracepção. Inicialmente, tendo em vista a importância do conhecimento do período fértil e não-fértil do ciclo menstrual na utilização dos métodos anticoncepcionais, procedeu-se a uma verificação do conhecimento que os casais tinham a esse respeito. Assim, indagou-se, em primeiro lugar, se os cônjuges sabiam da existência de dias nos quais, mesmo mantendo relações sexuais, a mulher não ficaria grávida. Em segundo lugar, para aqueles que haviam respondido afirmativamente à pergunta anterior, indagou-se quais eram esses dias não-férteis.

As respostas dos homens e das mulheres a essas perguntas são apresentadas nas tabelas 75 e 76. Convém esclarecer, no entanto, que foram consideradas corretas todas as respostas que situavam o período fértil em derredor da metade

Tabela 74 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a fertilidade e a idade da mulher por ocasião da entrevista e a origem do casal.

IDADE OCASIÃO ENTREV. E ORIGEM	35 a 49			15 a 34			TOTAL
	A	B	T	A	B	T	
Férteis	4.00	5.43	4.80	2.30	3.29	2.68	4.36
Possivelmente estéreis	-	8.00	8.00	-	-	-	8.00
Estéreis	-	3.17	3.17	4.00	3.00	4.50	3.50
TOTAL	4.00	5.50	5.05	2.58	3.40	2.77	3.88

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

do ciclo menstrual, de modo que isso não resultasse em redução do período fértil. Assim, não foram consideradas incorretas as respostas que, observando o princípio acima, ampliavam o período fértil, reduzindo, conseqüentemente, o período não-fértil. Em outras palavras, foram consideradas corretas todas aquelas respostas cuja definição do período fértil e não-fértil do ciclo menstrual não implicasse na possibilidade de que as mulheres viessem a engravidar, se estivessem utilizando um método contraceptivo cuja efetividade ficasse na dependência dessa definição.

Considerando primeiramente a tabela 75, observa-se que 36.84% dos casais da amostra responderam saber da existência de dias em que a mulher, mesmo mantendo relações sexuais, não ficaria grávida. Os casais que responderam desconhecer a existência desses dias representavam, por sua vez, 25.00% do total. Assim sendo, para o total da amostra, a percentagem de casais em que ocorreu concordância entre as respostas dos cônjuges, foi de 61.84%. Para o grupo "não-rural-rural", essa concordância foi de 60.00% e para o grupo "rural-rural", de 63.43%. Dos casais do primeiro grupo, 51.43% responderam afirmativamente e apenas 8.57% alegaram não saber da existência de um período não-fértil. Para o grupo "rural-rural", a percentagem dos que responderam afirmativamente (24.39%) foi menor do que a daqueles que responderam negativamente (39.03%).

Quando se considera as respostas dos cônjuges isoladamente, evidencia-se o fato, para o total da amostra, de que uma maior percentagem de homens (61.84%), do que de mulheres (50.00%) respondeu afirmativamente, o que constitui um reflexo dos tipos de resposta dos cônjuges do grupo "não-rural-rural". Assim, 82.86% dos homens e 60.00% das mulheres desse grupo afirmaram saber da existência de um período não-fértil. Para o grupo "rural-rural", 56.10% dos homens e 58.54% das mulheres alegaram desconhecer essa ocorrência.

A análise estatística desses resultados revelou a existência de uma associação positiva entre os tipos de resposta dos homens e das mulheres, quer para o total da amostra

Tabela 75 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por resposta à pergunta: "O senhor (a senhora) sabe que a mulher tem dias nos quais, mesmo mantendo relações sexuais, ela não fica grávida"? , segundo a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Sim	Não	TOTAL
Sim	A	51.43	31.43	82.86
	B	24.39	19.51	43.90
	T	36.84	25.00	61.84
Não	A	8.57	8.57	17.14
	B	17.07	39.03	56.10
	T	13.16	25.00	38.16
TOTAL	A	60.00	40.00	100.00
	B	41.46	58.54	100.00
	T	50.00	50.00	100.00

A = "Não-Rural-Rural"

B = "Rural-Rural"

T = Total

tra, quer para os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural" (Coeficiente de Yule igual a +0.39, +0.24 e +0.48, respectivamente). Dessas associações, somente a referente ao total da amostra revelou ser significativa (χ^2 observado igual, respectivamente, a 4.516, 0.302 e 2.625, χ^2 crítico igual a 3.841).

Por outro lado, quando se considera o conhecimento efetivo dos períodos fértil e não-fértil do ciclo menstrual, observa-se uma completa transformação nos resultados da tabela anterior. Assim, a tabela 76 demonstra que dos casais que responderam saber da existência de um período fértil (36.84%), apenas 5.26% sabiam efetivamente situar esse período no ciclo menstrual. Essa variação foi mais acentuada para o grupo "não-rural-rural", onde a percentagem daquelas que responderam afirmativamente (51.43%) reduziu-se a 5.71%, em relação ao "rural-rural", onde a percentagem de 24.39% passou a ser de 4.88%. Conseqüentemente, 59.21% dos casais da amostra, 51.43% dos "não-rurais-rurais" e 65.85% dos "rurais-rurais" não sabiam quais eram os dias férteis do ciclo menstrual.

Tomando-se os cônjuges isoladamente, constatou-se que a maior variação entre as respostas dadas às duas perguntas ocorreu para os homens do grupo "não-rural-rural". Assim, se 82.86% dos elementos do sexo masculino responderam saber da existência de um período não-fértil, apenas 28.57% foram capazes de definir esse período no ciclo menstrual. Para as mulheres "não-rurais-rurais", 34.29% que responderam saber da existência do período não-fértil não eram capazes de situá-lo. Para o grupo "rural-rural", essas percentagens de variação foram, de 16.07% para os homens e de 29.20% para as mulheres.

No confronto das percentagens observadas para cada um dos sexos quanto ao conhecimento efetivo dos períodos fértil e não-fértil do ciclo menstrual, verifica-se que uma maior percentagem de homens, do que de mulheres, tinha esse conhecimento. Para o total da amostra essa diferença era de 9.21%; para o grupo "não-rural-rural", de 14.63%; e para o grupo "rural-rural", de 2.86%. A concordância entre as respostas dos homens e das mulheres à pergunta em referência foi de

Tabela 76 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por conhecimento efetivo dos períodos fértil e não-fértil do ciclo menstrual, segundo a origem do casal.

MULHERES HOMENS	O r i g e m	Saberem		TOTAL
		Sabem	Não Sabem	
Sabem	A	5.71	22.86	28.57
	B	4.68	21.95	26.63
	T	5.26	22.37	27.63
Não sabem	A	20.00	51.43	71.43
	B	7.32	65.65	73.17
	T	13.15	59.21	72.37
TOTAL	A	25.71	74.29	100.00
	B	12.20	87.80	100.00
	T	18.42	81.58	100.00

A = "Não-Rural-Rural"

B = "Rural-Rural"

T = Total

64.47% para o total da amostra, de 57.14% para o grupo "não-rural-rural" e de 70.73% para o grupo "rural-rural".

A análise estatística da tabela 76 demonstrou que havia uma associação positiva (Coeficiente de Yule igual a +0.03) não significativa (χ^2 observado igual a 0.008, χ^2 crítico igual a 3.841) entre os tipos de resposta dos homens e das mulheres, para o total da amostra. Para o grupo "não-rural-rural", a associação era negativa (Coeficiente de Yule igual a -0.22), não significativa (χ^2 observado igual a 0.239, χ^2 crítico igual a 3.841). Finalmente, para o grupo "rural-rural", a associação era positiva (Coeficiente de Yule igual a +0.33), não significativa (χ^2 observado igual a 0.503, χ^2 crítico igual a 3.841).

No que se refere ao uso atual ou anterior de métodos anticoncepcionais, a tabela 77 demonstra que 64.47% do total de casais da amostra responderam ter usado alguma vez a contracepção. Considerando-se os casais de cada um dos grupos, verifica-se que 68.57% dos "não-rurais-rurais" e 60.97% dos "rurais-rurais" haviam usado alguma vez um método anticoncepcional. Por outro lado, quando se verifica a percentagem de casais que utilizava algum método por ocasião da entrevista, evidencia-se que essa utilização era maior para os "não-rurais-rurais" (62.86%), do que para os "rurais-rurais" (43.90%). Do total da amostra, 52.63% dos casais classificava-se entre os que utilizavam um método contraceptivo nessa ocasião.

Na consideração dos casais que não utilizavam algum método anticoncepcional por ocasião da entrevista, houvessem ou não utilizado anteriormente, - 11.43% dos "não-rurais-rurais", 31.73% dos "rurais-rurais", e 22.37% do total da amostra - deve ser levado em conta o fato de que a maior parte dos mesmos era constituída por mulheres estériles ou que não desenvolviam estériles. Assim, desses casais, 25.00% dos "não-rurais-rurais" e 66.27% dos "rurais-rurais", ou 56.82% do total da amostra eram integrados por mulheres nessas circunstâncias.

Tomando-se as respostas dos cônjuges isolada-

Tabela 77 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por respostas às perguntas sobre o uso de métodos anticoncepcionais, segundo a origem do casal.

MULHERES	Or i e m	Usam atualmen te (%)	Não usam atualmen te mas u saram an terior- mente	Nunca usaram	TOTAL	
HOMENS	Usam atualmente	A	62.86	2.86	-	65.71
		B	43.90	2.44	4.88	51.22
		T	52.63	2.63	2.63	57.89
	Não usam a- tualmente mas usaram ante- riormente	A	8.57	5.71	-	14.29
		B	4.88	17.07	9.76	31.71
		T	6.58	11.84	9.26	27.68
	Nunca usaram	A	8.57	5.71	5.71	20.00
		B	2.44	-	14.63	17.07
		T	5.26	2.63	10.53	18.42
TOTAL	A	80.00	14.29	5.71	100.00	
	B	51.22	14.51	24.27	100.00	
	T	64.47	17.10	18.42	100.00	

* - Refere-se ao uso por ocasião da entrevista.

A - "Área-Rural-Rural"

B - "Rural-Rural"

T - Total

mente, constata-se que a concordância entre as respostas dos homens e das mulheres foi de 75.00% para o total da amostra, 74.28% para o grupo "não-rural-rural" e 75.60% para o grupo "rural-rural". Entre aqueles que responderam utilizar algum método por ocasião da entrevista, no primeiro grupo, as mulheres (80.00%) eram em maior número que os homens (65.71%). Por sua vez, percentagem idêntica de elementos de cada um dos sexos do mesmo grupo (19.51%) responderam não utilizar algum método anticoncepcional naquela ocasião, mas alegaram ter utilizado anteriormente. A percentagem daqueles que responderam jamais haver utilizado algum método contraceptivo, foi de 20.00% para os homens e 5.71% para as mulheres.

Para o grupo "rural-rural", número idêntico de homens e de mulheres alegou utilizar algum método na época da entrevista (51.22%). Entretanto, 51.71% dos homens e 19.51% das mulheres alegaram não usar contraceptivos na ocasião, mas informavam ter usado anteriormente. Por sua vez, 17.07% dos homens e 29.27% das mulheres responderam jamais haver usado algum método. Para o total da amostra, 57.89% dos homens e 64.47% das mulheres eram utilizadores de anticoncepcionais na época da entrevista; 17.10% dos homens e 23.68% das mulheres informaram não utilizar na ocasião, mas terem usado alguma vez anteriormente. A percentagem dos que alegaram jamais ter usado algum método era idêntica para os homens e para as mulheres (18.42%).

A análise estatística desses dados revelou a existência de uma associação significativa entre os tipos de respostas dos homens e das mulheres (χ^2 observado igual a 15.066 para o grupo "não-rural-rural", 31.991 para o grupo "rural-rural"; e 42.972 para o total da amostra; χ^2 crítico para 6 graus de liberdade igual a 9.488).

A título comparativo, verificou-se que a percentagem de mulheres do total da amostra que responderam haver utilizado alguma vez um método anticoncepcional (81.57%) era maior do que aquela registrada para o distrito de São Paulo (76.27%) e para a cidade do Rio de Janeiro (58.1%) (Berquó e Camargo, 1970:1; Miró e Rath, 1965:68).

No que se refere aos métodos conhecidos e utilizados alguma vez pelos cônjuges, verifica-se que apenas 4.88% dos homens e 2.44% das mulheres do grupo "rural-rural" responderam desconhecer a existência de métodos para evitar a concepção. Essas percentagens para o total da amostra foram de 2.63% e 1.32%, respectivamente. Dos métodos conhecidos pelos homens, aqueles mencionados em maior número de vezes foram, pela ordem, o condom (76.32%), os comprimidos orais (75.00%) e o coito interrompido (55.26%). Comparando-se os grupos, ficou evidente que para a maioria dos métodos - foram exceções a ducha, o DIU e a laqueadura das trompas - eram os homens "não-rurais-rurais" aqueles que os conheciam em maior proporção (tabela 78).

Para o total de mulheres, os comprimidos orais (84.91%), o condom (71.05%) e o coito interrompido (61.84%), eram os métodos mais conhecidos. Da mesma forma que para os homens, eram as mulheres do grupo "não-rural-rural" aquelas que registraram as maiores percentagens de conhecimento de qualquer um dos métodos, com exceção do ritmo e do DIU.

Os mesmos três métodos que os cônjuges, em sua maioria, disseram conhecer, foram os referidos como tendo sido utilizados alguma vez. Assim, para o total da amostra, 43.42% dos homens e 36.84% das mulheres afirmaram ter usado o condom alguma vez. O coito interrompido foi mencionado como tendo sido usado por 39.47% dos homens e 47.37% das mulheres. Os comprimidos orais foram referidos por percentagem idêntica de homens e de mulheres (35.53%) como utilizados alguma vez.

Confrontando-se as respostas dos homens dos dois grupos, observa-se que a percentagem dos "não-rurais-rurais" que declararam haver utilizado um determinado método foi sempre maior do que aquela registrada para os "rurais-rurais" - exceção feita ao condom e à ducha. Em relação às mulheres, verificou-se o mesmo tipo de ocorrência, com as "rurais-rurais" apresentando maiores percentagens que as "não-rurais-rurais" somente no que concerne ao DIU e à laqueadura das trompas de Falópio.

Tabela 78 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, por métodos anticoncepcionais mencionados como conhecidos e usados alguma vez, segundo o origem do casal.

MÉTODOS	HOMENS				MULHERES				TOTAL			
	A		B		A		B		HOMENS		MULHERES	
	Conhe- cidos	Usa- dos	Conhe- cidos	Usa- dos	Conhe- cidos	Usa- dos	Conhe- cidos	Usa- dos	Conhe- cidos	Usa- dos	Conhe- cidos	Usa- dos
Condom	82,86	40,00	70,73	46,34	82,86	51,43	60,98	24,39	76,32	43,42	71,05	36,84
Coito interrompido	17,14	40,00	55,05	39,02	68,97	51,43	36,10	43,90	35,26	39,47	61,84	47,37
Ritmo	25,71	14,28	17,07	12,19	20,00	5,71	24,39	-	21,05	13,16	22,37	2,63
Comprimidos orais	82,86	40,00	68,26	31,71	94,29	48,57	75,61	24,39	75,00	35,53	84,21	35,53
Ducha	5,71	2,86	17,07	4,76	31,13	14,28	10,51	7,32	11,84	6,58	25,00	10,53
Supositório ou pomada vaginal	14,28	0,97	9,76	2,44	31,13	14,28	7,32	-	11,84	5,26	18,42	6,58
D.I.U.	8,71	2,86	17,07	-	25,71	2,86	36,59	4,68	11,84	1,32	31,57	3,95
Laqueadura das trompas de Falópio	5,71	-	9,76	-	5,71	-	2,44	2,44	7,89	-	3,95	1,32
Outros métodos	17,14	-	10,51	2,44	14,28	2,86	7,32	4,88	18,42	1,32	10,53	3,95
Não conhecem nenhum método	-	-	4,08	-	-	-	2,44	-	2,63	-	1,32	-

A = "Não-Rural-Mural" - B = "Rural-Mural"

Comparando-se as respostas dos homens e das mulheres de cada grupo, observa-se que para os "não-rurais-rurais" eram as mulheres que se referiam, em maior proporção, à utilização de um determinado método. Apenas em relação ao ritmo esse fato não ocorreu, com 14,28% dos homens e 5,71% das mulheres mencionando sua utilização. Para os casais "rurais-rurais" entretanto, ocorreu o inverso, com uma maior percentagem de homens, em relação às mulheres, mencionando o uso do condom, de comprimidos orais e da duda. Por sua vez, nesse mesmo grupo, enquanto que 12,19% dos homens referiram-se ao uso do método de abstinência periódica, e 2,44% ao uso de supositórios ou ponadas vaginais, nenhuma mulher fez menção de tê-las utilizado. Foram, no entanto, as mulheres (43,90%), em maior proporção que os homens (39,02%), que se referiram à utilização do coito interrompido, em alguma ocasião.

Tendo em vista os três métodos mencionados pela maior percentagem de homens e de mulheres como utilizados alguma vez, procedeu-se a uma apuração dos dados levando-se em conta as respostas de ambos os cônjuges. Os resultados indicam que para 28,57% dos casais "não-rurais-rurais" e 21,95% dos "rurais-rurais" houve concordância nas respostas dos homens e das mulheres quanto à utilização, em alguma ocasião, do coito interrompido. Para o condom, e para os comprimidos orais, essa concordância foi de 34,28% para os "não-rurais-rurais" e de 21,95% para os "rurais-rurais".

Por outro lado, quando se considera a percentagem de cônjuges que responderam ter utilizado um determinado método anticoncepcional em alguma ocasião, levando-se em conta a idade das mulheres que compoem os casais, conforme a tabela 79, evidencia-se o fato de existir uma utilização diferencial de contraceptivos orais entre os casais mais jovens e aqueles de mais idade. Assim, tanto para os "não-rurais-rurais" como para os "rurais-rurais", mais da metade dos casais entre as mulheres apresentavam, por ocasião da entrevista, idade entre 15 e 34 anos, referiu-se a utilização, em algum momento, desse tipo de anticoncepcional. Para os casais de ambos os grupos, com mulheres entre 35 e 49 anos de idade a ép

Tabela 79 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, por métodos anticoncepcionais mencionados como tendo sido usados alguma vez, segundo a origem do casal e a idade das mulheres por ocasião da entrevista.

MÉTODOS	15-34				35-49				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES		HOMENS	MULHERES
	A	B	A	H	A	B	A	H		
Condom	77.50	46.67	45.83	13.33	45.45	46.15	63.64	30.77	41.02	44.95
Coito interrompido	45.83	40.00	50.00	40.00	27.27	38.46	54.55	46.15	43.54	33.14
Comprimidos orais	50.00	60.00	62.50	55.55	18.18	15.38	18.18	7.69	57.85	16.22
Ritmo	20.83	33.33	4.17	-	-	-	9.09	-	25.64	-
Ducha	4.17	6.67	16.67	6.67	-	11.54	9.09	11.54	5.13	8.11
Outros métodos	16.67	6.67	23.00	26.67	-	3.85	9.09	-	12.82	2.70
Nenhum	-	6.67	-	6.67	18.18	19.23	18.18	19.23	2.56	18.92

A = "Não-Rural-Urban" - B = "Rural-Rural"

ca da entrevista, a percentagem de cônjuges que mencionou a sua utilização foi bem inferior, não chegando a vinte por cento dos mesmos.

Na análise dos dados da tabela 79, da mesma forma que para a tabela anterior, evidencia-se a existência de discrepâncias bastante acentuadas entre as respostas dos cônjuges quanto à utilização de um determinado método. Assim, para os casais onde as mulheres apresentavam idade entre 35 e 49 anos por ocasião da entrevista, observa-se para os "não-rurais-rurais" que, enquanto 54.55% das mulheres responderam ter utilizado alguma vez o coito interrompido, somente 27.27% dos homens assim procederam. Para o condom, essas percentagens foram, respectivamente, de 63.64% e 45.45%. Para os "rurais-rurais", com mulheres entre 15 e 34 anos de idade, verifica-se que 46.67% dos homens referiram-se ao uso do condom, enquanto apenas 13.33% das mulheres o mencionaram como utilizado em alguma ocasião. Em relação ao ritmo, 33.33% dos homens desses mesmos casais responderam que o haviam utilizado, com nenhuma das mulheres mencionando-o.

Considerando-se a percentagem de casais em que houve coincidência de respostas dos cônjuges quanto à utilização dos métodos anticoncepcionais mencionados em maior número de vezes, constatou-se que para aqueles onde as mulheres tinham entre 15 e 34 anos de idade, 33.33% dos "não-rurais-rurais" e 20.00% dos "rurais-rurais" ocorreu a menção de uso do coito interrompido. Aquêles que se referiram ao uso do condom, foram 29.17% dos primeiros e 13.33% dos segundos. Para os casais onde as mulheres tinham entre 35 e 49 anos de idade por ocasião da entrevista, 45.45% dos "não-rurais-rurais" e 26.92% dos "rurais-rurais" referiram-se ao uso do condom. A utilização do coito interrompido foi mencionada por 18.18% dos primeiros e 23.08% dos segundos.

Em relação à utilização dos comprimidos orais, da mesma forma que ocorrera quando se considerou as respostas dos cônjuges individualmente, é que se verificou uma diferenciação mais acentuada quanto aos grupos de casais por idade da mulher. Assim, enquanto 45.33% dos "não-rurais-rurais" e

46.67% dos "rurais-rurais", onde as mulheres apresentavam idade entre 15 e 34 anos por ocasião da entrevista, responderam ter usado contraceptivos orais em algum momento, apenas 9.00% dos primeiros e 7.69% dos segundos, cujas mulheres tinham idade entre 35 e 49 anos, responderam da mesma forma. Para o total da amostra, verificou-se que enquanto 46.15% dos casais onde as mulheres apresentavam idade entre 15 e 34 anos responderam ter usado alguma vez os contraceptivos orais, apenas 8.11% daquelas cujas mulheres se encontravam no grupo etário seguinte deram o mesmo tipo de resposta.

Confrontando-se, por sua vez, esses resultados com aqueles obtidos para a cidade do Rio de Janeiro - ainda que a forma como a pergunta foi estruturada tenha seguramente influenciado nas respostas obtidas, pois os métodos eram mencionados um a um e a entrevistada declarava se conhecia ou havia utilizado cada um deles, à medida em que eram referidos observava-se a ocorrência de uma variação bastante expressiva entre as respostas. Assim, pela ordem, os métodos mencionados naquele estudo, foram: a ducha (81.4%), a esterilização (63.2%), o coito interrompido (62.2%), o ritmo (62.0%), o coito interrompido (39.9%), as pílulas (29.4%) e os comprimidos orais (6.8%) (Miró, 1965:183).

No que se refere aos métodos utilizados por ocasião da entrevista, verifica-se, através das tabelas 80 e 81, a existência de concordância entre 68.42% das respostas dadas pelos homens e pelas mulheres do total da amostra. Essa concordância era de 59.99% entre as respostas dos casais "não-rurais-rurais" e de 75.61% entre aquelas dos casais "rurais-rurais". Para o total da amostra, a maior percentagem de casais (18.42%) respondeu utilizar os contraceptivos orais. A seguir, vieram aqueles casais que mencionaram o coito interrompido (13.16%) e o condom (6.58%), como métodos utilizados na ocasião. Tomando-se os cônjuges isoladamente, observa-se que uma maior percentagem de mulheres, em relação aos homens, fez referência ao uso de comprimidos orais e do coito interrompido. Foram os homens, entretanto, que mencionaram em maior número a utilização do condom.

A análise estatística da tabela 80 demonstrou

Tabela 80 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres, por respostas à pergunta: "Que coisa (método) o senhor (a senhora) e sua esposa (seu marido) usam atualmente para evitar filhos?", para o total de casais.

MULHERES / HOMENS	Condom	Coito interrompido	Comprimentos orais	Ritmo	D.I.U.	Pomada vaginal	Condom e coito interrompido	Nenhum	TOTAL
Condom	6.58	1.32	-	-	-	-	1.32	-	9.21
Coito interrompido	-	13.16	2.63	-	-	-	1.32	1.32	18.42
Comprimentos orais	-	1.32	18.42	-	-	1.32	-	1.32	22.37
Ritmo	-	1.32	1.32	-	-	-	1.32	2.63	6.58
Comprimentos orais e Condom	-	-	1.32	-	-	-	-	-	1.32
Nenhum	1.32	5.26	1.32	1.32	2.63	-	-	30.26	42.10
TOTAL	7.89	22.37	25.00	1.32	2.63	1.32	3.95	35.53	100.00

Tabela B1 - Distribuição percentual dos homens e das mulheres por respostas à pergunta: "Que coiza (método) o senhor (a senhora) e sua esposa (seu marido) usam atualmente para evitar filhos?", segundo a origem do casal.

MULHERES ORIGEM	Condom	Coito interrompido	Compridos orais	Ritmo	D.I.C.	Pomada vaginal	Condom e coito interrompido	Nenhuma	TOTAL
HOMENS	A	5.71	-	-	-	-	-	-	5.71
	B	7.32	2.44	-	-	-	2.44	-	12.19
Condom	A	-	17.14	5.71	-	-	2.86	2.86	28.57
	B	-	3.76	-	-	-	-	-	9.76
Coito interrompido	A	-	-	20.00	-	2.86	-	-	22.86
	B	-	2.44	17.07	-	-	-	2.44	21.95
Compridos orais	A	-	2.86	-	-	-	2.86	-	5.71
	B	-	-	2.44	-	-	-	4.88	7.32
Ritmo	A	-	-	2.86	-	-	-	-	2.86
	B	-	-	-	-	-	-	-	-
Compridos orais e Condom	A	-	-	-	-	-	-	-	-
	B	-	-	-	-	-	-	-	-
Nenhuma	A	2.86	8.57	2.86	-	-	-	17.14	34.28
	B	-	2.44	-	4.88	-	-	41.46	48.78
TOTAL	A	8.57	28.57	31.43	2.86	2.86	5.71	20.00	100.00
	B	7.32	17.07	19.51	-	-	2.44	48.78	100.00

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

a existência de uma associação significativa entre as respostas dos homens e das mulheres (χ^2 observado para 35 graus de liberdade igual a 129.025, χ^2 crítico igual a 43.773).

Quando se considera os casais "não-rurais-rurais" e os "rurais-rurais", observa-se que 20.00% dos primeiros e 17.07% dos segundos referiram-se ao uso de comprimidos orais à época da entrevista. Aquêles que mencionaram utilizar o coito interrompido, representavam 17.14% dos "não-rurais-rurais" e 9.76% dos "rurais-rurais". Finalmente, 5.71% dos casais do primeiro grupo e 7.33% dos do segundo grupo referiram-se à utilização do condom.

A análise estatística da tabela 81 revelou existir uma associação significativa entre as respostas dos homens e das mulheres, tanto para o grupo "não-rural-rural" como para o "rural-rural" (χ^2 observado para 35 graus de liberdade igual, respectivamente, a 69.781 e a 101.638, χ^2 crítico igual a 48.602).

Em relação ao estudo realizado no distrito de São Paulo, a título comparativo, 27.6% das mulheres responderam não utilizar métodos contraceptivos à época da entrevista, 16.4% mencionaram a utilização do coito interrompido, 12.5% o condom, 10.7% combinavam dois ou mais métodos e, dentre aqueles métodos referidos como sendo utilizados por menos de 10.00% das mulheres, encontravam-se os comprimidos orais (5.5%) (Milanesi, 1970:70).

Quanto ao número de métodos utilizados alguma vez, constata-se, inicialmente, na relação à tabela 82 que a percentagem de concordância entre as respostas dos homens e das mulheres era de 42.11% para o total da amostra; 39.99% para o grupo "não-rural-rural"; e 43.90% para o grupo "rural-rural". Assim, tomando-se as respostas dos cônjuges isoladamente, observa-se, para os "não-rurais-rurais", que 5.71% das mulheres alegaram jamais ter usado algum método contraceptivo, enquanto que 20.00% dos homens deram esse mesmo tipo de resposta. Para os "rurais-rurais", as maiores diferenças entre as respostas dos homens e das mulheres ocorreram para aqueles que mencionaram jamais ter usado algum método para

evitar a concepção e para aqueles que responderam ter utilizado três métodos, em alguma ocasião. No primeiro caso, encontravam-se 29.27% das mulheres e 17.07% dos homens; no segundo, 4.88% das mulheres e 21.95% dos homens. Ao se considerar as respostas dos cônjuges de um mesmo casal, verificou-se que somente 7.32% dos "rurais-rurais" mencionaram ter usado dois ou mais métodos, sendo que 22.85% dos "não-rurais-rurais" assim procederam.

A análise estatística dessa tabela revelou a existência de uma correlação positiva significativa entre os tipos de resposta dos homens e das mulheres, tanto para o total da amostra (R igual a 0.51; T observado para 74 graus de liberdade igual a 5.04, T crítico igual a 1.98) como para o grupo "não-rural-rural" (R igual a 0.65; T observado para 33 graus de liberdade igual a 4.91, T crítico igual a 2.02) e para o "rural-rural" (R igual a 0.43; T observado para 33 graus de liberdade igual a 3.00, T crítico igual a 2.02).

Em relação à ocasião em que o casal utilizou pela primeira vez um método anticoncepcional, a tabela 85 demonstra existir uma marcada diferenciação entre os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural". Assim, enquanto 65.71% dos casais do primeiro grupo haviam utilizado um contraceptivo antes da ocorrência da segunda gestação, apenas 29.27% dos casais do segundo grupo procederam dessa maneira. Por sua vez, 80.00% dos "não-rurais-rurais" e somente 43.90% dos "rurais-rurais" haviam se utilizado de um método anticoncepcional antes da terceira gestação. Para o total da amostra, 46.06% dos casais haviam utilizado um anticoncepcional antes da ocorrência da segunda gestação e, 60.53%, antes da terceira.

Quando se considera os casais de ambos os grupos, segundo a idade das mulheres por ocasião da entrevista, observa-se que enquanto os casais "não-rurais-rurais", onde as mulheres apresentavam idade entre 15 e 34 anos, iniciaram a utilização de contraceptivos mais precocemente do que aqueles cujas mulheres tinham idade entre 35 e 49 anos, o mesmo não ocorria em relação aos "rurais-rurais". Para os anos últimos, a percentagem de casais com mulheres entre 15 e 34 anos de ida-

Tabela 83 - Distribuição percentual cumulativa dos casais por ocasião em que usaram pela primeira vez um anticoncepcional, segundo a idade das mulheres à época da entrevista e a origem do casal*.

OCASIÃO EM QUE FOI USADO	IDADE À ÉPOCA DA ENTREVISTA	O r i g e m	15-34	35-49	TOTAL
Antes da 1ª gestação	A		8.33	-	5.71
	B		-	3.85	2.44
	T		5.13	2.70	3.95
Entre a 1ª e 2ª gestações	A		70.83	54.55	65.71
	B		26.67	30.77	29.27
	T		53.85	37.83	46.06
Entre a 2ª e 3ª gestações	A		83.33	72.73	80.00
	B		40.00	46.15	43.90
	T		66.67	54.05	60.53
Entre a 3ª e 4ª gestações	A		87.50	81.82	85.71
	B		53.33	53.84	53.66
	T		74.36	62.16	68.42
Depois da 4ª gestação	A		100.00	81.82	94.28
	B		80.00	65.38	70.73
	T		92.31	70.27	81.58
Nunca usaram	A		100.00	100.00	100.00
	B		100.00	100.00	100.00
	T		100.00	100.00	100.00

* Segundo as informações prestadas pelas mulheres.

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural" - T = Total

do, que haviam utilizado um método anticoncepcional anteriormente à quarta gestação, era menor do que a registrada para aquelas com mulheres entre 35 e 49 anos de idade.

No que concerne ao número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher, segundo a época em que o casal utilizou pela primeira vez um método anticoncepcional, torna-se evidente a existência de uma relação inversa entre esses dois fatores, tanto para o total da amostra como para os "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais" (tabelas 84 e 85). Quanto ao grupo "rural-rural", observa-se que o número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher para as casais em que as mulheres alegaram ter usado um método anticoncepcional entre a terceira e quarta gestações, bem como aquele registrado para as casais que jamais haviam usado um contraceptivo, apresentava variações em relação ao padrão observado para o grupo "não-rural-rural". Essa ocorrência refletiu-se, por sua magnitude, nos resultados obtidos para o total de casais da amostra.

Deusa forma, mesmo considerando que outros fatores possam ter interferido na configuração desses resultados - idade das mulheres por ocasião da entrevista e à época do casamento, efetividade do método utilizado, uso adequado e continuidade na utilização de um método, etc. -, o padrão observado nas tabelas 84 e 85, ainda que considerado como indicativo de uma tendência, demonstra a relação inversa entre a ocasião em que um método foi utilizado e o nível de fecundidade.

Por outro lado, quando se compara os resultados apresentados pela tabela 83, com aqueles registrados para a cidade do Rio de Janeiro (Miró e Rath, 1963:57), verifica-se que os casais em estudo iniciaram, em maior proporção, a utilização de um método anticoncepcional em uma etapa anterior dentro da união. Assim, para aquela cidade, 11.9% das mulheres mencionaram haver utilizado um método antes da primeira gestação; 39.6% referiram-se ao uso antes da segunda gestação. A partir da terceira gestação, as percentagens passam a ser bem próximas, com 70.4% das mulheres do referido estudo ale-

Tabela 84 - Número médio de gestações por mulher, segundo a ocasião em que um método anticoncepcional foi utilizado pela primeira vez e a origem do casal.

OCASIÃO EM QUE FOI UTILIZADO	GRUPOS		
	A	B	TOTAL
Antes da 1ª gestação	1.00	3.00	1.67
Entre a 1ª e 2ª gestações	2.71	3.91	3.03
Entre a 2ª e 3ª gestações	3.20	4.50	3.91
Entre a 3ª e 4ª gestações	4.50	8.50	6.83
Depois da 4ª gestação	5.33	7.29	6.20
Nunca usaram	8.50	5.83	6.21
TOTAL	3.28	5.56	4.51

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 85 - Número médio de nascidos vivos por mulher, segundo a ocasião em que um método anticoncepcional foi utilizado pela primeira vez e a origem do casal.

OCASIÃO EM QUE FOI UTILIZADO	GRUPOS		
	A	B	TOTAL
Antes da 1ª gestação	1.00	2.00	1.33
Entre a 1ª e 2ª gestações	2.38	2.64	2.47
Entre a 2ª e 3ª gestações	3.20	4.00	3.64
Entre a 3ª e 4ª gestações	3.50	8.50	6.83
Depois da 4ª gestação	4.33	5.71	5.30
Nunca usaram	6.50	5.00	5.21
TOTAL	2.89	4.73	3.88

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

gando ter utilizado um contraceptivo antes da quarta gestação. Deve-se considerar, no entanto, que essas percentagens foram calculadas sobre o total de mulheres que declararam haver usado alguma vez um método anticoncepcional. Para o distrito de São Paulo, pela inexistência de dados publicados, essa comparação não pôde ser realizada.

Finalmente, as duas últimas variáveis intermediárias a serem consideradas - mortalidade fetal por causas voluntárias e mortalidade fetal por causas involuntárias - , pertencentes ao grupo das variáveis de gestação, dizem respeito aos fatores que afetam a gestação e o parto bem sucedido.

Como pode ser observado pelas tabelas 86 e 87, das gestações terminadas, 15.29% resultaram em mortes fetais, o que significou um número médio de 0.68 mortes fetais por mulher, para o total da amostra. Para o grupo "rural-rural", por sua vez, a mortalidade fetal era bem maior do que para o grupo "não-rural-rural". Assim, as mortes fetais verificadas para o primeiro grupo de casais representavam 16.81% das gestações terminadas, ou 0.93 mortes fetais por mulher. Para o grupo em que um dos cônjuges, ou ambos eram urbanos, 12.28% das gestações terminadas haviam resultado em mortes fetais, o que correspondeu a um número médio de 0.40 mortes fetais por mulher.

Para a cidade do Rio de Janeiro, os resultados do estudo promovido pelo Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE) acusaram, para as mulheres grávidas alguma vez, um número médio de 0.59 mortes fetais por mulher (Miró e Rath, 1965:44). Para o distrito de São Paulo, as gestações que resultaram em mortes fetais constituíam-se em 19.3% do total das gestações terminadas, resultando em um número médio de 0.65 mortes fetais por mulher (Berquó e outros, 1968:182).

Calculando-se, por outro lado, o coeficiente de mortalidade fetal - número de mortes fetais pelo número de gestações terminadas -, constatou-se que este coeficiente era de 152.9 por mil gestações, menor do que aquele verificado para o distrito de São Paulo, de 197.7 por mil gestações (Milanesi, 1970:41). Para os casais "não-rurais-rurais", este coeficien-

Tabela 86 - Número médio de acontecimentos por mulher, segundo a origem do casal e o tipo de acontecimento.

TIPO DE ACONTECIMENTO \ ORIGEM	A	B	TOTAL
Gestações terminadas	3.26	5.51	4.47
Nascidos vivos	2.89	4.73	3.88
Mortes fetais	0.40	0.93	0.68
Nascidos mortos	0.03	0.29	0.17
Abortos espontâneos	0.28	0.41	0.35
Abortos provocados	0.08	0.22	0.16

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

Tabela 87 - Distribuição percentual do produto das gestações terminadas por ocasião da entrevista, segundo a origem do casal.

TIPO DE ACONTECIMENTO \ ORIGEM	A	B	TOTAL
Gestações terminadas	100.00 (114)	100.00 (126)	100.00 (340)
Nascidos vivos	88.59 (101)	85.84 (194)	86.98 (295)
Mortes fetais	12.28 (14)	16.81 (38)	15.29 (52)
Nascidos mortos	0.87 (1)	5.30 (12)	3.82 (13)
Abortos espontâneos	8.77 (10)	7.52 (17)	7.99 (27)
Abortos provocados	2.42 (3)	3.98 (9)	3.53 (12)

A = "Não-Rural-Rural" - B = "Rural-Rural"

te foi de 122.8 e para os "rurais-rurais", de 168.1. O cálculo desse coeficiente deixou de ser realizado para a cidade do Rio de Janeiro, pela inexistência de dados publicados sobre o número total de gestações e de mortes fetais para a população estudada.

Proporcionalmente, dos 52 óbitos fetais declarados, os nascidos mortos representavam 25.00%, os abortos espontâneos, 51.92%; e os abortos provocados, 23.08%. Essas percentagens, entretanto, apresentaram variações bem distintas ao se considerar os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural". Assim, os nascidos mortos registrados para o primeiro grupo representavam 7.14% das mortes fetais, enquanto que, para o segundo grupo, representavam 31.58%. Em relação aos abortos espontâneos, aqueles registrados para os "não-rurais-rurais" representavam 71.42% das mortes fetais, com essa percentagem baixando a 44.74% para os "rurais-rurais". Por último, a percentagem referente aos abortos provocados foi de 21.43% para o primeiro grupo e de 23.68% para o segundo.

Necessário se torna esclarecer, no entanto, que apenas cinco mulheres eram responsáveis pelos 12 nascidos mortos registrados para o grupo "rural-rural". Assim uma delas tivera 5 gestações que resultaram em nascidos mortos; uma outra tivera 3; e, uma terceira, 2 gestações com este tipo de acontecimento. Quanto ao tempo de duração da gravidez em que se verificou a ocorrência, 9 gestações terminaram em nascidos mortos por ocasião do nono mês; 2 gestações, no decorrer do oitavo mês; e 1 gestação, no sétimo mês de gravidez.

Assim, o número médio de nascidos mortos por mulher era de 0.17 para o total da amostra; 0.03 para os casais "não-rurais-rurais"; e 0.29 para os "rurais-rurais". O número médio de abortos era, respectivamente, de 0.51, 0.36 e 0.63 por mulher. Para a cidade do Rio de Janeiro (Miró e Rath, 1965:44), o número médio de nascidos mortos por mulher foi de 0.08 e o de abortos de 0.51. Para o distrito de São Paulo (Milanesi, 1970:41), esses números foram, respectivamente, de 0.05 e 0.60. Para esse último estudo, os nascidos mortos constituíram-se em 7.4% das mortes fetais; os abortos espontâneos,

em 60.9%; e os abortos provocados, em 31.7%.

Em relação aos abortos provocados, das 76 mulheres que compunham a amostra, 7 (9.21%) declararam ter provocado pelo menos um aborto. Dessas mulheres, 3 (8.57%) eram "não-rurais-rurais" e 4 (9.76%) eram "rurais-rurais". Comparativamente, a percentagem de mulheres com abortos provocados registrada para o total da amostra, era semelhante àquela verificada por Hutchinson (1964:23) para a cidade do Rio de Janeiro (9.2%) e bastante próxima àquela a que chegou Milanesi (1970:41) em seu estudo sobre o aborto provocado no distrito de São Paulo (10.7%). Quanto ao número de abortos provocados declarados pelas mulheres, cinco delas registravam apenas 1 aborto provocado; a sexta havia provocado 2 abortos; e a sétima informou ter praticado 5 abortos. Assim, das mulheres que haviam provocado abortos, aquelas que registravam até três acontecimentos desse tipo representavam 71.42%. Essa percentagem foi de 90.0% para o distrito de São Paulo (Berquó e outros, 1968:182).

O número médio de gestações por mulher, para as mulheres que haviam praticado pelo menos um aborto, era de 6.28 para o total da amostra; 5.00 para o grupo "não-rural-rural"; e 7.25 para o grupo "rural-rural".

CAPÍTULO VI

O COMPORTAMENTO REPRODUTIVO E OS FATORES SOCIAIS

O objetivo central do presente trabalho, conforme ficou explicitado anteriormente, é o de estabelecer as relações entre alguns fatores sociais selecionados e os níveis de fecundidade de uma população de status sócio-econômico baixo, residindo em uma área urbana que vem experimentando um acentuado crescimento populacional em um período de tempo relativamente curto. Essa população, por um processo de concentração seletiva por características sócio-econômicas, seria composta por um grande contingente de elementos que emigraram de áreas rurais, os quais, de acordo com resultados de estudos anteriores (Goldberg, 1959 e 1960; Freedman e Sloninger, 1961; Hutchinson, 1961; Duncan, 1965), deveriam apresentar um comportamento reprodutivo diferencial em relação àqueles que estando na mesma categoria de status, eram de origem urbana. A ocorrência de um comportamento reprodutivo diferencial seria, por sua vez, determinada por variações nos valores de fecundidade das variáveis intermediárias relacionadas por Davis e Blake (1956), valores esses que para a maioria delas seriam positivos, em maior grau, para os casais em que ambos os cônjuges fossem de origem rural, do que para aqueles onde um ou ambos os cônjuges fossem de origem urbana.

De acordo com o esquema analítico adotado, a origem dos casais foi tomada como variável independente e os fatores sociais como variáveis intervenientes em relação à fecundidade. As variáveis intermediárias, por sua vez, foram consideradas, alternadamente, como dependentes em relação à origem e independentes em relação à fecundidade.

A partir dos resultados obtidos, verificou-se, inicialmente, que a população em estudo apresentava aquelas características básicas especificadas por Zarate (1967), isto é, uma grande concentração seletiva por características sócio-econômicas de elementos que emigraram de áreas rurais,

de tal forma que os casais onde ambos os cônjuges eram de origem urbana representavam apenas 13.16% do total de casais que compunham a amostra. Por sua vez, os casais onde ambos os cônjuges eram de origem rural representavam 53.95% do mesmo total, com aqueles em que um dos cônjuges era de origem urbana e outro rural, representando 32.89%.

Por outro lado, quando se procedeu à divisão dicotômica dos casais, verificou-se que os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural" distinguíam-se marcadamente entre si, no que se refere à alfabetização e ao grau de escolaridade dos cônjuges, variáveis essas que desempenhavam papel preponderante nos níveis de fecundidade registrados para cada um dos grupos. Para a amostra como um todo, constatou-se que esse nível era bem superior àqueles registrados nos estudos referentes ao distrito de São Paulo e à cidade do Rio de Janeiro, tomados como pontos de referência para o estabelecimento de comparações, em virtude de terem obedecido a procedimentos de pesquisa bastante similares, ainda que os critérios para a seleção das amostras não tenham sido os mesmos. A população em estudo caracterizou-se, assim, por apresentar uma alta fecundidade.

Na comparação dos níveis de fecundidade registrados para os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural", constatou-se que tanto o número médio de gestações como o de nascidos vivos por mulher, era bem superior para os casais em que ambos os cônjuges eram de origem rural, em relação àqueles onde um ou ambos eram de origem urbana. Da mesma forma, quando se comparou o grupo "rural-rural" com cada um dos subgrupos que integravam o grupo "não-rural-rural", o mesmo tipo de ocorrência foi verificado. Entretanto, nenhuma das diferenças registradas entre esses subgrupos, ou entre eles, individualmente, e o grupo "rural-rural", revelou ser significativa, o que pode ser atribuído ao pequeno número de observações para cada um desses subgrupos. Apenas as diferenças verificadas no número médio de gestações (2.28) e de nascidos vivos (1.84) por mulher, entre os grupos "não-rural-rural" e "rural-rural" acusaram ser significantes.

Por sua vez, a existência de um comportamento

diferencial entre os casais "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais" tornou-se bastante evidente quando se considerou o número médio cumulativo de gestações e de nascidos vivos por mulher, segundo a idade das mulheres por ocasião do casamento e o período de tempo decorrido após o mesmo. Assim, conforme as tabelas 70 e 71 o demonstraram, a história reprodutiva das mulheres de cada um dos grupos de casais caracterizou-se por um padrão bem distinto para as "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais". Esse padrão está expresso no fato de que as primeiras tiveram 88.69% das gestações até o nono ano após o casamento, enquanto que as segundas tiveram, até essa época, apenas 70.61% do total de gestações registradas. Essa ocorrência significa, em outros termos, que as mulheres "não-rurais-rurais" estabeleceram seu nível de fecundidade no período que vai de 3 a 9 anos após o casamento, enquanto que para as "rurais-rurais" isso ocorreu tão somente no período de 15 a 19 anos após o início da união.

A ocorrência de um padrão diferencial no comportamento reprodutivo de cada um desses grupos também se evidenciou quando foram consideradas as diferenças no número médio de gestações e de nascidos vivos, para os diferentes períodos de tempo decorridos após o estabelecimento da união. Assim, os casais "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais" registravam uma diferença entre si de 0.46 gestações e de 0.30 nascidos vivos por mulher, no período de até 4 anos após o casamento. Essa diferença passava a 1.02 gestações e 0.73 nascidos vivos, no período de 5 a 9 anos após o início da união; elevava-se a 1.73 gestações e 1.40 nascidos vivos por mulher no período seguinte, de 10 a 14 anos de vida matrimonial. Para o período de 15 a 19 anos após a realização do casamento, atingia 2.19 gestações e 1.59 nascidos vivos. Essa ocorrência também se manifestou claramente, quando se controlou a variável referente à idade das mulheres por ocasião do casamento, principalmente em relação àqueles casais onde as mulheres se casaram com idade entre 15 e 19 anos, bem como entre 25 e 29 anos. Para os casais cujas mulheres apresentavam idade entre 20 e 24 anos à época do estabelecimento da união, as diferenças no número mé-

dio de gestações e de nascidos vivos por mulher, nos diferentes períodos de tempo decorridos após o início da união, foram bastante reduzidas.

A título de esclarecimento, deado que o presente trabalho não se refere às motivações e atitudes frente ao tamanho da família, mas, simplesmente, ao comportamento em relação a esse aspecto, torna-se necessário mencionar que o número médio ideal de filhos declarado pelas mulheres "rurais-rurais" (5.18) era maior em 2.48 daquele declarado pelas "não-rurais-rurais" (3.70). Por sua vez, ainda que existisse uma diferença entre o número médio ideal de filhos declarado pelas mulheres "não-rurais-rurais" (3.68) e "rurais-rurais" (4.06), esta diferença era apenas de 0.38 filhos por casal.

Outrossim, o tamanho médio da família por ocasião da entrevista - número médio de filhos sobreviventes - era de 2.66 para as casais "não-rurais-rurais" e de 4.22 para as "rurais-rurais". A partir desses resultados, adicionando-se o número de filhos que cada um dos cônjuges mencionou ainda desejar ter, calculou-se o tamanho médio esperado da família, de 3.00 filhos para as mulheres "não-rurais-rurais" e 4.51 para as "rurais-rurais". Para as mulheres do primeiro grupo, o tamanho médio esperado da família era de 3.17, e para as mulheres do segundo grupo, de 4.32 filhos.

Deado que o tamanho esperado da família pode, também, ser considerado como uma forma de mensurar o tamanho ideal da família para cada um dos cônjuges, procedeu-se a um confronto desses números com aqueles obtidos a partir da pergunta referente ao número ideal de filhos para o entrevistado. Este último, de acordo com Bogue (1965:25), representa "as escolhas que um indivíduo faria se lhe fosse possível determinar seu próprio destino com respeito à reprodução" e que, seguramente, reflete as experiências do informante à época da entrevista. Verificou-se, então, que apenas para as mulheres "rurais-rurais" o número médio ideal de filhos era inferior ao tamanho médio esperado da família.

Em relação a esses resultados, convém esclarecer que 40.00% das mulheres e 20.00% das mulheres "não-rurais-

rurais", bem como 39.02% das mulheres e 36.59% dos homens "rurais-rurais" declararam que não desejavam ter mais nenhum filho antes do nascimento do último. Dos cônjuges que responderam não desejar mais nenhum filho além daqueles que tinham por ocasião da entrevista, os homens "não-rurais-rurais" constituíam-se em 68.57% sendo que as mulheres desse mesmo grupo representavam 57.14%. Do grupo "rural-rural", 75.18% dos homens e das mulheres encontravam-se nessa situação.

Considerando-se, por outro lado, a tendência anteriormente referida de uma redução nos níveis de fecundidade das coortes de mulheres mais jovens, evidência essa que se verificou a partir da coorte de mulheres com idade entre 35 e 39 anos, são apresentados a seguir os dados referentes ao tamanho médio ideal e ao tamanho médio esperado da família para cada um dos cônjuges, segundo a idade das mulheres por ocasião da entrevista.

Assim, para os casais onde as mulheres tinham idade entre 15 e 34 anos naquela ocasião, o número médio de filhos sobreviventes para os "não-rurais-rurais" era de 2.29 e, para os "rurais-rurais", de 3.30. O número médio ideal de filhos declarado pelos homens (2.85) e pelas mulheres (3.18) do primeiro grupo de casais era inferior àquele de 3.25 filhos mencionado por ambos os cônjuges do segundo grupo. O tamanho médio esperado da família para os homens (2.67) e mulheres (2.88) "não-rurais-rurais" era menor que o número médio ideal de filhos declarado pelos mesmos. Tanto para os homens como para as mulheres "rurais-rurais", o tamanho médio esperado da família (3.33) era maior que o número médio ideal de filhos.

Dos casais onde as mulheres tinham entre 35 e 49 anos de idade, à época da entrevista, o número médio de filhos sobreviventes nessa ocasião era de 3.45 para os "não-rurais-rurais" e de 4.81 para os "rurais-rurais". Para os homens, o número médio ideal de filhos era de 5.25 para os primeiros e de 5.98 para os segundos. Para as mulheres, o número médio ideal de filhos era de 4.77 para as "não-rurais-rurais" e 4.50 para as "rurais-rurais". Tanto para os homens como para

as mulheres do primeiro grupo, o tamanho médio esperado da família, respectivamente de 3.73 e 3.82 filhos, era menor que o número médio ideal de filhos. Isso também era verdadeiro para os homens "rurais-rurais", para os quais o tamanho médio esperado da família era de 5.19 filhos. Apenas para as mulheres desse último grupo, com 35 e 49 anos de idade à época da entrevista, o tamanho médio esperado da família (4.88) era superior ao tamanho médio ideal da família.

Em resumo, quando se considerou os homens e as mulheres segundo as idades destas últimas - 15 a 34 e 35 a 49 anos, por ocasião da entrevista -, verificou-se para os "rurais-rurais", que apenas para os homens com mulheres no segundo grupo etário, o número médio ideal de filhos era superior ao tamanho médio esperado da família. Para os cônjuges de ambos os sexos dos casais "não-rurais-rurais", com mulheres tanto no primeiro como no segundo grupo etário, o número médio ideal de filhos era sempre superior ao tamanho médio esperado da família.

A partir desses resultados, levando-se em conta os indicadores apresentados por Bogue (1965:30) para classificar os respondentes segundo as atitudes frente ao tamanho da família - número ideal de dois filhos significando atitudes "modernas" frente à fecundidade; de três filhos, significando ideias de fecundidade "transicionais"; e de quatro ou mais filhos, significando ideias de "alta fecundidade" -, e tomando-se o tamanho médio esperado da família como um indicador mais objetivo dos ideais de fecundidade, observa-se que os casais mais jovens encontravam-se passando por um processo de transição em seu comportamento reprodutivo. Por outro lado para o grupo "rural-rural", o fato de as mulheres de 15 a 34 ou de 35 a 49 anos por ocasião da entrevista e dos homens com mulheres no primeiro grupo etário terem apresentado um tamanho médio esperado da família superior ao número médio ideal de filhos, pode indicar que uma mudança nas atitudes frente ao tamanho da família não pôde ser expressa efetivamente em seu comportamento, quer por incapacidade de controle dos eventos, quer por ter ocorrido posteriormente ao estabelecimento de um

determinado nível de fecundidade, superior aos ideais de reprodução em transição.

Confirmada a existência de um comportamento reprodutivo diferencial entre as casais "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais", a questão que se coloca refere-se ao papel que certos fatores sociais desempenham nessa ocorrência. Assim, dentre as variáveis relacionadas à estratificação social, consideradas em inúmeros estudos de fecundidade, foram selecionadas aquelas referentes à alfabetização e grau de escolaridade dos cônjuges, à ocupação do marido e renda "per capita" mensal da família, por ocasião da entrevista.

Dessas quatro variáveis, apenas quanto à alfabetização e ao grau de escolaridade dos cônjuges ficou positiva a existência de uma relação inversa com a fecundidade, medida em termos do número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher. Contudo, se entre as "não-rurais-rurais" verificou-se que somente o fato de a mulher ser ou não alfabetizada era o que ocorretava variações significantes no nível de fecundidade do casal, o mesmo não ocorreu entre as "rurais-rurais". Para estas, a análise estatística revelou que a alfabetização de ambos os cônjuges, e não apenas a das mulheres, era importante na determinação dos níveis de fecundidade do casal, enquanto mensurado em termos do número médio de gestações por mulher. A mesma ocorrência não se verificou quando se utilizou o número médio de nascidos vivos por mulher, ficando demonstrado que apenas o fato de a mulher ser ou não alfabetizada é que determinava variações nesse número.

Em outras palavras, para que se tenha uma compreensão mais clara da ocorrência analisada, verificou-se, para as "não-rurais-rurais", que as mulheres que não sabiam ler e escrever apresentavam um número médio maior em 3,70 gestações e em 3,41 nascidos vivos, em relação às mulheres que sabiam ler e escrever. Essas diferenças entre os homens alfabetizados e analfabetos do mesmo grupo, eram apenas de 1,59 gestações e de 1,30 nascidos vivos por mulher. Note-se que as diferenças no número médio de mortes fetais eram as mesmas - 0,29 mortes fetais por mulher -, quando se considerou o número médio de

gestações e de nascidos vivos que representam as variações no nível de fecundidade, segundo a alfabetização de cada um dos cônjuges.

Para os "rurais-rurais", por sua vez, as mulheres que não sabiam ler e escrever apresentavam um número médio maior em 2.78 gestações e 2.79 nascidos vivos por mulher, em relação àquelas que eram alfabetizadas. Para os homens, as mesmas diferenças eram, respectivamente, de 2.48 gestações e 1.96 nascidos vivos por mulher. Verificou-se, então, que a diferença no número médio de mortes fetais registrada entre os casais onde os homens não sabiam ler e escrever (1.12) e aqueles em que sabiam (0.60), era de 0.52, enquanto que entre os casais em que as mulheres eram alfabetizadas (0.83) e aquelas em que não o eram (0.82), essa diferença era de apenas 0.01 mortes fetais por mulher.

Consequentemente, o fato de o homem ser ou não alfabetizado não acarretar variações significantes no número médio de nascidos vivos, mas somente no de gestações, pode ser atribuído a uma maior mortalidade fetal entre os casais onde os homens não sabiam ler e escrever, em relação àquelas em que sabiam, acarretando, assim, uma menor variação no nível de fecundidade mensurada em termos de nascidos vivos.

Em relação ao grau de escolaridade, apenas para os casais "não-rurais-rurais" ficou demonstrado que alterações no grau de escolaridade dos homens ou das mulheres acarretavam variações significantes no número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher. Verificou-se para esse grupo de casais que, mantendo-se o nível de escolaridade dos homens constante quando estes não haviam frequentado escola ou tinham curso primário incompleto, e variando-se o das mulheres, as diferenças registradas no número médio de gestações eram significantes. Entretanto, esta ocorrência verificou-se também em relação aos homens, quando se levou em conta o número médio de nascidos vivos.

No que concerne às duas outras variáveis indicativas de status sócio-econômico - ocupação do marido e ren-

da "per capita" mensal da família, por ocasião da entrevista - não ficou demonstrado que variações nas mesmas acarretavam alterações significantes no nível de fecundidade de nenhum dos grupos. Deve-se esclarecer, contudo, que a utilização da ocupação do marido por ocasião da entrevista, como uma das variáveis sócio-econômicas relacionadas ao comportamento reprodutivo, é passível de algumas restrições, desde que, enquanto a experiência reprodutiva se estende por todo um período de tempo, esse indicador de status sócio-econômico, bem como aquele que diz respeito à renda familiar, referem-se somente a um ponto no tempo, o qual pode ser irrelevante em relação ao comportamento reprodutivo anterior (Berent, 1952:255). Esse fato assume maior importância quando se considera que a população em estudo se achava envolvida em um processo de mobilidade social, no qual se evidenciava uma acentuada mobilidade ocupacional.

Um outro ponto a ser considerado é aquele referente aos resultados verificados em relação à alfabetização e ao grau de escolaridade dos cônjuges - únicas variáveis que no presente trabalho demonstraram provocar variações significantes nos níveis de fecundidade - e aqueles resultados a que chegou Goldberg (1960) em seus estudos em Detroit e Indianapolis. Assim, ainda que obviamente as situações sejam bem distintas, ao analisar "as relações entre as variáveis sócio-econômicas e a fecundidade, entre casais provenientes de vários tipos de estruturas sociais", o autor (Goldberg, 1960:24-27) verificou que "os dados coletados em Detroit indicaram uma relação inversa relativamente forte entre as variáveis sócio-econômicas e a fecundidade entre os migrantes rurais, e a ausência dessa relação entre os urbanos".

Essa ocorrência também foi verificada em Indianapolis, onde, para o total de casais incluídos na amostra, "o contraste na relação entre as variáveis de status e a fecundidade entre os casais migrantes rurais e os urbanos por duas gerações é mais pronunciado". Por sua vez, quando foram excluídos da análise os casais classificados como apresentando "excesso de fecundidade", esse padrão de relação se apresentou

de forma ainda mais marcada. Contudo, quando o autor considerou somente as casais "com número e espaçamento planejados", verificou que os tipos urbanos puros apresentavam uma forte relação positiva entre as variáveis de status e a fecundidade, enquanto os rurais se inclinavam em direção a uma relação negativa.

Assim, além de concluir que o padrão inverso para a população total resultava primariamente do padrão apresentado pelo grupo rural, Goldberg (1960:29) verificou que enquanto os elementos desse último grupo tinham menores famílias quanto maior fosse seu sucesso econômico no mundo urbano, o mesmo não ocorria para os urbanos, que ainda demonstravam uma tendência em ter maiores famílias, à medida em que esse sucesso fosse maior.

De acordo com Goldberg, uma tentativa de explicação, em grande parte em termos especulativos, era a de que essas diferenças nos padrões de fecundidade resultavam dos diferentes tipos de estrutura de família que existiam nesses grupos, os quais apresentariam condições distintas influenciando as decisões relativas ao tamanho da família, por parte dos homens e das mulheres. Assim, o comportamento reprodutivo da mulher estaria diretamente relacionado à extensão de participação no sistema de parentesco e no lazer centralizado no lar, enquanto o comportamento reprodutivo masculino estaria diretamente relacionado às condições de status. Esse fato acarretaria, em qualquer nível de status, a possibilidade de ocorrência de expectativas em conflito, entre o homem e a mulher, quanto ao tamanho desejado da família.

Para concluir essas considerações sobre o estudo de Goldberg, extensas, porém necessárias à análise subsequente, ficou demonstrado para a população de Indianápolis que, "naqueles casos em que o marido tem maior grau de instrução que a esposa resultará uma família maior do que naqueles casos onde a esposa tem maior grau de instrução que o marido", fato esse que resultava na "possibilidade óbvia de que as variáveis de status poderiam não ter o mesmo efeito sobre os ho-

menas e as mulheres, com respeito às suas preferências em relação ao tamanho da família" (Goldberg, 1960:30).

Seguindo a mesma linha de raciocínio desenvolvida por Goldberg, e considerando-se somente o grau de escolaridade dos cônjuges para simplificação da análise, uma vez que essa variável inclui de certa forma aquela referente à alfabetização, observa-se que, de início, ocorre o inverso do que se registrou para Detroit e Indianapolis. Assim, o grau de escolaridade provou influenciar de forma significativa apenas o nível de fecundidade dos "não-rurais-rurais", fato este que se reflete nos resultados obtidos para o total da amostra. Para os "rurais-rurais", conforme se observou anteriormente, ainda que ocorressem variações no nível de fecundidade dos casais à medida em que variava o grau de escolaridade dos cônjuges, estas variações não eram significantes.

Por outro lado, no que se refere ao fato de as variáveis de status não produzirem os mesmos efeitos em relação aos homens e as mulheres, observa-se, para os "não-rurais-rurais", que o número médio de 6.30 gestações e de 3.40 nascidos vivos por mulher, registrado para os casais onde ambos os cônjuges não haviam frequentado escola ou tinham curso primário completo, reduzia-se a 2.75 gestações e 2.50 nascidos vivos por mulher, para os casais onde as mulheres tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo, com os homens permanecendo na condição anterior. Outrossim, para os casais onde os homens tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto e as mulheres não haviam frequentado escola ou tinham curso primário incompleto, o número médio de gestações por mulher era de 3.45 e o de nascidos vivos, de 3.13.

Constatou-se, assim, ainda que as diferenças não fossem significantes, que quando o homem apresentava grau de escolaridade maior que a mulher, o nível de fecundidade era mais elevado do que para a situação inversa, isto é, quando a mulher apresentava grau de escolaridade maior que o do homem. Para os "rurais-rurais", isto não se verificou, com as variações no grau de escolaridade do homem ou da mulher resultando

em uma diminuição bastante similar em relação àqueles casos onde ambos os cônjuges não haviam frequentado escola ou tinham curso primário incompleto.

Diante destes resultados, a indagação básica que se apresenta diz respeito ao papel da educação formal em relação ao comportamento reprodutivo de forma genérica e, especificamente, aos possíveis efeitos diferenciais sobre os homens e as mulheres, bem como sobre os "não-rurais-rurais" e os "rurais-rurais".

Em trabalho recente, elaborado a partir de estudos realizados no México e em Costa Rica, Waisanen (1970:6-7) destaca que "o caminho mais eficaz para a aquisição das habilidades de luta necessárias ao funcionamento efetivo e eficiente na sociedade mais ampla é, sem dúvida, a educação formal", a qual registra como uma de suas mais significantes funções a produção de uma visão moderna do mundo. Assim, prossegue ele, "em algum ponto crítico na trajetória da educação formal, o estudante vem a perceber sua própria autonomia, reconhece a possibilidade de controlar os eventos para maximizar a oportunidade de atingir estados desejados, capta-se em um processo racional de tomada de decisão, e, assim, vem a possuir os instrumentos manipulativos simbólicos que são essenciais à mobilidade social".

De acordo com o mesmo autor, "é mais provável que a relação entre a educação formal e a condição de moderno em comportamento é criticamente curvilínea. Isto é, existe uma convergência de forças operando no contexto da educação escolar como uma experiência social que produz algo similar a uma decolagem atitudinal e comportamental em direção à condição de moderno" (Waisanen, 1970:7). Assim, baseando-se nos resultados dos estudos anteriormente mencionados, o autor aceita que "são necessários aproximadamente cinco anos de educação formal para produzir o impacto relacionado à configuração da condição de moderno". Esse ponto crítico de decolagem, que pode variar segundo o nível de desenvolvimento econômico e social de uma região ou país, é precedido por um período preparatório, onde os efeitos da educação formal sobre a condição

do moderno são mínimas, e seguido por um período de participação na vida moderna, quando ocorre um nivelamento dos efeitos por aumentos adicionais na educação formal (Weisänen, 1969:9).

Nesse sentido, os autores do estudo realizado no distrito de São Paulo (Berquó e Camargo, 1970:7) deixam claro que "é interessante observar que em termos de tempo de estudo, as categorias educacionais do Curso Primário às quais as mulheres são tão sensíveis, têm duração menor do que as categorias dos Cursos Médios e Superiores, que pouco influenciam as diferenças de fertilidade" (sic). Prosseguem, então, ao se referirem aos números médios de nascidos vivos, que se "confirmam de modo evidente que o Curso Primário é o ponto crucial em que se dá, em média, a transição de um modelo tradicional para um estilo moderno de família".

Essa ocorrência é evidente também para as mulheres "não-rurais-rurais" no presente estudo, com aquelas que tinham curso primário completo apresentando um número médio inferior em 2.13 gestações e em 1.61 nascidos vivos por mulher, em relação àquelas que não haviam concluído o curso primário. Em outras palavras, para que se possa ter uma idéia mais precisa da magnitude desta variação, o número médio de gestações das mulheres com curso primário completo era exatamente a metade daquele registrado para as mulheres com curso primário incompleto. No entanto, para o grau de escolaridade seguinte - curso secundário incompleto ou completo - ocorreu uma elevação de 1.11 gestações e 0.61 nascidos vivos por mulher, em relação àquelas com curso primário completo (tabelas 43 e 46).

No que se refere aos homens "não-rurais-rurais", aqueles que tinham curso primário completo apresentaram um número médio menor em 1.81 gestações e 1.72 nascidos vivos por mulher, em relação aos que não haviam concluído o curso primário. Quando os homens passavam a ter grau de escolaridade correspondente a curso secundário incompleto ou completo, o número médio era inferior em 0.61 gestações e 0.71 nascidos vivos por mulher, em relação ao nível educacional precedente. Verifica-se, assim, ao se analisar as variações na fecundidade, segundo o grau de escolaridade de cada um dos cônjuges to

medos isoladamente, que o padrão é diferente daquele quando foram consideradas as variações nos níveis de fecundidade dos casais, segundo essa mesma variável.

Assim sendo, o número médio maior de gestações e de nascidos vivos por mulher, registrado para os casais onde os homens tinham curso primário completo ou curso secundário incompleto ou completo e as mulheres não haviam frequentado escola ou concluído o curso primário, em relação àqueles casais onde a situação era inversa, pode ser considerado mais como uma consequência do grau de escolaridade das mulheres do que dos homens.

Em relação aos "rurais-rurais", observa-se que o fato de o homem ou da mulher terem curso primário completo provocava variações bem menores no número médio de gestações - respectivamente, 0.73 e 0.92 - e de nascidos vivos - respectivamente, 1.34 e 0.50 -, em relação aos que apresentavam curso primário incompleto. As maiores variações ocorreram, tanto para os homens como para as mulheres, entre aqueles que não haviam frequentado escola e os que tinham curso primário incompleto, desde que, pelo número reduzido de observações, não foram considerados os resultados obtidos para os cônjuges com curso secundário incompleto ou completo.

Em síntese, na trajetória da educação formal, o fato de as mulheres "não-rurais-rurais" apresentarem curso primário completo parece ser o ponto crítico de transição para um tamanho "moderno" de família, enquanto que para os homens do mesmo grupo, principalmente quando se mensura a fecundidade em termos do número médio de gestações, os resultados sugerem que esse ponto crítico se situa um pouco mais além do grau de escolaridade. Para os "rurais-rurais", contudo, o nível de educação formal atingido parece não constituir, por si só, elemento capaz de superar as experiências de socialização informal a que estiveram expostos, a fim de provocar o impacto necessário em direção a um tamanho "moderno" de família. De qualquer forma, para a grande maioria dos casais "rurais-rurais", tanto a educação formal como a fixação de residência em uma área urbana caracteristicamente industrial, parecem não ter repre-

sentando experiências dissociativas suficientes em relação ao sistema social de origem, para conduzir a uma identificação com valores e comportamentos urbanos, no que se refere à fecundidade.

Finalmente, resta considerar os valores observados para as variáveis intermediárias anteriormente mencionadas e seus resultados no estabelecimento dos níveis registrados para cada um dos grupos, segundo a origem dos cônjuges. Conforme se recorda, a idade de entrada em uniões das mulheres e a esterilidade feminina por causas voluntárias apresentaram praticamente os mesmos valores de fecundidade para os dois grupos de casais. Por sua vez, a esterilidade feminina por causas involuntárias, bem como a mortalidade fetal por causas voluntárias ou involuntárias apresentaram valores negativos em maior grau para os casais "rurais-rurais", isto é, operavam no sentido de baixar o nível de fecundidade dos mesmos.

Por outro lado, foi a variável referente ao uso de contracepção a que demonstrou apresentar valor de fecundidade negativo em maior grau para os casais "não-rurais-rurais". Assim, ainda que tenham sido bem similares as percentagens de casais dos dois grupos que mencionaram ter utilizado em alguma ocasião um método contraceptivo, verificou-se que os "não-rurais-rurais" iniciavam a utilização mais precocemente dentro da união. Consequentemente, ainda que não tenham sido levantadas informações quanto a uso adequado e continuidade na utilização, essa ocorrência evidenciou uma maior disposição desses casais não só em relação ao controle do número de filhos que desejavam ter, mas também em conseguir um maior espaçamento entre o nascimento de um filho e do filho seguinte.

Ao se considerar, no entanto, os três tipos de métodos mencionados por uma maior percentagem de casais como tendo sido utilizados alguma vez, verificou-se que dois deles eram métodos classificados como sendo masculinos, isto é, que dependem principalmente da ação do homem. O terceiro, que registrava percentagem de utilização bastante alta em comparação com os resultados obtidos para o distrito de São Paulo e para a cidade do Rio de Janeiro, referia-se aos contracepti-

vos orais.

Quanto a este último, o fato de mais de 50,00% dos casais onde as mulheres tinham idade entre 15 e 34 anos, por ocasião da entrevista, terem alegado sua utilização, parece, à primeira vista, incoerente por se tratar de um método caro em relação aos níveis de renda registrados para a população em estudo. Todavia, essa ocorrência deveu-se à existência de um ambulatório médico na área, instalado aproximadamente um ano antes da realização deste estudo, que além de esterilizar sua adoção, distribuí-a gratuitamente à população feminina em idade fértil residente no Bairro e arredores.

Levando-se em conta que este último método havia sido recentemente introduzido em condições especiais para a população em estudo, com efeitos ainda bastante reduzidos nos níveis de fecundidade registrados por ocasião da entrevista, deve-se atribuir aos demais métodos mencionados, principalmente ao condom e ao coito interrompido, o papel mais importante na redução dos níveis de fecundidade dos casais em estudo, particularmente no que se refere aos "não-rurais-rurais".

CONCLUSÕES

As conclusões abaixo especificadas referem-se aos casais residentes no Bairro Jardim das Oliveiras, na cidade de Campinas, em 1968, cujas mulheres, vivendo em companhia do marido, tinham, na ocasião, entre 15 e 49 anos de idade.

1. A população estudada caracterizou-se por apresentar uma alta fecundidade, com um número médio de 4.51 gestações e 3.68 nascidos vivos por mulher.

2. A alta fecundidade registrada para a população estudada era um reflexo dos níveis verificados para os casais onde ambos os cônjuges eram de origem rural, que apresentavam um número médio superior em 2.28 gestações e 1.84 nascidos vivos por mulher, em relação àqueles onde um ou ambos eram de origem urbana.

3. A história reprodutiva das mulheres de cada um dos grupos de casais caracterizou-se por um padrão bem distinto para as "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais", com as primeiras estabilizando seu nível de fecundidade no período que vai de 3 a 9 anos após o casamento e as segundas tão somente no período de 15 a 19 anos após o início da união.

4. O tamanho médio esperado da família para os homens e mulheres "não-rurais-rurais" era menor que o número médio ideal de filhos declarado pelos mesmos. Tanto para os homens como para as mulheres "rurais-rurais", o tamanho médio esperado da família era maior que o número médio ideal de filhos.

5. Quando se considerou os homens e as mulheres segundo as idades destas últimas por ocasião da entrevista - 15 a 34 e 35 a 49 anos - verificou-se para as "rurais-rurais", que apenas para os homens com mulheres no segundo grupo etário, o número médio ideal de filhos era superior ao tamanho médio esperado da família. Para os cônjuges de ambos os sexos dos casais "não-rurais-rurais", com mulheres tanto no primeiro como no segundo grupo etário, o número ideal de filhos era sempre superior ao tamanho médio esperado da família.

6. Tomando-se o tamanho médio esperado da família como um indicador dos ideais de fecundidade da população estudada, observou-se que os casais mais jovens encontravam-se passando por um processo de transição em seu comportamento reprodutivo.

7. Para os "não-rurais-rurais", somente o fato de a mulher ser ou não alfabetizada era o que acarretava variações significantes no nível de fecundidade do casal, medida em termos do número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher.

8. Para os "rurais-rurais", a alfabetização de ambos os cônjuges, e não apenas a das mulheres, era importante na determinação dos níveis de fecundidade do casal, enquanto medido em termos do número médio de gestações por mulher. O mesmo fato não se verificou quando se utilizou o número médio de nascidos vivos por mulher, ficando demonstrado que apenas o fato da mulher ser ou não alfabetizada é que determinava variações nesse número.

9. Em relação ao grau de escolaridade, apenas para os casais "não-rurais-rurais" ficou demonstrado que alterações no grau de escolaridade dos homens e das mulheres acarretavam variações significantes no número médio de gestações e de nascidos vivos por mulher.

10. Para os "não-rurais-rurais", mantendo-se o grau de escolaridade dos homens constante quando estes não haviam frequentado escola ou tinham curso primário incompleto, e variando-se o das mulheres, as diferenças registradas no número médio de gestações e nascidos vivos por mulher eram significantes. Esta ocorrência verificou-se também em relação aos homens, somente quanto ao número médio de nascidos vivos por mulher, isto é, quando ambos os cônjuges não haviam frequentado escola ou tinham curso primário incompleto, o fato de o grau de escolaridade do homem passar a ser de curso primário completo ou de secundário incompleto ou completo, acarretava variações significantes no número médio de nascidos vivos por mulher.

11. O fato de as mulheres "não-rurais-rurais" apre-

completarem curso primário completo parece ser o ponto crítico de transição para um tamanho "moderno" de família, enquanto que para os homens do mesmo grupo, principalmente quando se mencionava a fecundidade em termos do número médio de gestações, os resultados sugerem que esse ponto crítico se situa um pouco mais além desse grau de escolaridade.

12. Para os "rurais-rurais", tanto a educação formal como a fixação de residência em uma área urbana caracteristicamente industrial, parecem não representar experiências dissociativas suficientes, em relação ao sistema social de origem, para conduzir a uma identificação com valores e comportamentos urbanos, no que se refere à fecundidade.

13. Não ficou demonstrado que variações na ocupação do marido e na renda "per capita" mensal da família, por ocasião da entrevista, acarretavam alterações significantes no nível de fecundidade de nenhum dos grupos.

14. As variáveis intermediárias referente à idade de entrada das mulheres em uniões sexuais e a esterilidade feminina por causas voluntárias registraram, praticamente, os mesmos valores de fecundidade para os casais "não-rurais-rurais" e "rurais-rurais".

15. As variáveis intermediárias referentes à esterilidade feminina por causas involuntárias, bem como à mortalidade fetal por causas voluntárias ou involuntárias apresentaram valores de fecundidade negativos em maior grau para os casais "rurais-rurais".

16. A variável intermediária referente ao uso de contracepção apresentou valor de fecundidade negativo em maior grau para os casais "não-rurais-rurais". Assim, ainda que tenham sido bem similares as percentagens de casais dos dois grupos que mencionaram ter utilizado em alguma ocasião um método contraceptivo, verificou-se que os "não-rurais-rurais" iniciavam a utilização mais precocemente dentro da união.

17. Os métodos anticoncepcionais mencionados como tendo sido usados em alguma ocasião pela maioria dos casais de ambos os grupos foram o condom, o coito interrompido e os

comprimidos orais. Estes últimos, entretanto, haviam sido introduzidos recentemente em condições especiais para a população em estudo, com efeitos ainda bastante reduzidos nos níveis de fecundidade registrados à época da entrevista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abu-Lughod, Janet

- 1965 "The emergence of differential fertility in urban Egypt." *The Milbank Memorial Fund Quarterly* XLIII (April), pp 212-253.

Barclay, George K.

- 1966 *Techniques of Population Analysis*. New York: John Wiley & Sons, Inc.

Berent, Jerzy

- 1952 "Fertility and social mobility." *Population Studies* 5 (March), pp 1:244-260.

Berquó, Elza S. e C. F. F. Camargo (ed.)

- 1970 *Estudo da Fertilidade*. São Paulo: CEDIP/CEBRAP (mimeografado)

Berquó, Elza S. e outros

- 1968 "Levels and variations in fertility in São Paulo." *The Milbank Memorial Fund Quarterly* XLVI (July), Part 2:167-185.

Bogue, Donald F.

- 1965 *Inventory, Explanation and Evaluation by Interview of Family Planning Motives - Attitudes - Knowledge - Behavior*. Chicago: Community and Family Study Center, University of Chicago.

Bologna, Italo

- 1967 "Formação da mão-de-obra industrial: o caso brasileiro." Pp. 19-214 in Luiz Pereira (ed.), *Desenvolvimento, Trabalho e Educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Camias, Julius L.

- 1968 "Assessment of registration and census data on fertility." *The Milbank Memorial Fund Quarterly* XLVI (July), Part 2:17-37.

CELADE - Centro Latino-Americano de Demografia

- 1963 *Programa de pesquisas comparativas de fecundidade en América latina*. Documento PRCFAL-8-2/Nov. 7, Santiago, Chile.

Davis, Kingsley

- 1965 "The sociology of demographic behavior." Pp. 309-331 in R.H. Morten, L. Brown e L.S. Cottrell (ed.), *Sociology Today: Problems and Prospects*. New York: Harper & Row, Publishers.

Davis, Kingsley

- 1963 "Current items - the theory of change and response in modern demographic history." *Population Index* 29 (October):343-366.

Davis, Kingsley & Judith Blake

- 1956 "Social structure and fertility: an analytic framework." *Economic Development and Cultural Change* 4(April):211-235.

DMPS-FCM-UEC

- 1968 Resultados Preliminares do Recenseamento do Bairro Jardim dos Oliveiras, Campinas; Universidade Estadual de Campinas. (mimeografado).

Ducoff, Louis J.

- 1965 "The role of migration in the demographic development of Latin America." *The Milbank Memorial Fund Quarterly* XLIII (October) Part 2:197-216.

Duncan, Otis Dudley

- 1965 "Farm background and differential fertility." *Demography* 2:241-249.

Freedman, Ronald

- 1962 "The sociology of human fertility: a trend report and bibliography." *Current Sociology* 10/11:35-121.
- 1965a "Statement by the moderator." *World Population Conference. Summary Reports of Meetings* 1:36-49.
- 1965b "The transition from high to low fertility: challenge to demographers." *Population Index* 31 (October), no 4:417-430.

Freedman, Ronald and Deborah Freedman

- 1956 "Farm-reared elements in the non-farm population." *Rural Sociology* 21 (March), no 1:51-61.

Freedman, Ronald & Doris P. Sleatiger

- 1961 "Fertility differentials for the indigenous non-farm population of the United States." *Population Studies* 15 (November):161-173.

Freedman, Ronald & Harry Sharp

- 1954 "Correlates of values about ideal family size in the Detroit Metropolitan Area." *Population Studies* 8 (July):35-45.

Freedman, Ronald, Lolagene C. Coombs and Judith Friedman

- 1966 "Social correlates of fetal mortality." *The Milbank Fund Quarterly* XLIV (July), no 3, Part 1:327-344.

Gendell, Murray

- 1967 "Fertility and development in Brazil." *Demography*, 4 (1):143-157.

Goldberg, David

- 1959 "The fertility of two-generation urbanites." *Population Studies* 12(March):214-222.
- 1960 "Another look at the Indianapolis fertility data." *The Milbank Memorial Fund Quarterly* XXXVIII (January):23-36.

Greenfield, Sidney M.

- 1967 "Industrialization and the family in sociological theory." *The American Journal of Sociology* 61:312-322.

Heberle, Rudolf

- 1941 "Social factors in birth control." *American Sociological Review* VI (December), no 6:794-805.

Hill, R., J. Mayone Stycoo & R.W. Back

- 1955 "Family action potentials and fertility planning in Puerto Rico." Pp. 42-62 in *Current Research in Human Fertility*. New York: Milbank Memorial Fund.
- 1959 *The Family and Population Control: A Puerto Rican Experiment in Social Change*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Horwitz, A. & M.H. Burke

- 1966 "Health, population and development." Pp. 145-195 in J. Mayone Stycoo & J. Aries (ed.), *Population Problems in Latin America*. Washington: Potomac Books, Inc. Publishers.

Hutchinson, Bertram

- 1961 "Fertility, social mobility and urban migration in Brazil." *Population Studies* 14(March):182-189.
- 1963 "The migrant population of urban Brazil." *America Latina* 6 (April-June):41-71.
- 1964 "Induced abortion in Brazilian married women." *America Latina* 7, no 4 (outubro-Dezembro):21-35.

Jaco, G. Gertly and Ivan Belknap

- 1963 "Is a new family form emerging in the urban fringe?" *American Sociological Review*, 18 (October) 53:551-557.

Jaffe, Abraham J.

- 1942 "Urbanization and fertility." *American Journal of Sociology* XLVIII (July):444-62.

Kiser, C.V. e Whelpton, P.A. (eds.)

- 1963/ Social and Psychological Factors Affecting Fertility.
58 New York: Milbank Memorial Fund (5 vols. 1-138,
139-466, 467-799, 800-1086, 1087-1372).

Kiser, Clyde V. (ed.)

- 1962 Research in Family Planning. Princeton, New Jersey:
Princeton University Press.
1967 Estudios de Demografia. New York: Milbank Memorial
Fund.

Lorimer, Frank e outros

- 1954 Culture and Human Fertility. Paris: UNESCO.

Méndez B., Alfredo

- 1970 "Modernization as strategy in nutrition and mental
development research." Guatemala City: Universidad
del Valle. (mimeografado)

Milanesi, Maria Lucila

- 1970 O Aborto Provocado. São Paulo: Livraria Pioneira
Editora, Editora da Universidade de São Paulo.

Miró, Carmen A.

- 1965 "Un programa de encuestas comparativas de fecundidad
en la America Latina: refutacion de algunos concep-
tos erroneos." Pp. 169-186 in Planificacion Familiar
y Programas de Poblacion. Bogotá: Ediciones Tercer
Mundo.
1966 "The population of twentieth century Latin America."
Pp. 1-32 in J. Mayens Stykes e J. Arlos (ed.)
Population Dilemma in Latin America. Washington:
Potomac Books, Inc. Publishers.

Miró, Carmen A. e Ferdinand Rath

- 1965 "Preliminary findings of comparative fertility
surveys in three Latin American cities." The Milbank
Memorial Fund Quarterly XLIII (October) Part 2: 36-62.

Miró, Carmen A. e M. Noriega

- 1968 "Influences affecting fertility in urban and rural
Latin America." The Milbank Memorial Fund Quarterly
XLVI (July), Part 2: 79-117.

Nortens, Giorgio

- 1954 "The development and structure of Brazil's
population." Population Studies 8 (November), no. 2:
141-159.
1963 "A fecundidade da mulher no Brasil segundo as unida-
des da federação." Revista Brasileira de Estatística
XXIV, no. 93/94 (Janeiro-Junho).

OMS - Organização Mundial da Saúde

- 1964 Classificação Internacional de Doenças
Revisão 1959, Volume I, Organização Pan-Americana
da Saúde, Washington.

Robinson, Warren C.

- 1961 "Urban-rural differences in Indian fertility."
Population Studies XIV (March), nº 3:219-235.
- 1963 "Urbanization and fertility: the non-Western
experience." The Milbank Memorial Fund Quarterly
XLI (July), nº 3:291-308.

Hyder, N.B.

- 1965 "The cohort as a concept in the study of social
change." American Sociological Review 30(December),
nº 6:842-861.

Saunders, J.V.D.

- 1958 Differential Fertility in Brazil. Gainesville:
University of Florida Press.

Scott, Joseph W.

- 1967 "Sources of social change in community, family, and
fertility in a Puerto Rico town." The American
Journal of Sociology 72 (May), nº 6:521-531.

Sereto S/A, e Prefeitura Municipal de Campinas

- 1970 Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado:
Campinas 1970. Campinas: Escritório Municipal de
Planejamento.

Smith, T. Lynn

- 1958 "The reproduction rate in Latin America: Levels,
differentials and trends." Population Studies 12
(July):4-17.
- 1965 "O crescimento de população na América Latina."
Pp. 144-154 in Panorama da População Mundial. Rio
de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

Spengler, Joseph J.

- 1966 "Values and fertility analysis." Demography 3:109-
130.

Stycon, J. Mayone

- 1966 "Demography and the study of population problems in
Latin America." Pp. 228-244 in J. Mayone Stycon e
J. Arias (ed.), Population Dilemmas in Latin America.
Washington: Potomac Books, Inc. Publishers.

Stys, W.

- 1957 "The influence of economic conditions on the
fertility of peasant women." Population Studies XI
(November), Part 2:136-148.

Sussman, Marvin B.

- 1970 "Competence and options: a theoretical essay." Cleveland: Case Western Reserve University. (mimeografado).

Tien, H. Yuan

- 1968 "The intermediate variables, social structure, and fertility change: a critique." *Demography* 5(1):138-157.

United Nations, Statistical Office

- 1953 "Principles for a vital statistics system." Statistical Papers, Series M(19).

Waisanen, Fred B.

- 1969 *Actors, Social Systems, and the Modernization Process*. Pp. 1-16, in Carnegie Seminar Publications. Bloomington: Department of Government, Indiana University.
- 1970 "Coping with urbanity: the case of the recent migrant to Santiago de Chile." Pp. 189-200 in Eugene Brody (ed.), *Behavior in New Environments*. Beverly Hills: Sage Publications.

Waisanen, Fred B. e Eugenio Fonseca T.

- 1970 "Social stratum and restricted life chances." East Lansing: Michigan State University. (mimeografado).

Waisanen, Fred B. and Jerome T. Durlak

- 1967 "Mass media use, information source evaluation, and perceptions of self and nation." *The Public Opinion Quarterly* 31 (Fall):400-406.

Westoff C. e C.V. Kiser

- 1953 "Social and psychological factors affecting fertility." *The Milbank Memorial Fund Quarterly* XXXI:521-535.

Yaukey, David

- 1969 "On theorizing about fertility." *The American Sociologist* 4(May):100-104.

Zarate, Alvan C.

- 1967a "Some factors associated with urban-rural fertility differentials in Mexico." *Population Studies* 21 (November) no. 3:283-295.
- 1967b "Fertility in urban areas of Mexico: implications for the theory of the demographic transition." *Demography* 4(1):313-323.

ANEXO I

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O MARIDO

1 - Ideais de Fecundidade:

1. Em sua opinião qual é a melhor idade para um homem se casar?
2. Por que o senhor acha que ____ anos é a melhor idade para um homem se casar? (MENCIONE A IDADE QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 1)
3. Por que o senhor acha que um homem não deve se casar antes dos ____ anos? (IDEM À PERGUNTA 2)
4. Por que o senhor acha que um homem não deve se casar depois dos ____ anos? (IDEM À PERGUNTA 2)
5. Quando o senhor se casou, quantos anos tinha? (ou: Que idade o senhor tinha quando se casou?)
6. (SE A IDADE DO ENTREVISTADO AO SE CASAR NÃO COINCIDIR COM A IDADE CITADA NA RESPOSTA À PERGUNTA 1, PERGUNTE:) Por que o senhor se casou com ____ anos? (MENCIONE A IDADE QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 5)
7. Em sua opinião, qual é a melhor idade para uma mulher se casar?
8. Por que o senhor acha que ____ anos é a melhor idade para uma mulher se casar? (MENCIONE A IDADE QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 7)
9. Por que o senhor acha que uma mulher não deve se casar antes dos ____ anos? (IDEM À PERGUNTA 8)
10. Por que o senhor acha que uma mulher não deve se casar depois dos ____ anos? (IDEM À PERGUNTA 8)
11. Em sua opinião, qual seria o melhor número (ou número mais conveniente, ou número ideal) de filhos que o senhor gostaria (ou teria gostado de ter?)

12. Por que o senhor não gostaria (ou não teria gostado) de ter mais de ____ filhas? (MENCIONE O NÚMERO QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 11)
13. Por que o senhor não gostaria (ou não teria gostado) de ter menos de ____ filhas? (IDEM À PERGUNTA 12)
14. Se um homem se casa com a idade de ____ anos, quanto tempo acredita o senhor que deveria passar entre o casamento e o nascimento do primeiro filho? (MENCIONE A IDADE QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 11)
15. Por que o senhor acha que ____ anos (ou meses) é o espaço de tempo mais indicado (ou certo, ou melhor)? (Por que não mais, por que não menos?) (MENCIONE O TEMPO CITADO NA RESPOSTA À PERGUNTA 14)
16. Quanto tempo o senhor acredita que deve passar entre o nascimento de um filho e o nascimento do filho seguinte?
17. Por que o senhor acha que ____ anos (ou meses) é o espaço de tempo mais indicado (ou certo, ou melhor) entre o nascimento de um filho e o nascimento do filho seguinte? (MENCIONE O TEMPO CITADO NA RESPOSTA À PERGUNTA 16)
18. Com que idade o senhor acredita que um homem deve ter seu último filho?
19. Em seu caso pessoal, com quantos anos de idade o senhor gostaria (ou teria gostado) de ter seu último filho?
20. Por que o senhor acha que a idade de ____ anos é a idade de mais indicada para um homem ter seu último filho? (Por que não mais, por que não menos?) (MENCIONE A IDADE QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 18)
21. USE AS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS 18 E 19 NÃO COINCIDEM, PERGUNTE: Por que o senhor, em seu caso particular, gostaria (ou teria gostado) de ter seu último filho com ____ anos? (MENCIONE A IDADE QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 19)

II- Motivos para uma Alta ou Baixa Fecundidade:

22. Existem famílias grandes e famílias pequenas. Com quantos filhos o senhor acha que uma família é grande? (ou para que seja grande, quantos filhos deve ter uma família?)
23. O senhor acha que é melhor ou pior para o pai ter ____ ou mais filhos? (MENCIONE O NÚMERO QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 22)
24. Por que o senhor acha melhor (ou pior) para o pai ter ____ ou mais filhos? (IDEM À PERGUNTA 23)
25. O senhor acha que é melhor ou pior para a mãe ter ____ ou mais filhos? (IDEM À PERGUNTA 23)
26. Por que o senhor acha que é melhor (ou pior) para a mãe ter ____ ou mais filhos? (IDEM À PERGUNTA 23)
27. O senhor acha que é melhor ou pior para os filhos que sejam em ____ ou mais irmãos? (IDEM À PERGUNTA 23)
28. Por que o senhor acha que é melhor (ou pior) para os filhos que sejam ____ ou mais irmãos? (IDEM À PERGUNTA 23)
29. Com quantos filhos o senhor acha que uma família é pequena? (ou para que uma família seja pequena, quantos filhos deve ter?)
30. O senhor acha que é melhor ou pior para o pai ter ____ filhos ou menos? (MENCIONE O NÚMERO QUE O ENTREVISTADO CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 29)
31. Por que o senhor acha melhor (ou pior) para o pai ter ____ filhos ou menos? (IDEM À PERGUNTA 30)
32. O senhor acha que é melhor ou pior para a mãe ter ____ filhos ou menos? (IDEM À PERGUNTA 30)
33. Por que o senhor acha que é melhor (ou pior) para a mãe ter ____ filhos? (IDEM À PERGUNTA 30)
34. O senhor acha que é melhor ou pior para os filhos ter ____ irmãos ou menos? (IDEM À PERGUNTA 30)

35. Por que o senhor acha que é melhor (ou pior) para os filhos ter ____ irmãos ou menos? (IDEM À PERGUNTA 30)

III-Alguns aspectos explicativos da fecundidade:

36. O senhor sabe ler? (SE O ENTREVISTADO RESPONDEU AFIRMATIVAMENTE A PERGUNTA ANTERIOR, FAÇA AS PERGUNTAS 37 E 38)
37. O senhor lê jornais? (SE SIM: Com que frequência (ou quantas vezes por mês) o senhor lê jornais?)
38. O senhor lê revistas? (SE SIM: Que tipo de revista o senhor costuma ler? e, com que frequência (ou quantas vezes por mês) o senhor lê revistas?)
39. O senhor tem rádio em sua casa? (SE SIM: Que tipo de programa o senhor gosta mais de ouvir?)
40. O senhor tem televisão em sua casa? (SE SIM: Que programas o senhor gosta mais de assistir?)
41. Qual é a religião do senhor?
42. O senhor sempre teve essa religião? (SE NÃO: pergunte qual a religião anterior, quando mudou de religião e por que mudou?)
43. Quantas vezes por mês (ou com que frequência) o senhor vai à igreja?
44. (COMENTE PARA OS CATÓLICOS:) Com que frequência (ou quantas vezes por mês) o senhor comunga?
45. Que tipo de profissão o senhor gostaria (ou seria obrigado) que seus filhos (e filhas) tivessem?
46. O senhor preferiria ter filhos homens ou mulheres?
47. No caso do senhor ter filhos (ou filhas), até quantos filhos (ou filhas) gostaria até o nascimento de um menino (ou menina)?

IV-Características pessoais do entrevistado:

48. Em que lugar o senhor nasceu? (CIDADE, E. FAIZ, PAÍS)
- Em que data?

49. Quando o senhor nasceu, seus pais moravam na cidade ou na roça?
50. Desde seu nascimento, em que localidades o senhor morou? (anote pela ordem as localidades onde o entrevistado residiu; o tempo aproximado de residência em cada localidade, especificando sempre se zona rural ou urbana, e os motivos de mudança)
51. O senhor sabe quantos filhos sua mãe teve, incluindo-se nascidos mortos, nascidos vivos falecidos e abortos?
52. Entre todos os filhos que sua mãe teve, qual a posição do senhor na ordem de nascimentos? (primeiro, segundo, terceiro filho etc.)
53. Se o senhor pudesse escolher, onde preferiria morar, na roça ou na cidade (ou na cidade ou na zona rural)?
54. Por que o senhor preferiria morar (ou prefere morar) na roça (ou na cidade)?
55. Qual é a profissão do senhor? (OBTENHA OS MAIORES DETALHES POSSÍVEIS)
56. O senhor teve alguma outra ocupação?
57. Qual foi (ou foram) essa(s) ocupação(ões)? (OBTENHA OS MAIORES DETALHES POSSÍVEIS)
58. Até que ano de escola o senhor frequentou?
59. Até que ano de escola o pai do senhor frequentou?
60. Até que ano de escola a mãe do senhor frequentou?
61. Qual era a ocupação de seu pai quando o senhor tinha entre 15 e 20 anos de idade? (ou qual é a ocupação atual de seu pai? - para os entrevistados que atualmente estejam empregados em alguma fazenda etc.) (OBTENHA OS MAIORES DETALHES POSSÍVEIS)
62. Depois dessa ocupação o pai do senhor teve outras ocupações (ou empregos)? Se sim: quais? (OBTENHA OS MAIORES DETALHES POSSÍVEIS)

63. NÃO PERGUNTE: Anote simplesmente a cor do entrevistado.

V - História das Uniões:

64. Em que mês e ano o senhor se casou?

65. Então, que idade o senhor tinha quando se casou?

66. O senhor é casado no civil e no religioso?

67. (SE FÔR CASADO APENAS NO CIVIL ou APENAS NO RELIGIOSO ou UNIDO LIVREMENTE, PERGUNTE:) Por que o senhor se casou só no civil? (ou no religioso, ou por que o senhor não se casou)?

68. Este é seu primeiro casamento (ou união)?

(SE O ENTREVISTADO TEVE OUTRAS UNIÕES, FAÇA AS PERGUNTAS 69 a 74)

69. Em que mês e ano o senhor se casou pela primeira vez (ou segunda vez)?

70. Então, que idade o senhor tinha quando se casou pela primeira vez (ou segunda vez)?

71. Em seu primeiro (ou segundo) casamento o senhor se casou no civil e no religioso?

72. (SE FÔR CASADO PELA PRIMEIRA ou SEGUNDA VEZ SÓ NO CIVIL ou SÓ NO RELIGIOSO ou UNIDO LIVREMENTE, PERGUNTE:) Por que o senhor em seu primeiro (ou segundo) casamento se casou só no civil (ou só no religioso ou por que o senhor não se casou em sua primeira (ou segunda) união?

73. Em que mês e ano terminou seu primeiro (ou segundo) casamento?

74. Como terminou seu primeiro (ou segundo) casamento? (selecção, desquite, separação)

VI - Conhecimento e Uso de Métodos Anticoncepcionais. Atitudes frente o Aborto.

75. O senhor sabe que a mulher tem dias nos quais, mesmo mantendo relações sexuais, ela não fica grávida?

76. (SE A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR FOI POSITIVA, PERGUNTE:) Quais são esses dias?
77. (SE A RESPOSTA À PERGUNTA 75 FOI NEGATIVA, PERGUNTE:) Em que dias entre uma regra (menstruação) e outra é mais fácil que uma mulher fique grávida?
78. O senhor sabe se existem coisas que um homem e uma mulher podem fazer para evitar filhos?
79. Que coisas (métodos) o senhor conhece para evitar filhos? (ou o que o senhor faz para sua esposa não ficar grávida?) (SÓMENTE PARA OS QUE SABEM, FAÇA AS PERGUNTAS 80 e 81)
80. Com que idade o senhor soube pela primeira vez que existiam coisas (métodos) para evitar filhos?
81. Como o senhor ficou sabendo que existiam coisas (métodos) para evitar filhos? (ou quem lhe falou de que existiam coisas (métodos) para evitar filhos?)
82. O senhor acha que um homem e uma mulher devem usar coisas (métodos) para evitar filhos?
83. Por que o senhor acha que um homem e uma mulher devem (ou não devem) usar coisas (métodos) para evitar filhos?
84. Em que circunstâncias (ou situação, ou caso) o senhor acha que um homem e uma mulher devem usar coisas (métodos) para evitar filhos? Por que?
85. Em que circunstâncias (ou situação, ou caso) o senhor acha que um homem e uma mulher não devem usar coisas (métodos) para evitar filhos? Por que?
86. O senhor e sua esposa usam alguma coisa (método) para evitar filhos?
87. (SÓMENTE PARA OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE): O senhor e sua esposa já usaram alguma vez qualquer coisa (método) para sua esposa não ficar grávida?
88. Que coisa (método) o senhor e sua esposa usam atualmente (ou usaram) para evitar filhos?

89. Que outras coisas (métodos) o senhor e sua esposa já usaram para evitar filhos?

90. PARA CADA UM DOS MÉTODOS CITADOS, PERGUNTE:

- a. Como o senhor ficou sabendo que ____ era uma coisa (método) para evitar filhos?
- b. Quando (ou com que idade) ficou o senhor sabendo que ____ era uma coisa (método) para evitar filhos?
- c. Quando o senhor (ou sua esposa) usou pela primeira vez ____ para evitar filhos? (com que idade, em que período de casado, antes ou depois do nascimento do que filho?
- d. Durante quanto tempo o senhor (ou sua esposa) usou ____ para evitar filhos?
- e. Por que o senhor (ou sua esposa) deixou de usar ____ para evitar filhos?
- f. Durante o período em que o senhor (ou sua esposa) usou ____ para evitar filhos sua senhora ficou grávida? Por que?

91. O que pensa sua esposa sobre o uso de coisas (métodos) para evitar filhos? (Está de acordo, não está de acordo, não se manifesta)

92. Por que sua esposa está (ou não está) de acordo com o uso de coisas (métodos) para evitar filhos?

93. Quem decide sobre se devem usar e qual a coisa (método) a ser usada, o senhor ou sua esposa?

94. O senhor concorda ou não que uma mulher grávida pratique um aborto? (ou em que situação (circunstâncias, caso) o senhor aceita que uma mulher pratique um aborto?)

95. Quem, na opinião do senhor, deve decidir se uma mulher deve ou não praticar um aborto?

-Desejo de ter mais filhos:

96. Antes do nascimento de seu último filho, o senhor queria ou não (desejava) ter mais filhos?

97. (SOMENTE PARA OS QUE AS ESPÔSAS ESTEJAM ATUALMENTE GRÁVIDAS): Antes desta última gravidez de sua esposa o senhor queria ou não ter mais filhos?
98. (PARA OS QUE RESPONDEREM AFFIRMATIVAMENTE ÀS PERGUNTAS 96 ou 97): Antes do nascimento de seu último filho (ou antes desta última gravidez de sua esposa) quantos filhos mais o senhor queria (desejava) ter?
99. (IDEM À PERGUNTA ANTERIOR): Por que o senhor queria ter mais filhos?
100. (PARA OS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE ÀS PERGUNTAS 96 ou 97): Por que o senhor não queria ter mais filhos?
101. O senhor acredita que se o senhor e sua esposa tivessem tido menos filhos, poderiam ter outras coisas que agora não têm?
102. O senhor deixaria de ter um filho para ter mais conforto em casa?
103. (SE AFFIRMATIVA A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR): Que coisas?
104. E sua esposa, ela quer ou não mais filhos? Por que?
105. (SE AFFIRMATIVA A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR): Quantos filhos mais sua esposa gostaria de ter?
106. O senhor conversou alguma vez com sua esposa sobre o número de filhos que gostariam de ter?
107. (SE AFFIRMATIVA A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR): O senhor e sua esposa estão de acordo a respeito do número de filhos que desejariam ter (ou ter tido)?
108. (SE NEGATIVA A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR): Por que o senhor e sua esposa não estão de acordo?

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A ESPÓSA

I - Ideais de Fecundidade:

1. Em sua opinião qual é a melhor idade para uma mulher se casar?
2. Por que a senhora acha que ____ anos é a melhor idade para uma mulher se casar? (MENCIONE A IDADE QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 1)
3. Por que a senhora acha que uma mulher não deve se casar antes dos ____ anos? (IDEM À PERGUNTA 2)
4. Por que a senhora acha que uma mulher não deve se casar depois dos ____ anos? (IDEM À PERGUNTA 2)
5. Quando a senhora se casou, quantos anos tinha? (ou que idade a senhora tinha quando se casou?).
6. (SE A IDADE DA ENTREVISTADA AO SE CASAR NÃO COINCIDIR COM A IDADE CITADA NA RESPOSTA À PERGUNTA 1, PERGUNTE:) Por que a senhora se casou com ____ anos? (MENCIONE A IDADE QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 1)
7. Em sua opinião, qual é a melhor idade para um homem se casar?
8. Por que a senhora acha que ____ anos é a melhor idade para um homem se casar? (MENCIONE A IDADE QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 7)
9. Por que a senhora acha que um homem não deve se casar antes dos ____ anos? (IDEM À PERGUNTA 8)
10. Por que a senhora acha que um homem não deve se casar depois dos ____ anos? (IDEM À PERGUNTA 8)
11. Em sua opinião, qual seria o melhor número (ou número mais conveniente, ou número ideal) de filhos que a senhora gostaria (ou teria gostado) de ter?
12. Por que a senhora não gostaria (ou não teria gostado) de ter mais de ____ filhos? (MENCIONE O NÚMERO QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 11)

13. Por que a senhora não gostaria (ou não teria gostado) de ter menos de ____ filhos? (IDEM À PERGUNTA 12)
14. Se uma mulher se casa com a idade de ____ anos, quanto tempo a senhora acha que deveria passar entre o casamento e o nascimento do primeiro filho? (MENCIONE A IDADE QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 11)
15. Por que a senhora acha que ____ anos (ou meses) é o espaço de tempo mais indicado (ou certo, ou melhor)? (por que não mais, por que não menos?) (MENCIONE O TEMPO CITADO NA RESPOSTA À PERGUNTA 14)
16. Quanto tempo a senhora acredita que deve passar entre o nascimento de um filho e o nascimento do filho seguinte?
17. Por que a senhora acha que ____ anos (ou meses) é o espaço de tempo mais indicado (ou certo, ou melhor) entre o nascimento de um filho e o nascimento do filho seguinte? (MENCIONE O TEMPO CITADO NA RESPOSTA À PERGUNTA 16)
18. Com que idade a senhora acredita que uma mulher deve ter seu último filho?
19. Em seu caso pessoal, com quantos anos de idade a senhora gostaria (ou teria gostado) de ter seu último filho?
20. Por que a senhora acha que a idade de ____ anos é a idade mais indicada para uma mulher ter seu último filho? (por que não mais, por que não menos?) (MENCIONE A IDADE QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 18)
21. (SE AS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS 18 e 19 NÃO COINCIDEM, PERGUNTE:) Por que a senhora, em seu caso particular, gostaria (ou teria gostado) de ter seu último filho com ____ anos? (MENCIONE A IDADE QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 19)

11 - Motivos para uma Alta ou Baixa Fecundidade:

22. Existem famílias grandes e famílias pequenas. Com quantos filhos a senhora acha que uma família é grande? (ou para que seja grande, quantos filhos deve ter uma família?)
23. A senhora acha que é melhor ou pior para a mãe ter ____ ou mais filhos? (MENCIONE O NÚMERO QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 22)
24. Por que a senhora acha melhor (ou pior) para a mãe ter ____ ou mais filhos? (IDEM À PERGUNTA 23)
25. A senhora acha que é melhor ou pior para o pai ter ____ ou mais filhos? (IDEM À PERGUNTA 23)
26. Por que a senhora acha que é melhor (ou pior) para o pai ter ____ ou mais filhos? (IDEM À PERGUNTA 23)
27. A senhora acha que é melhor ou pior para os filhos que sejam em ____ ou mais irmãos? (IDEM À PERGUNTA 23)
28. Por que a senhora acha que é melhor (ou pior) para os filhos que sejam ____ ou mais irmãos? (IDEM À PERGUNTA 23)
29. Com quantos filhos a senhora acha que uma família é pequena? (ou para que uma família seja pequena, quantos filhos deve ter?)
30. A senhora acha que é melhor ou pior para a mãe ter ____ filhos ou menos? (MENCIONE O NÚMERO QUE A ENTREVISTADA CITOU NA RESPOSTA À PERGUNTA 29)
31. Por que a senhora acha melhor (ou pior) para a mãe ter ____ filhos ou menos? (IDEM À PERGUNTA 30)
32. A senhora acha que é melhor ou pior para o pai ter ____ filhos ou menos? (IDEM À PERGUNTA 30)
33. Por que a senhora acha que é melhor (ou pior) para o pai ter ____ filhos? (IDEM À PERGUNTA 30)
34. A senhora acha que é melhor ou pior para os filhos ter ____ irmãos ou menos? (IDEM À PERGUNTA 30)

35. Por que a senhora acha que é melhor (ou pior) para os filhos ter ____ irmãos ou menos? (IDEM À PERGUNTA 30)

APÓS TER OBTIDO RESPOSTA PARA A PERGUNTA 35, OBTENHA OS DADOS DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE O FORMULÁRIO APROPRIADO. DEPOIS DE CONCLUÍDA A HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES PROSSIGA A ENTREVISTA COM A PERGUNTA NÚMERO 36.

III- Alguns aspectos explicativos da fecundidade:

36. A senhora sabe ler? (SE A ENTREVISTADA RESPONDEU AFIRMATIVAMENTE A PERGUNTA ANTERIOR, FAÇA AS PERGUNTAS 37 e 38)

37. A senhora lê jornais? (SE SIM: Com que freqüência (ou quantas vezes por mês) a senhora lê jornais?)

38. A senhora lê revistas? (SE SIM: Que tipo de revista a senhora costuma ler? e, com que freqüência (ou quantas vezes por mês) a senhora lê revistas?)

39. A senhora tem rádio em sua casa? (SE SIM: Que tipo de programa a senhora gosta mais de ouvir?)

40. A senhora tem televisão em sua casa? (SE SIM: Que programas a senhora gosta de assistir?)

41. Qual é a religião da senhora?

42. A senhora sempre teve essa religião? (SE NÃO: pergunte qual a religião anterior, quando mudou de religião e por que mudou?)

43. Quantas vezes por mês (ou com que freqüência) a senhora vai à Igreja?

44. (SOMENTE PARA AS CATÓLICAS): Com que freqüência (ou quantas vezes por mês) a senhora consunga?

45. Que tipo de profissão a senhora gostaria (ou teria gostado) que seus filhos (e filhas) tivessem?

46. Com que freqüência (ou quantas vezes por mês) a senhora costuma sair de casa?

47. Quando a senhora sai de casa é para ir aonde?
48. A senhora preferiria ter filhos homens ou mulheres?
49. No caso da senhora ter filhos (ou filhas), até quantas filhas (ou filhos) tentaria até o nascimento de uma menina (ou menino)?

IV - Características Pessoais da Entrevistada:

50. Em que lugar a senhora nasceu? (CIDADE, ESTADO, PAÍS)
Em que data?
51. Quando a senhora nasceu, seus pais moravam na cidade ou na roça?
52. Desde seu nascimento, em que localidades a senhora morou? (anote pela ordem as localidades onde a entrevistada residiu; o tempo aproximado de residência em cada localidade, especificando sempre se zona rural ou urbana, e os motivos de mudança)
53. A senhora sabe quantos filhos sua mãe teve, incluindo-se nascidos mortos, nascidos vivos falecidos e abortos?
54. Entre todos os filhos que sua mãe teve, qual a posição da senhora na ordem de nascimentos? (primeiro, segundo, terceiro filho, etc.)
55. Se a senhora pudesse escolher, onde preferiria morar, na roça ou na cidade (ou na cidade ou na zona rural)?
56. Por que a senhora preferiria morar (ou prefere morar) na roça (ou na cidade)?
57. A senhora tem ou já teve alguma ocupação remunerada?
58. Qual é (ou foi) sua ocupação? (OBTENHA OS MAIORES DETALHES POSSÍVEIS)
59. Até que ano de escola a senhora frequentou?
60. Até que ano de escola o pai da senhora frequentou?
61. Até que ano de escola a mãe da senhora frequentou?

62. Qual era a ocupação de seu pai quando a senhora tinha entre 15 e 20 anos de idade? (ou qual é a ocupação atual de seu pai? - para as entrevistadas que atualmente estejam compreendidas nessa faixa etária) (OBTENHA OS MAIORES DETALHES POSSÍVEIS)
63. Depois dessa ocupação o pai da senhora teve outras ocupações (ou empregos)? SE SIM: Quais? (OBTENHA OS MAIORES DETALHES POSSÍVEIS)
64. NÃO PERGUNTE: Anoto simplesmente a cor da entrevistada.

V - História das Uniãos:

65. Em que mês e ano a senhora se casou?
66. Então, que idade a senhora tinha quando se casou?
67. A senhora é casada no civil e no religioso?
68. (SE FÔR CASADA APENAS NO CIVIL ou APENAS NO RELIGIOSO ou UNIDA LIVREMENTE, PERGUNTE:) Por que a senhora se casou só no civil? (ou no religioso, ou por que a senhora não se casou)?
69. Este é seu primeiro casamento (ou união)? (SE A ENTREVISTADA TEVE OUTRAS UNIÕES, FAÇA AS PERGUNTAS 70 a 75)
70. Em que mês e ano a senhora se casou pela primeira vez (ou segunda vez)?
71. Então, que idade a senhora tinha quando se casou pela primeira vez (ou segunda vez)?
72. Em seu primeiro (ou segundo) casamento a senhora se casou no civil e no religioso?
73. (SE FOI CASADA PELA PRIMEIRA ou SEGUNDA VEZ SÓ NO CIVIL ou SÓ NO RELIGIOSO ou UNIDA LIVREMENTE, PERGUNTE:) Por que a senhora em seu primeiro (ou segundo) casamento se casou só no civil (ou só no religioso ou por que a senhora não se casou em sua primeira (ou segunda) união?

74. Em que mês e ano terminou seu primeiro (ou segundo) casamento?
75. Como terminou seu primeiro (ou segundo) casamento? (falecimento, desquite, separação).

VI - Conhecimento e Uso de Métodos Anticoncepcionais. Atitudes frente o Aborto:

76. A senhora sabe que a mulher tem dias nos quais, mesmo mantendo relações sexuais, ela não fica grávida?
77. (SE A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR FÔR POSITIVA, PERGUNTE:) Quais são esses dias?
78. (SE A RESPOSTA À PERGUNTA 76 FÔR NEGATIVA, PERGUNTE:) Em que dias entre uma regra (menstruação) e outra é mais fácil que uma mulher fique grávida?
79. A senhora sabe se existem coisas que um homem e uma mulher podem fazer para evitar filhos?
80. Que coisas (métodos) a senhora conhece para evitar filhos? (ou o que uma mulher pode fazer para não ficar grávida?) (SÔMENTE PARA AS QUE SABEM, FAÇA AS PERGUNTAS 81 e 82)
81. Com que idade a senhora soube pela primeira vez que existiam coisas (métodos) para evitar filhos?
82. Como a senhora ficou sabendo que existiam coisas (métodos) para evitar filhos? (ou quem lhe falou de que existiam coisas (métodos) para evitar filhos?)
83. A senhora acha que um homem e uma mulher devem usar coisas (métodos) para evitar filhos?
84. Por que a senhora acha que um homem e uma mulher devem (ou não devem) usar coisas (métodos) para evitar filhos?
85. Em que circunstâncias (ou situação, ou caso) a senhora acha que um homem e uma mulher devem usar coisas (métodos) para evitar filhos? Por que?

86. Em que circunstâncias (ou situação, ou caso) a senhora acha que um homem e uma mulher não devem usar coisas (métodos) para evitar filhos? Por que?
87. A senhora e seu marido usam alguma coisa (método) para evitar filhos?
88. (SOMENTE PARA AS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE):
A senhora já usou alguma vez qualquer coisa (método) para não ficar grávida?
89. Que coisa (método) a senhora e seu marido usam atualmente (ou usaram) para evitar filhos?
90. Que outras coisas (métodos) a senhora e seu marido já usaram para evitar filhos?
91. PARA CADA UM DOS MÉTODOS CITADOS, PERGUNTE:
- Como a senhora ficou sabendo que ____ era uma coisa (método) para evitar filhos?
 - Quando (ou com que idade) a senhora ficou sabendo que ____ era uma coisa (método) para evitar filhos?
 - Quando a senhora (ou seu marido) usou pela primeira vez ____ para evitar filhos? (com que idade, em que período de casada, antes ou depois do nascimento de que filho?)
 - Durante quanto tempo a senhora ou seu marido usou ____ para evitar filhos?
 - Por que a senhora (ou seu marido) deixou de usar ____ para evitar filhos?
 - Durante o período em que a senhora (ou seu marido) usou ____ para evitar filhos a senhora ficou grávida? Por que?
92. O que pensa seu marido sobre o uso de coisas (métodos) para evitar filhos? (Está de acordo, não está de acordo, não se manifesta)
93. Por que seu marido está (ou não está) de acordo com o uso de coisas (métodos) para evitar filhos?
94. Quem decide sobre se devem usar e qual a coisa (método) a ser usada, a senhora ou seu marido?

95. A senhora concorda ou não que uma mulher grávida pratique um aborto? (ou em que situação (circunstâncias, caso) a senhora aceita que uma mulher pratique um aborto?)

96. Quem, na opinião da senhora, deve decidir se uma mulher deve ou não praticar um aborto?

VII- Desejo de ter mais filhos:

97. Antes do nascimento de seu último filho, a senhora queria ou não (desejava) ter mais filhos?

98. (SÔMENTE PARA AS QUE ESTEJAM ATUALMENTE GRÁVIDAS) : Antes desta última gravidez a senhora queria ou não ter mais filhos?

99. (PARA AS QUE RESPONDERAM AFIRMATIVAMENTE ÀS PERGUNTAS 97 ou 98): Antes do nascimento de seu último filho (ou antes desta última gravidez) quantos filhos mais a senhora queria (desejava) ter?

100. (IDEN À PERGUNTA ANTERIOR): Por que a senhora queria ter mais filhos?

101. (PARA AS QUE RESPONDERAM NEGATIVAMENTE ÀS PERGUNTAS 97 ou 98): Por que a senhora não queria ter mais filhos?

102. A senhora acredita que se a senhora e seu marido tivessem tido menos filhos, poderiam ter outras coisas que agora não têm?

103. A senhora deixaria de ter um filho para ter mais conforto em casa?

104. (SE AFIRMATIVA A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR): Que coisas?

105. E seu marido, ele quer ou não mais filhos? Por que?

106. (SE AFIRMATIVA A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR): Quantos filhos mais seu marido gostaria de ter?

107. A senhora conversou alguma vez com seu marido sobre o número de filhos que gostariam de ter?

108. (SE AFIRMATIVA A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR):

A senhora e seu marido estão de acordo e respeito
do número de filhos que desejariam ter (ou ter ti-
do)?

109. (SE NEGATIVA A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR): Por
que a senhora e seu marido não estão de acordo?

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS - FACULDADE DE MEDICINA

PROJETO JARDIM DOS OLIVEIRAS

IDENTIFICAÇÃO

(N.º PROV.)

FORMULARIO N.º : N.º DE HISTÓRIAS DAS GESTAÇÕES :

END. : N.º

BAIRRO OLIVILA :

SETOR : QUADRA : LOTE :

ENTREVISTADOR :

DATA DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA :

REVISTA POR : EM :

COMPLETADA POR : EM :

CHECADA POR : EM :

Observações :

.....

.....

.....

Perguntas :

1 Desde quando a senhora e sua família moram neste endereço?

mês :	ano :
-------	-------

2 Então em junho de 1966 a senhora e sua família moravam nesta casa?

SIM :	NAO :
-------------	-------------

3 Se **NAO** na pergunta 2 Em junho de 1966 qual era o endereço da senhora?

.....

(avermelhado, rural)

.....

(bairro, vila)

(cidade, estado)

IV. HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES

Fl. 8

NOTA PARA A ENTREVISTADORA :

OS DADOS DESTA PARTE DA ENTREVISTA PERMITEM UMA MEDIDA DA TAXA DE FECUNDIDADE, MORTALIDADE INFANTIL E A FREQUÊNCIA DE ABORTOS INDUZIDOS. É MUITO IMPORTANTE QUE A HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES DE CADA MULHER SEJA A MAIS COMPLETA POSSÍVEL. MULHERES DE MAIS IDADE E DE BAIXA INSTRUÇÃO TERÃO DIFICULDADES DE MEMÓRIA. POR FAVOR, SEJA PACIENTE E EXATA. NÃO CONCLUA A ENTREVISTA ATÉ QUE VOCE ESTEJA SEGURA DE QUE CADA GESTAÇÃO TENHA SIDO REGISTRADA NA HISTÓRIA, COM TODAS AS DATAS E OS OUTROS DETALHES ESPECIFICADOS NAS PERGUNTAS QUE SE SEQUEM. REGISTRE AS RESPOSTAS NA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES.

TENHA UMA ATENÇÃO ESPECIAL PARA AS SEGUINTE DEFINIÇÕES :

Nascido vivo : se define como o produto da concepção que manifesta algum sinal de vida (respiração, pulsação, contração muscular).

Nascido morto ou natimorto : se considera aquele parto cujo produto tenha 6 ou mais meses de gestação e não respirou nem manifestou nenhum sinal de vida.

Aborto : é a expulsão ou extração do produto de uma concepção, antes do fim do sexto mês de gestação.

espontâneo : se se produziu sem a intervenção evidente de ações dirigidas a interrompê-lo.

induzido ou provocado : se ocorreram ações (diretas ou indiretas, instrumentais ou não) deliberadamente dirigidas a impedir sua continuação.

AS ANOTAÇÕES NO QUADRO DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES DEVERÃO SER FEITAS NAS SEGUINTE LINHAS E COLUNAS :

1. Filhos nascidos vivos, atualmente vivos : em ordem cronológica, nas linhas achuradas, colunas A, B, C, D, E, F, G.
2. Filhos nascidos vivos, atualmente mortos : em ordem cronológica entre os atualmente vivos, colunas A, B, C, D, E, F, G, H, I, J.
3. Abortos provocados ou espontâneos e nascidos mortos : em ordem cronológica entre os filhos nascidos vivos, atualmente vivos ou mortos, colunas B, G, J, K.

1. A senhora teve algum filho ou esteve grávida alguma vez?	Sim 1 Não 2
EM CASO NEGATIVO SIGA COM A PERGUNTA 4. EM CASO AFIRMATIVO A. Diga-me os nomes de cada um de seus filhos atualmente vivos. Comece pelo mais velho. É homem ou mulher? Vive com a senhora? Que idade tem? (Em que mês e ano nasceu?)	EM CASO AFIRMATIVO : IMPORTANTE : EMPREGUE UMA LINHA ACHURADA PARA ANOTAR CADA FILHO ATUALMENTE VIVO NA FOLHA DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES E ESCREVA A INFORMAÇÃO NAS COLUNAS A, B, C, D, E, F, G. USE OUTRAS LINHAS PARA AS PERGUNTAS 1 D e 1 C.

(1) A senhora me disse os nomes de todos os seus filhos? Dos que moram e dos que não moram com a senhora atualmente?	Sim () Não ()
NO CASO DA ENTREVISTADA TER OUTROS FILHOS ATUALMENTE VIVOS, PARA CADA UM DELES PERGUNTE O NOME, SEXO, IDADE, MES E ANO DE NASCIMENTO	ANOTE A INFORMAÇÃO NA FOLHA DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES, PELA ORDEM DE IDADE, NAS COLUNAS A, B, C, D, E, F, G
B A senhora teve outros filhos que nasceram vivos, mas que tenham morrido?	Sim () Não ()
NO CASO DA ENTREVISTADA TER FILHOS FALECIDOS, PARA CADA UM DOS FILHOS QUE TENHA MORRIDO, INDAGUE O SEXO, MES E ANO DE NASCIMENTO, A IDADE QUE TERIA ATUALMENTE SE NÃO TIVESSE MORRIDO E A CAUSA DE MORTE	EM CASO AFIRMATIVO ANOTE CADA FILHO ATUALMENTE FALECIDO NA LINHA CORRESPONDENTE, POR ORDEM DE FALECIMENTO, ENTRE OS FILHOS VIVOS ESCREVA A INFORMAÇÃO NAS COLUNAS A, B, C, D, E, F, G, H, I, J
(1) Não teve a senhora outros filhos que tenham nascido vivos? A senhora não se esqueceu de algum que tenha vindo somente por muito pouco tempo?	Sim () Não () EM CASO NEGATIVO, A LISTA DE FILHOS NASCIDOS VIVOS ESTA COMPLETA. EM CASO AFIRMATIVO, COMPLETE A LISTA.
C Muitas mulheres têm gestações (gravidez) que terminam em nascidos mortos, perdas ou abortos. Além dos filhos nascidos vivos que a senhora me disse, teve a senhora alguma perda, aborto ou nascido morto? RECORDE AS DEFINIÇÕES DADAS NO INÍCIO DESTA SEÇÃO	Sim () Não () ANOTE CADA NASCIDO MORTO, ABORTO OU PERDA EM UMA LINHA, PELA ORDEM ENTRE OS NASCIDOS VIVOS. COMPLETE AS COLUNAS B, G, K e SE FOR POSSÍVEL, A COLUNA J
EM CASO AFIRMATIVO (1) Entre quais nascimentos ocorreu isso? Em que mês e ano ocorreu?	ANOTE ESTA INFORMAÇÃO NA COLUNA G
PARA CADA NASCIDO MORTO, PERDA OU ABORTO PERGUNTAR (2) O que causou a perda desta gravidez? A senhora interrompeu a gravidez com remédios ou introduzindo algo no útero, ou permitiu que fizessem isso?	NA COLUNA B ESPECIFIQUE SE A GESTAÇÃO TERMINOU EM UM NASCIDO MORTO, ABORTO ESPONTÂNEO OU PROVOCADO Sim — AP (Aborto Provocado) na Coluna B. Não — AE (Aborto Espontâneo) ou NM (Nascido Morto) na Coluna B

(1) Em que mês de gravidez teve o
senhora esta perda?

ANOTE ESTA INFORMAÇÃO NA COLUMNA K

2. No momento, a senhora está grávida?

Não (1)

Não estou segura, estou em dúvida, é possi-
vel (2)

Sim, estou grávida (3)

EM CASO NEGATIVO OU SE A ENTREVIS-
TADA NÃO ESTIVER SEGURA (CÓDIGO 1
OU 2 DA PERGUNTA 2), SIGA COM A
PERGUNTA 3

EM CASO AFIRMATIVO (CÓDIGO 3 DA
PERGUNTA 2)

A. (1) Em que mês de gravidez está a se-
nhora agora?

(2) Qual a data provável do nascimen-
to?

SIGA COM A PERGUNTA 3

EM CASO AFIRMATIVO :

ANOTE GA (GESTAÇÃO ATUAL) NA COLUMNA
B e NA COLUMNA G A DATA PROVAVEL DO
NASCIMENTO, UTILIZANDO-SE DA ÚLTIMA
LINHA DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES.

_____ meses ou semanas.

_____ mês, _____ ano.

GESTAÇÕES OLVIDADAS

NESTE MOMENTO DA ENTREVISTA RE-
VISE A FOLHA DA HISTÓRIA DAS GES-
TAÇÕES PARA CADA INTERVALO DE
DOIS ANOS OU MAIS ENTRE O CASA-
MENTO E O PRIMEIRO NASCIMENTO OU
PERDA ENTRE DOIS NASCIMENTOS OU
PERDAS. PERGUNTE

3. A. (1) Por que acha a senhora que não fi-
cou grávida nos _____ anos que pas-
saram entre o nascimento (aborto,
nascido morto) de _____ e (entre
seu casamento (união) e o nasci-
mento (aborto, nascido morto) de
_____?

LEIA AQUI OS NOMES DOS FILHOS. SE
SE TRATAR DE UM ABORTO OU NASCI-
DO MORTO, LEIA A DATA

REPITA ESTA PERGUNTA PARA CADA
INTERVALO DE DOIS ANOS OU MAIS.

TEXTUAL

Não sabe ()

Não responde ()

(2) Por que acha a senhora que não fi-
cou grávida nos _____ anos que
se passaram entre o nascimento
(aborto, nascido morto) de _____
e _____?

TEXTUAL

(3) Por que acha o senhor que não ficou grávida nos _____ anos que se passaram entre o nascimento (aborto, nascido morto) de _____ e _____?

Não sabe ()
 Não responde ()

TEXTUAL :

Não sabe ()
 Não responde ()

(4) Por que acha o senhor que não ficou grávida nos _____ anos que se passaram entre o nascimento (aborto, nascido morto) de _____ e _____?

TEXTUAL :

Não sabe ()
 Não responde ()

(5) Por que acha o senhor que não ficou grávida nos _____ anos que se passaram entre o nascimento (aborto, nascido morto) de _____ e _____?

TEXTUAL :

Não sabe ()
 Não responde ()

SE EXISTE UM PERÍODO DE DOIS ANOS OU MAIS DEPOIS DO ÚLTIMO NASCIMENTO OU PERDA, PERGUNTE

B. Por que acha o senhor que não ficou grávida nos _____ anos que se passaram desde o nascimento (aborto, nascido morto) de _____ e _____?

LEIA AQUI O NOME DO ÚLTIMO FILHO

TEXTUAL :

Não sabe ()

NO CASO DA ENTREVISTADA TER TIDO OUTRAS GESTAÇÕES, PEÇA AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS E ANOTE AS RESPOSTAS NA FOLHA DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES

NESTE CASO ANOTE TODA OUTRA GESTAÇÃO PELA ORDEM, ENTRE AS QUE JÁ ESTÃO ANOTADAS. SE O ESPAÇO NÃO O PERMITIR, INDIQUE O NÚMERO DE ORDEM E ANOTE ONDE EXISTAM LINHAS EM BRANCO.

SE A ENTREVISTADA NÃO ESTÁ SEGURA DE ESTAR GRAVIDA OU SE ESTA GRAVIDA (CÓDIGO 2 OU 3 DA PERGUNTA 2) CONCLUA AQUI A ENTREVISTA E PREPARE O RESUMO DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES.

SE A ENTREVISTADA NÃO ESTÁ ATUALMENTE GRAVIDA (CÓDIGO 1 DA PERGUNTA 2):

4. A senhora acha que pode ficar grávida outra vez?

TEXTUAL

- Sim, atualmente fértil (1)
 Não estou segura, estou em dúvida, possivelmente estéril (2)
 Está estéril (3)
 Não sabe ()
 Não responde ()

SE A ENTREVISTADA ESTÁ ATUALMENTE FÉRTIL (CÓDIGO 1 DA PERGUNTA 4) FAÇA AS PERGUNTAS 5 e 6, CONCLUA A ENTREVISTA E PREPARE O RESUMO DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES.

SE ESTA ESTÉRIL (CÓDIGO 3 DA PERGUNTA 4):

- A. Por que a senhora acha que não pode mais ficar grávida?

SE ESTA POSSIVELMENTE ESTÉRIL (CÓDIGO 2 DA PERGUNTA 4)

- B. Por que a senhora não está segura de poder engravidar outra vez?

- Operação deliberada, esposa (1a)
 Operação ocasional, esposa (1b)
 Operação deliberada, marido (2a)
 Operação ocasional, marido (2b)
 Esterilidade por enfermidade ou acidente do homem (3)
 Esterilidade por enfermidade ou acidente da mulher (4)
 Falta de menstruação por razões de idade (menopausa) (5)
 Lactação (6)
 Muito tempo sem gestações (7)
 Não sabe ()
 Não responde ()

5. Que membros (pessoas) da família têm ocupações remuneradas?
Quanto ganha por mês cada um deles?
6. RENDA "PER CAPITA" DA FAMÍLIA (DIVIDA A RENDA GLOBAL DA FAMÍLIA PELO NÚMERO DE MEMBROS) NC: \$ _____

NOTA PARA A ENTREVISTADORA : PREPARE O RESUMO SEGUINTE :

- (a) Filhos nascidos vivos, atualmente vivos _____
- (b) Filhos nascidos vivos, atualmente mortos _____
- (c) Número total de filhos nascidos vivos (a + b) _____
- (d) Número de abortos espontâneos _____
- (e) Número de abortos induzidos (provocados) _____
- (f) Número de nascidos mortos _____
- (g) Se a mulher está atualmente grávida _____
(CODIGO 3 DA PERGUNTA 2 - anote 1)
- (h) Número total de gestações (1) _____

(1) $c + d + e + f + g$ menos o número correspondente no caso de nascidos múltiplos: 1 no caso de gêmeos, 2 no caso de tripêmos, etc

* ANOTE GA (GESTAÇÃO ATUAL) NA COLUNA B DA FOLHA DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES E NA COLUNA G A DATA PROVÁVEL DE NASCIMENTO

DEPOIS DE CONCLUIR O RESUMO, LEIA-O EM VOZ ALTA A ENTREVISTADA. SE ELA SE RECORDAR DE ALGUMA OUTRA GRAVIDEZ, FAÇA A RETIFICAÇÃO DO RESUMO E ANOTE A INFORMAÇÃO NA FOLHA DA HISTÓRIA DAS GESTAÇÕES NA ORDEM CORRESPONDENTE

DATA _____ / 1968

Assinatura do Entrevistador

ORDEM DA CATEGORIA	NOME DO FILHO (SE NASCIDO VIVO)	TIPO DE NASCIMENTO NV - NASC VIVO NM - NASC MORTO AJ - AB EL. PONTAN AP - AB PRO. VOCAED	SEXO H - M - C	Vive o filho atualmente? S - N I - A M - O	(Se vive) Vive com o pai? S - N I - A M - O	IDADE Quanto tempo completo tem? (SE MORREU) Que idade teria se tivesse sobrevivido?	DATA DO NASCIMENTO OU DA PERDA DA GRAVIDEZ MES ANO	PARA CADA UM DOS NASCIDOS VIVOS ATUALMENTE FALECIDOS		CAUSA DA MORTE (se houver)	PARA CADA NASCIDO MORTO OU PERDA Em que mês da gravidez perdeu este filho?
								DATA DO FALECIMENTO MES ANO	IDADE QUANDO MORREU (ou tempo de vida)		
1	A	NV	M	SIM	NÃO	SIM	NÃO				
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											
12											
13											
14											
15											
16											
17											
18											
19											
20											
21											
22											
23											
24											
25											
26											
27											
28											
29											
30											
31											
32											
33											
34											
35											
36											
37											
38											
39											
40											
41											
42											
43											
44											
45											
46											
47											
48											
49											
50											
51											
52											
53											
54											
55											
56											
57											
58											
59											
60											
61											
62											
63											
64											
65											
66											
67											
68											
69											
70											
71											
72											
73											
74											
75											
76											
77											
78											
79											
80											
81											
82											
83											
84											
85											
86											
87											
88											
89											
90											
91											
92											
93											
94											
95											
96											
97											
98											
99											
100											

IMPORTANTE: DEPOIS DE REGISTRAR TODAS AS GESTAÇÕES, ESCREVA NA PRIMEIRA COLUNA O NÚMERO DE ORDEM DE CADA UM